



# oito anos de cultura

as políticas do ministério da cultura de 2003 a 2010

dezembro de 2010

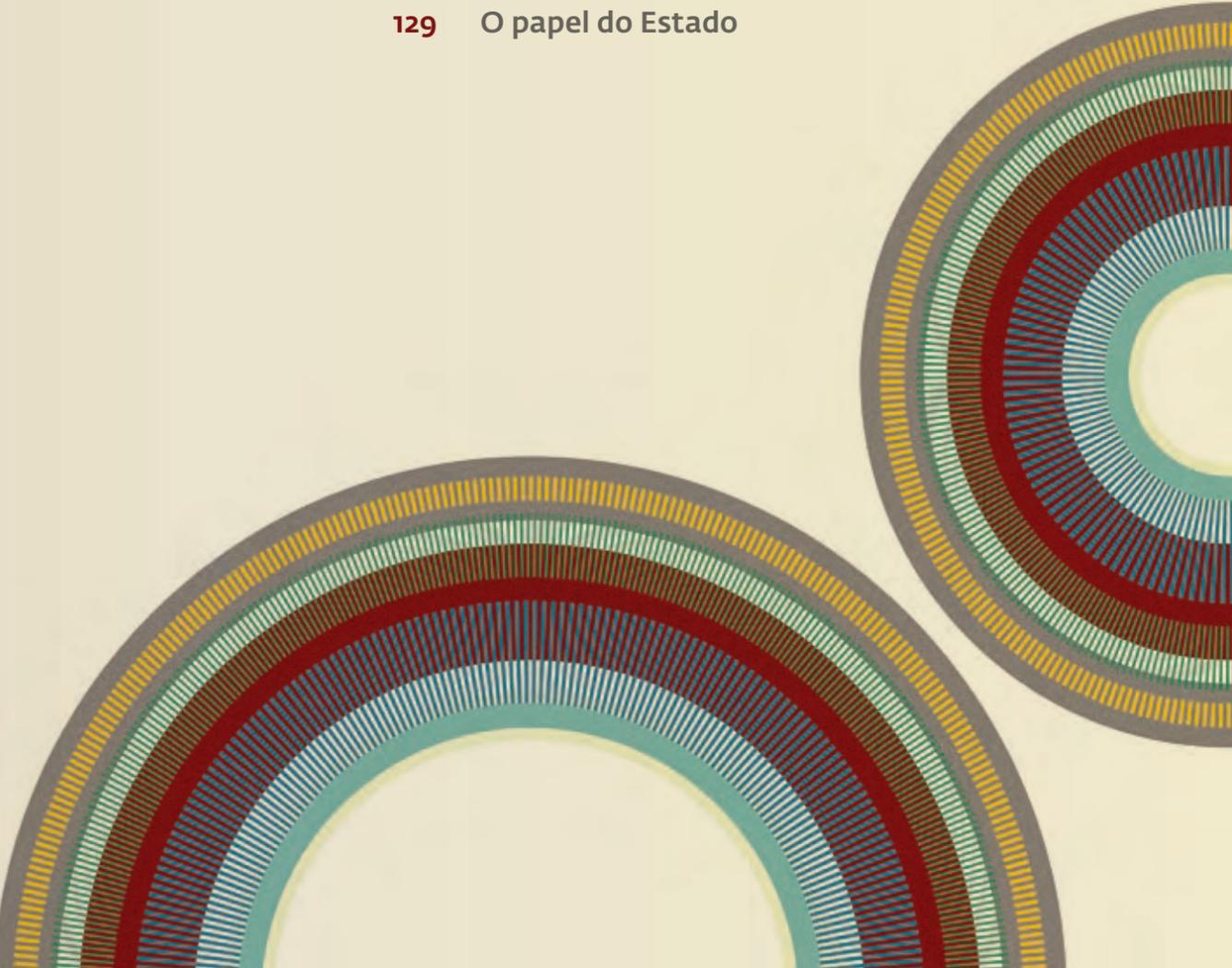
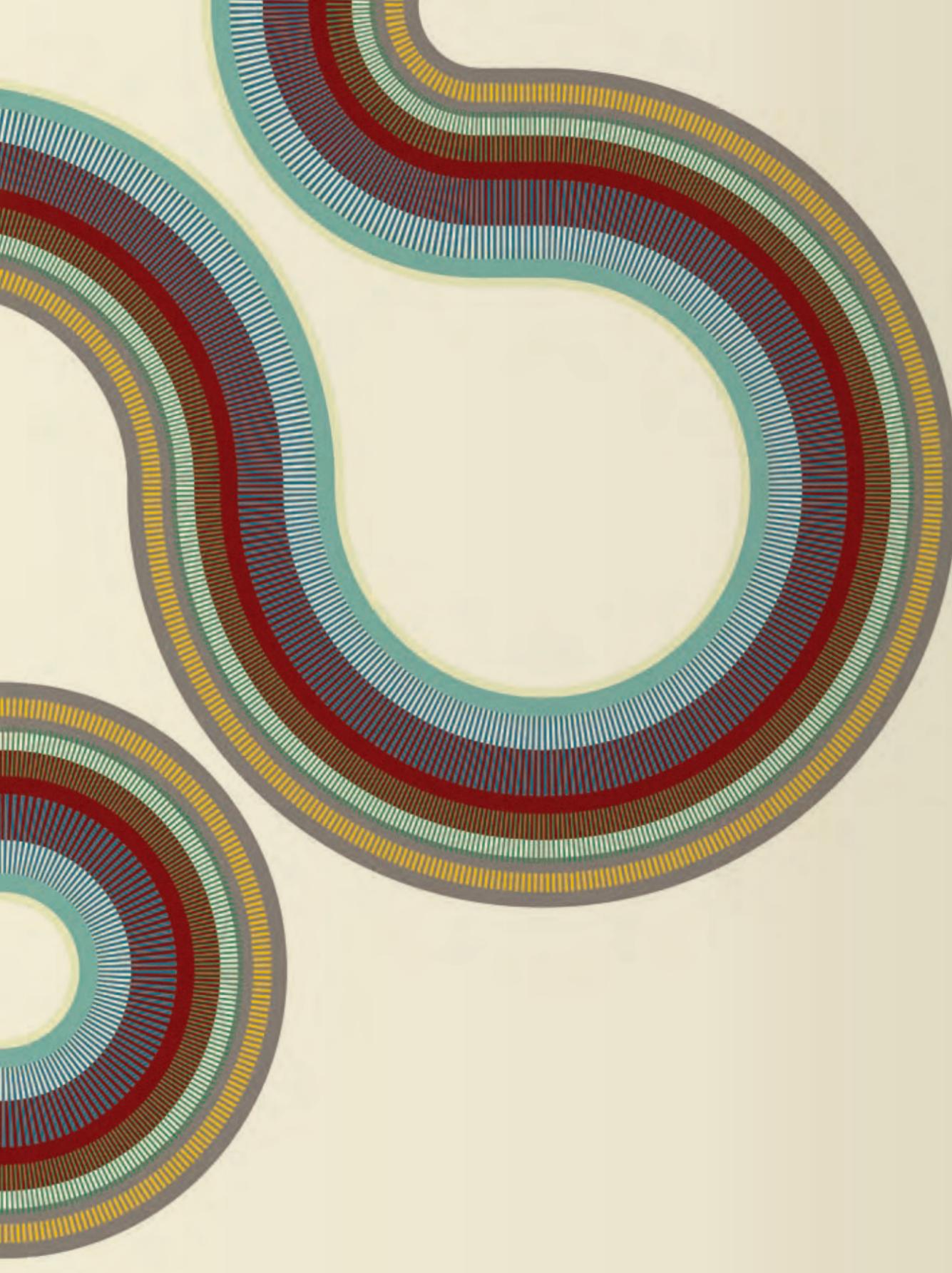
## oito anos de cultura

as políticas do ministério da cultura de 2003 a 2010



Ministério  
da Cultura





<b>4</b>	<b>Apresentação</b> Ministro Juca Ferreira
<b>7</b>	<b>Acesso e combate à exclusão</b>
<b>41</b>	<b>Diversidade reconhecida e promovida</b>
<b>63</b>	<b>Economia da cultura e desenvolvimento sustentável</b>
<b>91</b>	<b>Arte, inovação e reflexão</b>
<b>117</b>	<b>Brasil no mundo</b>
<b>129</b>	<b>O papel do Estado</b>

# APRESENTAÇÃO

A cultura é mais um dos campos de ação das políticas públicas no Brasil onde podemos repetir com orgulho aquela frase do presidente Lula, já célebre: “como nunca na história deste país”. Este governo, como em nenhum outro momento de nosso passado, reconheceu a dimensão estratégica da cultura para um projeto de nação. Tornou-a uma política de Estado. Temos a certeza de termos constituído um marco divisor também na gestão do Ministério da Cultura. Neste governo a cultura passou para o primeiro plano, deixou de ser voltada para poucos. Seu orçamento quintuplicou. A política cultural que temos hoje é, sem dúvida, fruto de outra cultura política.

Em 2003 encontramos o Ministério da Cultura com o menor orçamento da República, com uma atuação que não chegava nem a ter contorno de política pública. Herdamos um Ministério pouco significativo diante da grandeza e da complexidade cultural do país. Uma instituição incapaz de exercer o papel do Estado no desenvolvimento cultural.

Não poderíamos administrar o Ministério da Cultura sem democratizar, sem federalizar e sem interiorizar as suas ações. Precisávamos desconcentrar a nossa política cultural, trazer para o seu raio de ação expressões culturais até então sem acesso ao apoio do Estado. Precisávamos ir ao encontro da diversidade cultural brasileira. Precisávamos, em nome do Estado brasileiro, reconhecer a relevância da produção cultural brasileira. Estamos convencidos de que nossa grande contribuição a um mundo globalizado é produto da nossa diversidade cultural. Ativo econômico de valor incalculável, diga-se de passagem.

O olhar para a diversidade também nos exigiu a criação de políticas culturais para segmentos ausentes das ações do MinC, até então. Hoje, temos políticas específicas para os índios, ciganos, para o segmento LGBT, idosos,

juventude, crianças, pessoas com deficiências, mestres e grupos da cultura popular etc. Na outra ponta construímos políticas para as culturas digitais, para o audiovisual de animação, para a digitalização de acervos. Tudo isto sem conflitar o popular com o erudito, a tradição com a inovação e a tecnologia de ponta com as formas artesanais e mais tradicionais de se fazer cultura.

Nossa política cultural une as três dimensões mais fundamentais da cultura. Inicialmente, a cultura em sua dimensão simbólica. A arte e a cultura estão intimamente conectadas com a interpretação que fazemos do mundo, com sua recriação, com experiências coletivas e individuais e suas relações com o meio. É dessas múltiplas determinações e dimensões que a criatividade se nutre. É o campo cultural quem qualifica as relações sociais. Além disto, é a cultura quem dá liga à cidadania. É através dela que nos identificamos partes de uma mesma nação.

Depois, a cultura como fator de inserção social, como um direito fundamental, como uma necessidade humana básica, essencial, tão importante quanto a alimentação, a moradia, a educação e a saúde. Algo sem o que o ser humano não se realiza.

E, por fim, a cultura como economia, como um de seus processos mais dinâmicos, algo em franca expansão em todo o planeta e, já hoje em dia, responsável por uma parcela considerável de nosso PIB. Superando em muito vários setores tradicionalmente dinâmicos do mundo dos negócios.

Avançamos por todo o território nacional. Conectamos o Ministério da Cultura com quase todas as manifestações culturais e formas de expressão, com os artistas e seus processos criativos, através de um processo intenso de desconcentração dos recursos, rumo a um pacto federativo mais igualitário. Democratizamos o acesso aos recursos públicos através de um maior estímulo à política

baseada em editais e no fortalecimento do Fundo Nacional da Cultura. Aliás, acabamos de lançar o novo Fundo Nacional da Cultura. Certamente o mais importante instrumento de política pública para estruturar investimentos diretos nas atividades culturais e artísticas. Sua importância foi reconhecida por nosso Congresso Nacional com a blindagem de seu contingenciamento.

Até aqui foram mais de 15 mil projetos financiados em cerca de 300 editais públicos. Criamos várias câmaras setoriais (depois transformadas em colegiados) formadas por diversas representações da sociedade e com capacidade de melhor avaliar o mérito das propostas que nos chegam. Deixamos de ser meros repassadores de recursos, como dizíamos à época. Em vez de uma política de balcão, estabelecemos uma política de fomento e apoio à produção cultural feita com muitas mãos e agentes sociais, institucionais, culturais e políticos. Ganhamos as ruas e os espaços fechados de todo o país. E reafirmamos o espírito suprapartidário e republicano da administração pública. Preocupação que marca este governo. Escutamos, compartilhamos e formatamos o nosso programa de trabalho, chegando a envolver mais de 3 mil municípios brasileiros e mais de 200 mil pessoas, em debates e enquetes, consolidados através das Conferências de Cultura, e no Plano Nacional de Cultura, recentemente sancionado pelo presidente Lula. Atendendo a inúmeras demandas da sociedade civil, organizada em bairros periféricos dos centros urbanos e em cidades do interior de todo do país, apoiamos e promovemos uma revolução cultural no Brasil através da implantação de milhares de espaços voltados a estimular diversas atividades culturais, como Pontos de Cultura, Pontões, Cines Mais Cultura, Pontos de Leitura etc.

Mas, apesar de tudo o que fizemos ainda há muito a realizar. Precisamos de marcos

legais regulatórios para melhor apoiar a produção cultural. Para garantir o uso do dinheiro público em condições de incorporar um número maior de atores e ampliar o acesso. Precisamos consolidar em lei tudo que conquistamos. Estas políticas precisam ser políticas de Estado.

Por tudo isto, precisamos aprovar o Vale Cultura, a Nova Lei de Fomento (o ProCultura); a PEC 150, que garante um patamar seguro de recursos para a cultura nos três níveis federativos; e a nova Lei do Direito Autoral, possivelmente a proposta de lei mais moderna do mundo nessa área. Ela promete ser uma revolução em toda a cadeia produtiva da cultura, definindo novos modelos de negócio e consumo, naturalizados na era digital, destravando de ponta a ponta a sua dimensão econômica.

Juca Ferreira

*Ministro de Estado da Cultura*

# ACESSO

E COMBATE À EXCLUSÃO



# ACESSO E COMBATE À EXCLUSÃO

Assim como o governo Lula promoveu a ascensão social de milhões de brasileiros, o Ministério da Cultura se empenhou, nos últimos oito anos, em reverter o histórico quadro de exclusão cultural, que fazia com que uma parcela muito pequena da população desfrutasse de cidadania plena, considerando que a garantia do direito constitucional à cultura é essencial para isso.

Pesquisas encomendadas a institutos mostraram que:

- » Apenas 14% dos brasileiros frequentavam cinema pelo menos uma vez por mês<sup>1</sup>;
- » Mais de 75% dos municípios não possuíam sequer espaços culturais multiuso<sup>2</sup>;
- » O brasileiro lia em média apenas 1,3 livro por ano<sup>3</sup>.

Era necessário avançar, inclusive, em função da demanda dessas pessoas recentemente incorporadas à classe média, libertas da miséria e com fome de diversão e arte. E se tratava não só de passar a entender os cidadãos como o público-alvo das políticas, mas também de permitir que o conjunto de artistas e produtores da cultura brasileira de modo geral tivesse acesso a recursos públicos. Afinal, cenário igualmente excludente vigorava no sistema de financiamento, acessível a pouquíssimas linguagens e a restritos regionais muito específicos.

Com objetivo de ampliar o acesso da população à cultura, o governo federal criou programas como o Mais Cultura, o Cultura Viva, o Vale-Cultura e o Cinema Perto de Você.

A cultura se tornou parte da Agenda Social do governo com o Mais Cultura, responsável por implantação e modernização de bibliotecas e espaços de uso múltiplo, bem como apoio a variados tipos de projetos.

O Vale-Cultura, enviado pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional, deve incorporar 12 milhões de brasileiros e suas famílias na fruição de cultura, seja por meio de livros, sessões de cinema ou espetáculos de música, teatro e dança.

O Cultura Viva, que tem nos Pontos de Cultura seu principal instrumento, ajuda a amplificar iniciativas autônomas bem sucedidas. O objetivo do Cinema Perto de Você é estimular a criação de salas de exibição em regiões carentes desse tipo de equipamento.

Entre muitas outras áreas que tiveram linhas de ação como foco na universalização do acesso, podemos citar a cultura digital, com ações focadas em digitalização e oferta gratuita de acervos; e o direito autoral, em que a proposta de modernização da lei inclui entre seus objetivos a formação de novos públicos e novos modelos de negócio para a cultura, fortalecendo a circulação de conteúdos na internet e nos novos meios.

## Mais investimentos e democratização do fomento

Nesta gestão, pela primeira vez, os recursos orçamentários superaram o patamar de 1% da receita federal de impostos. Subiu o valor disponível para todas as unidades orçamentárias do Sistema MinC e todas as linguagens artísticas. Os investimentos com recursos orçamentários evoluíram em todas as regiões brasileiras, com ênfase nas tradicionalmente mais carentes. Considerado o número de habitantes, o investimento na região Norte foi o que mais cresceu. Em segundo lugar vem a Região Nordeste.

Trata-se de uma política deliberada, para combater desigualdades históricas e sua reprodução na captação via incentivo fiscal na legislação atual, que se mostrou pouco capaz de alterar o quadro.

Uma das principais ferramentas para tecer um novo equilíbrio no fomento foi o uso intenso e crescente da seleção pública de projetos e iniciativas culturais por meio de editais e concursos. Ela tem como vantagem, em relação a outras formas de financiamento, maiores transparência, publicidade, isonomia e democratização na relação entre o



Foto: Luiz Avila/CenaUm

poder público e a sociedade, além de propiciar a escolha dos melhores projetos e parceiros para a execução da política pública.

Assegura, ainda, melhor distribuição de recursos em regiões, segmentos e atividades culturais. Enquanto em 2003 foram publicados 13 editais, o número chegou a 86 seleções

públicas em 2009. Nesse mesmo período, a quantidade de contemplados passou de 150 para 5.013.

Ao longo de todo o período, houve cerca de 300 processos seletivos para acessar recursos federais e foram contemplados mais de 15 mil proponentes.

Ano	Número de editais	Selecionados
2003	13	150
2004	29	1.265
2005	26	1.117
2006	42	1.997
2007	54	2.346
2008	17	3.753
2009	98	5.013
<b>TOTAIS</b>	<b>279</b>	<b>15.641</b>

<sup>1</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Base de Dados de Consumo Cultural. Rio de Janeiro, 2006.

<sup>2</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

<sup>3</sup> INSTITUTO PRÓ LIVRO. Retratos da Leitura.

Esses números também incluem seleções realizadas com uso do mecanismo de incentivo fiscal da chamada Lei Rouanet, em parceria com o Ministério da Cultura e com patrocínio das empresas estatais, em duas categorias: quando contemplam projetos previamente escolhidos por seleção pública pelo Ministério (conforme previsto no Decreto nº 5.761/2006) e editais externos ao MinC que seguem as diretrizes da sua política cultural.

A possibilidade da abertura de editais por meio do mecenato foi inaugurada pelo Decreto 5.761. A partir disso, o governo, via Ministério da Cultura e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), intensificou sua parceria para alinhar os patrocínios das estatais às políticas públicas da área.

#### *Estatais foram parceiras na democratização dos recursos*

Cresceu o uso da seleção pública por essas instituições, com destaque para Petrobras, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste (BNB).

Este ano, essa política mudou de patamar com o lançamento dos editais ProCultura,

Foto: Luiz Avila/CenaUm



que alimentam a criação de oito novos fundos setoriais no Fundo Nacional da Cultura (FNC). Esses fundos promovem uma transição e dialogam com o projeto de lei do ProCultura, a reforma proposta para o sistema de financiamento do setor (ver pág. 12).

Os Fundos ProCultura são: Acesso e Diversidade; Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais; Artes Visuais; Circo, Dança e Teatro; Incentivo à Inovação Audiovisual; Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa; Música; e Patrimônio e Memória.

A distribuição dos recursos foi decidida pela Comissão do FNC, após a apresentação das diretrizes e ações aos Comitês Técnicos dos oito setores. Cada comitê é formado por representantes do Sistema MinC e dez representantes da sociedade civil, incluindo três especialistas de notório saber.

Para 2011, o FNC está protegido de qualquer forma de contingenciamento, devido a emenda contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) assinada pelo presidente da República em agosto.

O FNC é um fundo público, constituído de recursos destinados exclusivamente à execução de programas, projetos ou ações culturais. O MinC pode conceder este benefício por meio de programas setoriais realizados por edital, ou apoiando propostas que, por sua singularidade, não se encaixam em linhas específicas de ação, as chamadas propostas culturais de demanda espontânea.

#### **Novo padrão de financiamento**

O mecanismo de renúncia fiscal é um dos principais eixos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, Lei nº 8.313/91, mais conhecida como Lei Rouanet). Entretanto, a concentração do fomento nessa modalidade gerou graves distorções, que o governo federal vem buscando reverter. Exemplo é a má distribuição em termos regionais – dois estados ficam com 70% dos recursos, que vão de forma praticamente integral para

#### **Observatório dos Editais: acompanhamento e estímulo**

Com o uso crescente de editais de seleção pública, também se tornou necessário maior acompanhamento desses processos. Em 2008 foi criado o Observatório dos Editais, dentro da estrutura da Secretaria de Políticas Culturais, para divulgar e monitorar as seleções do Ministério da Cultura e de suas instituições vinculadas, realizando ações também de regulação, avaliação e articulação das políticas de seleções públicas do Sistema MinC. São desenvolvidas, ainda, ações de reflexão e debate para o aprimoramento dessa prática.

Para estimular o uso de processos seletivos, o Observatório publicou o *Guia de Políticas Culturais para Órgãos Públicos, Empresas e Instituições: Como fazer uma Seleção Pública de Projetos e Iniciativas Culturais*.



suas capitais – e de atenção aos segmentos, dos quais 30 permanecem a descoberto.

O Ministério da Cultura formatou uma proposta de alteração da lei de fomento, que foi colocada em consulta pública em 2009. A partir das quase 2 mil contribuições (ver pág. 132, o projeto foi alterado e enviado ao Congresso Nacional, onde está em discussão.

Mesmo na gestão da lei atual, desenvolveram-se condições para dar um uso mais republicano aos recursos da Lei Rouanet sem renegar essa importante fonte de financiamento. O MinC aprovou mais de 40 mil projetos para captação de recursos via leis de incentivo e dobrou o número de empresas patrocinadoras, que passaram de 2.891 em 2003 para 5.874 em 2009.

#### *Enquanto reforma aguarda aprovação, gestão da lei atual é aperfeiçoada*

Uma das ferramentas para isso foi o já citado Decreto 5.761, que permite a aquisição de produtos culturais e ingressos para espetáculos com abatimento no imposto

de renda, amplia o conceito de cultura e detalha as contrapartidas necessárias à democratização do acesso aos bens e serviços gerados.

Em 2004, foi criada a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), que teve como primeiro trabalho consolidar os procedimentos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Em 2009, foi criada a Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação dos Mecanismos de Financiamento, que tem buscado promover maior integração com os bancos oficiais e conhecer melhor as necessidades dos produtores culturais.

A partir de então, os esforços foram direcionados ao aprimoramento dos processos de trabalho. Era preciso implementar métodos de análise de projetos que acolhessem e materializassem os novos paradigmas, consolidando ações que integrassem quatro linhas de atuação: capacitação, comunicação, integração e produtos financeiros.

Em 2010, o Ministério reduziu a burocracia na gestão da Lei de Incentivo à Cultura. Os procedimentos para iniciativas que buscam

## ProCultura: busca por mais recursos e melhor distribuição

Encaminhado ao Congresso Nacional em janeiro, o projeto de lei que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura) tem como objetivos centrais ampliar os recursos da área e fazer com que tenham melhor aplicação, financiando todas as dimensões culturais na totalidade do território nacional. Foi fruto de amplo processo de debate, cuja etapa de consulta pública aportou 925 contribuições individuais e 757 coletivas para o aperfeiçoamento do texto.

O ProCultura (Projeto Lei nº 6.722 de 2010) modificará a Lei Rouanet. Em linhas gerais, as novidades são: a renovação do Fundo Nacional da Cultura; a diversificação e a simplificação dos mecanismos de financiamento; o estabelecimento de critérios objetivos para a avaliação das iniciativas que buscam recursos; o aprofundamento da parceria entre Estado e sociedade civil para a melhor destinação dos recursos públicos; e o estímulo à cooperação federativa.

A lei transforma o FNC no principal mecanismo de financiamento ao setor, fazendo com que o apoio financeiro chegue aos proponentes sem intermediários. Caberão ao Fundo 40% das dotações orçamentárias do MinC, com a determinação de repassar 30% aos seus correspondentes estaduais e municipais.

O caminho da renúncia fiscal é mantido, mas perde peso no conjunto. Para os projetos que buscam a renúncia, são estabelecidas três faixas de incentivo (40%, 60% e 80%) no lugar das duas atuais (30% e 100%).

Os percentuais de isenção deixam de ser predeterminados em relação à área de atuação. Serão definidos, caso a caso, pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) e pelas CNICs setoriais, a serem criadas. As decisões tomarão por base critérios, listados no projeto de lei, que compreendem as dimensões simbólica, social (ou cidadã) e econômica.

### Critérios que dizem respeito à dimensão simbólica

1. Inovação e experimentação estética
2. Circulação, distribuição e difusão dos bens culturais
3. Contribuição para a preservação, memória e tradição
4. Expressão da diversidade cultural brasileira

5. Contribuição à pesquisa e reflexão
6. Promoção da excelência e da qualidade

### Quanto à dimensão social

1. Ampliação do acesso da população aos bens, conteúdos e serviços culturais
2. Contribuição para a redução das desigualdades territoriais, regionais e locais
3. Impacto na educação e em processos de requalificação urbana, territorial e das relações sociais
4. Incentivo a formação e manutenção de redes, coletivos, companhias e grupos socioculturais
5. Redução das formas de discriminação e preconceito
6. Fortalecimento das iniciativas culturais das comunidades

### Quanto à dimensão econômica

1. Geração e qualificação de emprego e renda
2. Desenvolvimento das cadeias produtivas culturais
3. Fortalecimento das empresas culturais brasileiras
4. Internacionalização, exportação e difusão da cultura brasileira
5. Fortalecimento do intercâmbio e da cooperação internacional com outros países
6. Profissionalização, formação e capacitação de agentes culturais públicos e privados
7. Sustentabilidade e continuidade dos projetos culturais

A CNIC, que reúne governo, especialistas e representantes dos segmentos culturais, passa a deliberar sobre a atuação do Fundo Nacional e não apenas sobre a renúncia fiscal, além de aprovar o plano anual de uso dos recursos.

## Vale-Cultura: vale ingresso, livro, CD, DVD...

O Vale-Cultura é a primeira política pública governamental voltada para o consumo cultural. Com ele, os trabalhadores poderão adquirir ingressos de cinema, teatro, museu ou *shows*, livros, CDs e DVDs, entre outros produtos culturais.

Trata-se de uma política de inclusão sociocultural e desenvolvimento econômico, que agrega capital simbólico ao trabalhador e reforça a musculatura das cadeias produtivas do setor. Quando aprovada, vai beneficiar diretamente até 12 milhões de brasileiros e injetar até R\$ 7 bilhões por ano na economia nacional, gerando renda e emprego.

O Vale será um cartão magnético, similar ao já conhecido tíquete-alimentação, com saldo de até R\$ 50 por mês. As empresas que declaram imposto de renda com base no lucro real poderão aderir ao sistema e posteriormente deduzir até 1% do total devido.

Os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos arcarão com, no máximo, 10% do valor (R\$ 5). Os que têm salário acima desse valor poderão receber o benefício, desde que atendida a totalidade dos empregados nessa faixa de renda.

O projeto de lei que o cria foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado, e agora as alterações feitas pelos senadores passam pela análise dos deputados. Insere-se na estruturação de um novo modelo de financiamento ao setor cultural.



Foto: Rafael Furquim/Arquivo MinC

### MEDIDAS PARA APRIMORAR A GESTÃO DA LEI EM VIGOR

**Orientação ao proponente** – Criação de um setor para esse fim, com atendimento presencial, por telefone e e-mail.

**Controle financeiro**: Centralização no Banco do Brasil das contas correntes bancárias de projetos aprovados ao mecanismo de incentivo fiscal.

**Capacitação**: Implantação de programa, voltado a agentes e gestores, com foco em desenvolvimento de projetos culturais, em parceria com o Sesi, Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia e órgãos estaduais e municipais.

**Monitoramento**: Criação da Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação (CGAA), para monitorar projetos culturais financiados por orçamento ou renúncia.

**Programa de Intercâmbio**: Adoção de editais no programa, para viabilizar a participação de artistas, técnicos e estudiosos em eventos culturais no Brasil e no exterior, além da constituição de comissão de seleção.

**Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)**: Informatização dos trabalhos, reduzindo o uso de papel e agilizando o processo de análise.

**Sistema de Acompanhamento de Leis de Incentivo (Salic)**: Implementação de plataforma de internet, o Salicweb, em 2009. A medida reduziu erros e tempo de processo, aumentou a eficiência da análise técnica e o controle social sobre os projetos.

**Banco de pareceristas**: Instalação tem o objetivo de tornar mais ágil e qualificada a análise de projetos.

captação de recursos foram simplificados com a Instrução Normativa nº 1, que concentrou, em um único documento, nove portarias que eram necessárias para conseguir o mecenato.

A nova regulamentação unifica os conceitos e descreve com clareza vedações e permissões, bem como as exigências para um parecer.

Não haverá mais necessidade de envio em papel de todas a documentação. A medida agiliza o processo, além de dispensar, por ano, 80 mil documentos.

Passa a ser obrigatório demonstrar que os ingressos estão mais acessíveis devido ao financiamento público do projeto. Agora, será a ação principal da proposta que irá determinar dedução total ou parcial do imposto de renda, conforme os artigos 18 e 26. Esse procedimento reduz a quase zero as possibilidades de reenquadramento.

### Quando o Estado dispõe meios para amplificar iniciativas da sociedade

Cultura e cidadania irmanadas numa rede com alcance nacional. Gestão compartilha-

da entre sociedade e poder público. Impulso para as mais diversas linguagens, da tradição da cultura popular à experimentação em novas tecnologias. Com alcance comprovado, os Pontos de Cultura ajudaram a consolidar e deram escala a milhares de iniciativas espontâneas bem sucedidas.

Desenvolvidos inicialmente pela antiga Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), atual Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) do Ministério da Cultura, os Pontos contemplam iniciativas culturais de organizações e grupos que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária.

As ações vão desde o artesanato e festividades típicas, cursos de música, dança, ioga, *hip hop*, percussão, moda e teatro, recitais, oficinas de circo, luteria, DJs, bonecos, capoeira, maracatus, xilogravuras, esculturas, pinturas e informática, até a formação de midiatecas e cineclubes, a realização de debates ou oficinas de leitura e a criação de rádios comunitárias, dentre outras.

Os Pontos de Cultura abrangem os mais variados grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, comunidades da periferia

*Cada Ponto de Cultura conveniado recebe R\$ 180 mil para realizar suas atividades durante três anos. Pelo menos R\$ 20 mil devem ser utilizados para aquisição de equipamento multimídia em software livre composto por microcomputador, miniestúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que for importante para a produção e o registro das atividades.*

Foto: Arquivo Pontos de Cultura



Fotos: Pedro França/Arquivo MinC



## ACRE Ponto de Cultura Indígena faz registro audiovisual de herança ashaninka

A cidade de Thaumaturgo Ferreira (AC) fica a duas horas e meia da capital Rio Branco, numa viagem de teco-teco. À margem esquerda do Rio Juruá, o pequeno conglomerado urbano, e à direita, o Centro Yorenka Âtame, ponto de encontro entre índios ashaninka, da aldeia Apiwtxa, e brancos do município. Ali, liderados por Benki Pianco, desenvolvem oficinas de técnicas agrícolas tradicionais e de reflorestamento.

Benki conta que quando recebeu o então ministro da Cultura Gilberto Gil, em 2008, ele disse: "Pelo trabalho que desenvolvem aqui, vocês já são um Ponto de Cultura". A integração entre índios e brancos, promovendo o respeito pela cultura da floresta, era de chamar a atenção. Em 2006, a comunidade Apiwtxa já havia produzido e realizado o filme *A Gente Luta, Mas Come Fruta*, em parceria com a ONG Vídeo nas Aldeias, mostrando o trabalho de manejo agroflorestal e relatando a luta contra madeireiros que invadem sua área, na fronteira com o Peru.

Em 2009, em parceria com Associação de Cultura e Meio Ambiente (Acma) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), o MinC escolheu 30 aldeias que seriam as primeiras a pertencer ao grupo dos Pontos de Cultura Indígena, e a dos Ashaninka foi uma delas. Devido à infraestrutura já existente no Centro Yorenka Âtame, decidiu-se que o Ponto de Cultura se dividiria entre o centro e a aldeia, que fica a cerca de quatro horas de viagem de barco pelos rios Juruá e Amônia.

Em maio de 2009, representantes dos Pontos de Cultura Indígena participaram de um encontro de

imersão, discutindo a melhor forma de trabalhar com os equipamentos recebidos. Cada comunidade recebeu um kit multimídia com três computadores com leitor de DVD, filmadora, câmera fotográfica digital, duas caixas de som e um microfone. Ao longo do ano, foram realizadas oficinas de técnicas audiovisuais.

Hoje, a comunidade dos Ashaninka sempre registra o seu dia-a-dia. "No momento, não há um planejamento muito específico", explica Benki. "Sabemos que é importante garantir sempre o registro, porque isso ajuda na preservação de nossos costumes." O líder indígena conta que não há especialistas em filmar, pois a ideia é que todos registrem o que e quando quiserem. Essa liberdade tem a ver com o estilo de vida da comunidade. "Quem filma não tem só essa ocupação. Também trabalha no reflorestamento, no plantio, caça, segue com seus afazeres. Não pretendemos criar uma profissão."

O audiovisual, entretanto, tem grande relevância no presente e no futuro da aldeia ashaninka. Muitos dos registros são mostrados em salas de aula e em diversos eventos no Brasil e no mundo. No momento, Benki está filmando os costumes de sua comunidade no verão. Em setembro deste ano, como primeira parte do trabalho, ele percorreu a floresta a filmar mestres ensinando rituais aos mais novos. "Assim, com esta história sendo revelada e mostrando por que amamos tanto a floresta, podemos viver milhões de décadas."



Foto: Arquivo Pontos de Cultura

dos grandes centros, comunidades afrodescendentes, associações de bairro e populações camponesas, ribeirinhas, rurais, sem terra...

Trata-se de uma parceria em que o Estado não impõe, dispõe – ou seja, não chama para si a responsabilidade de criar projetos de inclusão, e sim a de contemplar iniciativas culturais já existentes, no intuito de fortalecê-las e de ampliar seu alcance nas comunidades em que estão inseridas.

#### AÇÕES POTENCIALIZADORAS

Complementando a ação dos Pontos de Cultura, o Ministério da Cultura realiza diversas ações e eventos para a troca de saberes e fazeres, e contribui assim para a criação e o fortalecimento de variadas redes sociais.

**Ação Griô Nacional** – Apoia e estimula a atuação de mestres do saber, que difundem conhecimentos às novas gerações pela tradição oral. Integra educação, cultura oral e economia comunitária para o fortalecimento da identidade e do desenvolvimento local a partir da ancestralidade do povo brasileiro.

**Escola Viva** – Integra os Pontos de Cultura às escolas brasileiras a partir de duas frentes: transforma experiências culturais

inovadoras de escolas brasileiras em Pontos de Cultura e torna os Pontos de Cultura centros de formação cultural.

**Cultura digital** – Assume uma dimensão estratégica na articulação das atividades e no funcionamento dos Pontos.

**Agente Cultura Viva** – Apoia e estimula a formação cultural de adolescentes e jovens, que se capacitam como agentes culturais.

**Prêmio Pontinhos de Cultura** – Tem como objetivo premiar entidades sem fins lucrativos e instituições que atuem na direção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Prêmio Cultura e Saúde** – Os ministérios da Cultura e da Saúde, em parceria, desenvolvem o Prêmio com o objetivo de mapear e identificar



Fotos: Fernando Gomes/Arquivo MinC



## RIO GRANDE DO SUL Ponto de Cultura cria oportunidades para jovens LGBT

Até o início de 2009, a rotina de Diego Leismann, em Porto Alegre, se restringia à frequência das aulas do ensino médio e, dada a sua homossexualidade, aos conflitos com o pai então “linha dura” e com a sociedade. Uma noite, porém, quando estava no Centro Comercial Olaria, onde costumam se reunir integrantes do segmento LGBT da capital gaúcha, ele teve a oportunidade de mudar a sua perspectiva de vida.

Diego, hoje com 19 anos, recebeu um panfleto sobre as oficinas artísticas e os laboratórios culturais realizados no Somos Ponto de Cultura LGBT, aprovado no segundo edital de Pontos de Cultura do MinC e instalado em 2005. Depois de cursar as oficinas de teatro, cinema e fotografia, Diego foi selecionado como monitor do Ponto, que também o indicou para um curso de web-arte.

O curso lhe garantiu um emprego no próprio Somos, onde é responsável pela interatividade artística entre os visitantes do site do Ponto de Cultura. O jovem diz que sua vida mudou muito, e até os conflitos com o pai serenaram. “Depois de compreender que o mundo da diversidade sexual também envolve cultura e a busca de nossa identidade, ele passou a confiar mais em mim e a me aceitar com as minhas diferenças”, conclui. Hoje, o rapaz pensa em cursar psicologia, para ajudar as pessoas.

Conhecido no meio LGBT de Porto Alegre como Pitanga Castelo Branco, por suas participações em *shows* e concursos de drags, Robson Brittes, 21 anos, também viu a sua vida mudar ao conhecer o Somos.

De origem humilde, Robson vivia em conflito com a família. Fazia dois cursos (ensino médio e técnico em administração), com o objetivo de conseguir um emprego e juntar dinheiro para cursar uma universidade. Ao saber das oficinas do Somos, ele se inscreveu, participou dos três módulos e foi selecionado, junto com Diego, como monitor. “Já estivemos até em Berlim, participando de uma oficina internacional de teatro”, contou o jovem cujo rosto maquiado serve de estampa para o cartaz do Close, Festival da Diversidade Sexual, realizado pelo Somos.

Sua perspectiva profissional mudou. “Despertei para muitas coisas, principalmente para a busca de uma nova profissão”, diz Robson, que pretende cursar jornalismo, letras ou direito.

O Somos foi o segundo Ponto de Cultura voltado à comunidade LGBT a ser criado no país – o primeiro foi o Ponto G de Cultura, de Juiz de Fora (MG). No local são realizadas oficinas artísticas e laboratórios culturais dirigidos para jovens de 14 a 21 anos. De acordo com o coordenador de comunicação, Sandro kA, cerca de 150 jovens gaúchos já cursaram as oficinas.

Na sede do Somos, uma casa de 100 metros quadrados, também são realizados debates e reuniões. A população LGBT de Porto Alegre tem à sua disposição, ali, um centro de documentação com acervo de 2 mil obras que abordam temas como cultura e saúde para o segmento.



Foto: Arquivo Pontos de Cultura

Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cada Ponto de Cultura envolve cerca de 3 mil pessoas por ano. Esse público inclui os que participam diretamente das atividades desenvolvidas (em média, cerca de 300 pessoas por Ponto) e os integrantes da comunidade que assistem às apresentações artísticas ou participam esporadicamente de cursos e oficinas.

## Para a integração em rede, Pontões

Existem também convênios para Pontões de Cultura, criados para articular os Pontos de Cultura e difundir suas ações culturais, além de estabelecer o funcionamento da rede que os integra. Os Pontões recebem recursos de até R\$ 500 mil por ano, por meio de edital público. Podem ter foco temático ou regional.

Os Pontos de Cultura ganharam novo fôlego em 2007, com o lançamento do Programa Mais Cultura (ver pág.27). Além de contar com mais recursos, passaram a ser também atendidos por governos estaduais de todo o país, em parceria com o MinC.

Como regra contratual, a cada R\$ 2 investidos pelo governo federal, R\$ 1 é cedido pelo estado ou município.

Foram lançados novos editais para a ampliação dos Pontos, o que desencadeou a criação de redes estaduais e municipais.

## Teia – onde os Pontos se encontram

Com quatro edições realizadas, a Teia – Encontro Nacional de Pontos de Cultura é a síntese de um Brasil que foi “desescondido”. Além de apresentar a diversidade brasileira, o evento contribuiu para reafirmar a identidade cultural do país.

**Prêmio Mídias Livres** – O objetivo é realizar um levantamento inicial sobre as iniciativas de comunicação existentes no país, seu alcance, êxitos, problemas e necessidades, bem como as ações que o Estado brasileiro pode organizar para apoiá-las.

**Prêmio Economia Viva** – A finalidade maior é premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade socioeconômica de grupos e organizações que se expressam por meio das artes.

**Prêmio Tuxaua Cultura Viva** – Contempla projetos que demonstrem um histórico de protagonismo no contexto do Programa

entidades sem fins lucrativos que realizem ações de aproximação entre as duas áreas.

**Prêmio Interações Estéticas** – Em parceria com a Funarte, este edital oferece a artistas de diversos segmentos a possibilidade de realizar um trabalho integrado a ações de Pontos de Cultura de todo o país.

**Prêmio Asas** – Para dar continuidade ao projeto dos Pontos de Cultura, o MinC criou o Prêmio, que contempla iniciativas de Pontos que já tiveram seus convênios finalizados ou que receberam todas as parcelas referentes ao convênio.

Seja em São Paulo (2006), Belo Horizonte (2007), Brasília (2008) ou Fortaleza (2010), a Teia reuniu milhares de pessoas. Foram discussões com o objetivo de construir ações cada vez mais voltadas para as comunidades e valorizar seus trabalhos. Também houve um sem-número de atividades artístico-culturais e feiras de economia solidária.

## Para construir um país de leitores

O Brasil tem hoje um dos mais ricos patrimônios literários e obras cada vez mais reconhecidas internacionalmente, que compõem uma indústria editorial considerada a oitava do mundo. Apesar disso, persiste uma realidade em que<sup>4</sup>

- » Cada brasileiro compra em média 1,2 livro por ano
- » 50% dos brasileiros leitores leem apenas livros indicados pelas escolas

Foi diante desse quadro que, em outubro de 2003, foi instituída por lei (nº 10.753) a primeira Política Nacional do Livro. Por meio de discussões públicas com todo o setor, essa política se desdobrou no Plano Nacional do Livro e Leitura, lançado em 2006 pelos ministérios da Cultura e da Educação.

No período 2003-2010, o Ministério da Cultura ampliou os recursos no segmento de livro e leitura. O salto nos investimentos ocorreu,

<sup>4</sup> Fonte: Retratos da Leitura/2007

*Entre as várias razões para esse cenário despontam não só os preços altos dos livros, mas também os problemas associados à distribuição e ao acesso aos livros e bibliotecas. A situação se agrava quando se leva em conta o modelo da economia do livro, que tende a se concentrar em autores e linguagens de maior atratividade de mercado.*

Cultura Viva e proponham a sua continuidade em ações de mobilização e articulação em rede.

**Prêmio Aretê Cultura Viva – Eventos em Rede** – O objetivo é incentivar a troca de saberes em seminários e oficinas, festividades, mostras de literatura, artes plásticas, teatro, cinema, circo, capoeira e música, além da viabilização de shows, feiras e exposições.

**Prêmio Cultura Viva** – Tem como meta mobilizar, fortalecer e dar visibilidade às iniciativas culturais que ocorrem em todo o território brasileiro, de modo a favorecer o conhecimento da riqueza e da diversidade cultural do país.

em grande medida, a partir da implantação do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), em 2006, e da criação do Programa Mais Cultura (ver pág. 27), em outubro de 2007.

Além do programa, as ações na área de Livro, Leitura e Literatura foram desenvolvidas por meio da Fundação Biblioteca Nacional (ver pág. 23) e da Fundação Casa de Rui Barbosa (pág. 110).

## Institucionalização da política

Criado em 2006, a partir de um grande debate entre sociedade civil e governo, o PNLL passa por um processo de institucionalização, por meio do envio à Casa Civil de anteprojeto de lei que o regulamenta. O plano é constituído por projetos e programas que integram 18 linhas de ação agrupadas a partir de quatro eixos principais:

- » Eixo 1 - Democratização do acesso
- » Eixo 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores
- » Eixo 3 - Valorização da leitura e comunicação
- » Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro

Estão em elaboração outras minutas de anteprojeto de lei, como a da criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura (futuro gestor das ações e políticas da área) e a que

cria o Fundo Pró-Leitura (instrumento de financiamento das ações do setor). O fundo é fruto da desoneração fiscal do livro, realizada em 21 de dezembro de 2004, quando editores, livreiros e distribuidores tiveram as alíquotas de PIS/Cofins/Pasep reduzidas a zero. Está inserido na reforma da Lei Rouanet, que cria fundos setoriais dentro do Fundo Nacional da Cultura. Também foi enviada à Casa Civil a minuta de decreto que regulamenta a Lei do Livro (nº 10.753/2003).

No âmbito da institucionalização, o governo federal entende que prefeituras e estados também devam elaborar suas políticas e, por isso, desenvolve o projeto Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios junto com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Pró-Livro (IPL). Aliado a isso, lançou um edital específico (Cidades Leitoras), dentro do FNC, para estimular as cidades a construir seus planos.

#### **Edital estimula municípios a traçar planejamento para a área**

As políticas públicas formatadas são discutidas no Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura, criado em 2006 (ver pág 135). Outra importante instância de discussão foi a Pré-Conferência Setorial de Livro, Leitura e Literatura, realizada em março de 2010 (ver pág 132).

#### **Um raio-X para democratização do acesso**

O governo federal estabeleceu como sua meta prioritária na área de livro e leitura dotar cada município brasileiro com pelo menos uma biblioteca. Para tanto, encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, um diagnóstico e mapeamento desses equipamentos. Foi a primeira vez que um governo realizou uma pesquisa desse porte na área.

O Censo tinha o objetivo de levantar a existência de bibliotecas públicas municipais (BPMs) e verificar as condições de funcionamento quanto a instalações e equipamentos, perfil e quali-

ficação do dirigente, acervo, horário e serviços prestados, entre outras características.

Foram pesquisados todos os 5.565 municípios brasileiros, e em 4.905 foram realizadas visitas *in loco*.

Segundo a pesquisa, nem 10% das bibliotecas públicas municipais prestam serviços adequadamente a pessoas com deficiência. O levantamento aponta também que a maior parte desses equipamentos tem acervo de até 5 mil volumes e que é constituído por doação, que nem metade das BPMs tem internet e que só 46% oferecem programação cultural.

Outras constatações:

- » 79% dos municípios brasileiros possuem ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 2,67 bibliotecas por 100 mil habitantes no país
- » A Região Sul é a que tem mais bibliotecas por 100 mil habitantes (4,06), seguida de Centro-Oeste (2,93), Nordeste (2,23), Sudeste (2,12) e Norte (2,01)
- » As BPMs emprestam em média 296 livros por mês
- » 45% das bibliotecas possuem computador com acesso à internet e 29% oferecem esse serviço ao público
- » 99% funcionam de dia, de segunda a sexta, e os usuários frequentam o local duas vezes por semana, utilizando o equipamento preferencialmente para pesquisas escolares.
- » 84% dos dirigentes das BPMs são mulheres e 57% têm nível superior

A partir do resultado do censo, o MinC enviou, pela FBN, kits de implantação de bibliotecas (com acervo de 2 mil obras, mobiliário e equipamentos) a todos os 420 municípios que não tinham o equipamento e também lançou um edital visando a melhoria desses espaços culturais. Nesse sentido, desde 2003 foram implantadas e modernizadas quase 3 mil bibliotecas públicas (ver mais pág. 32).

Houve ainda uma mudança no conceito do equipamento. Por isso, foram investidos recursos para a criação de bibliotecas de referência diferenciadas. Entre elas estão a

## **RIO DE JANEIRO Biblioteca-parque muda rotina de toda uma comunidade**

Inaugurada em abril deste ano, a Biblioteca-Parque de Manginhos ocupa área de 3,3 mil m<sup>2</sup> na Zona Norte do Rio de Janeiro. Projetada inicialmente para atender a 16 comunidades da região, o espaço tem recebido frequentadores de regiões mais distantes, como moradores de municípios da Baixada Fluminense. O projeto é baseado na experiência colombiana de Medellín, que investe na construção de equipamentos culturais como forma de promover inclusão social.

O complexo cultural é dotado de ludoteca, filмотeca, sala de leitura para pessoas com deficiência visual, acervo digital de música, cineteatro, cafeteria, acesso gratuito à internet e uma sala denominada Meu Bairro, para que a comunidade da região faça reuniões. Trata-se do lugar de maior concentração de equipamentos sociais em uma comunidade de baixa renda da cidade. Os diversos serviços gratuitos e os horários de funcionamento (terça a domingo, 10h às 20h) atraem famílias inteiras para o local.

Cleonice de Sousa, moradora da comunidade, frequenta a biblioteca com o marido e três filhos, desde a inauguração: "Leio os livros de histórias infantis para o meu filho mais novo. Venho toda semana, levo sempre dois livros e um filme

para as crianças. Meu marido vem para fazer pesquisas na internet e ver as notícias. Ele veio uma vez e gostou: não pensava que era assim, pensava que era chato", afirma.

A filha de 12 anos, Tatiane, diz que prefere as instalações da biblioteca, em vez de ler em casa: "Aqui é mais quieto". Como não tem computador em casa ou na escola, usa a internet dali para fazer pesquisas. Entretanto, sua preferência é mesmo pelos livros: "Desde que inaugurou, li mais de dez".

A opção por ficar na biblioteca de Manginhos, em vez de outros espaços, também é marcante na família de Nilceia Silva, moradora da comunidade Mandela de Pedra: "Meu filho estava na rua, fugia da escola. Agora ele está ocupando o tempo dele na biblioteca".

"A comunidade estava morta, porque, se a gente saía na rua, só via violência. Quando a gente atravessa a rua, vê um paraíso: um espaço com brinquedos para as crianças, jardim, parquinho de areia. Aqui é seguro, bonito, parece que estou em outro lugar", diz Ana Paula Teixeira, moradora da comunidade. Além do filho, Pedro Henrique, 2 anos, que usa a ludoteca, sua família inteira frequenta o local: "Convido muita gente pra vir conhecer".

Fotos: Pedro França/Arquivo MinC

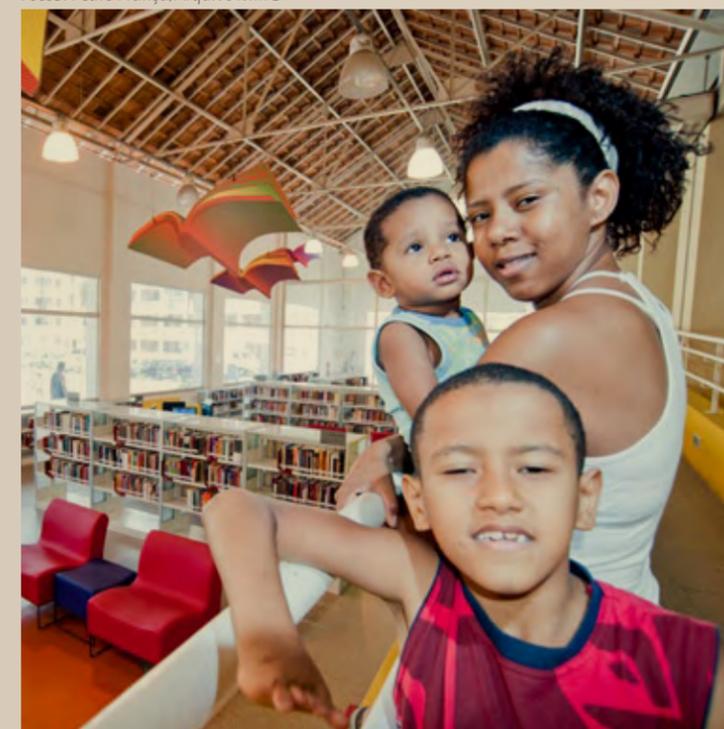




Foto: FBN/Divulgação

Biblioteca-Parque de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e a Casa de Leitura Thiago de Mello, primeira de caráter temático a ser implantada pelo MinC (pág. 40).

As políticas governamentais também agiram na formação leitora, com o repasse de recursos a estados e municípios para a realização de editais descentralizados para a seleção e formação de agentes de leitura, premiação de Pontos de Leitura e de bibliotecas comunitárias.

A preservação dos acervos foi outra ação contemplada nas políticas públicas. Até 2010 foram digitalizadas mais de 10 mil obras e mais de 1 milhão de imagens da Fundação Biblioteca Nacional e do acervo da Fundação Casa Rui Barbosa. Nestes oito anos de governo, o MinC também reativou o Proler e apoiou diversas feiras nacionais e internacionais do setor.

Desde 2003, foram investidos milhões na oferta de prêmios literários e bolsas para escritores e pesquisadores.

No âmbito do FNC e do ProCultura, o Fundo Setorial de Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa recebeu R\$ 30 milhões, a serem utilizados em sete projetos estratégicos e nos seguintes editais:

*Todos pela Leitura* – Premiará, no mínimo, 125 ações da sociedade civil de incentivo ao livro e leitura, no valor de R\$ 50 a R\$ 400 mil.

*Fomento à Produção e Circulação de Periódicos Literários* – Voltado a ampliar a produção, difusão e distribuição de até 40 projetos de periódicos literários impressos.

*Cidade de Leitores* – Vai premiar com R\$ 80 mil a R\$ 200 mil projetos de prefeituras visando a implantação de planos municipais.

*Programação Cultural para Livrarias* – Serão premiados 100 projetos de livrarias de pequeno e médio porte.

*Programa Nacional de Bolsa* – Edital transversal, que engloba diversas linguagens artísticas e que permite a autores brasileiros receber apoio para a criação de obras literárias, projetos de reflexão e crítica cultural e formação e qualificação profissional. Engloba recursos dos outros fundos setoriais.



Foto: FBN/Divulgação

## Investir para preservar

Neste ano, a Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro (RJ, Brasil), maior biblioteca da América Latina e uma das maiores de sua categoria no mundo, completa 200 anos. O prédio, tombado como patrimônio nacional, há 100 anos guarda o acervo de mais de 9 milhões de peças e é também sede da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

A FBN participa ativamente de organismos internacionais que articulam ações e programas de apoio às instituições voltadas para a biblioteca, o livro e a leitura. Há 30 anos é a Agência Nacional do International Standard Book Number (ISBN).

Nos últimos anos, a FBN ampliou as funções do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), assim como ampliou as representações nos estados do Escritório de Direitos Autorais.

Em 2008, foi implantado no prédio-sede da FBN o projeto Biblioteca Acessível, que facilitou a pesquisa a frequentadores com deficiência.

A Biblioteca Nacional é, legalmente, também, guardiã da produção editorial do Brasil, recebendo tudo o que é publicado no país, resultante da Lei do Depósito Legal, de 2004, que foi acrescida pela Lei do Depósito Legal de Obras Musicais, sancionada em janeiro deste ano.

### **Obras ampliaram e modernizaram laboratórios de restauração**

Há dois anos, foram iniciadas as obras de instalação da Hemeroteca Brasileira, que reunirá a única biblioteca de mídia impressa do país. Recursos de R\$ 900 mil da FBN se somaram aos cerca de R\$ 1,5 milhão obtidos com patrocínio da Petrobras. Outros 15 mil títulos de periódicos serão digitalizados, com recursos de R\$ 6 milhões do

*Milhões de reais foram investidos na preservação de acervos da instituição desde 2003, quando foram realizadas obras de ampliação e modernização de laboratórios de conservação e restauração, que atendem necessidades de países da América Latina e oferecem cursos e estágios.*

## MINAS GERAIS Projeto de leitura começou em meio a pneus e graxa

Como se estivesse em casa, Widney Lucas Rodrigues de Lara, 7 anos, entra na Borrachaloteca de Sabará (MG), corre para uma das estantes, puxa alguns livros e, rapidamente, pega um com as duas mãos. Corre para a rua, chama por Marcos Túlio, idealizador do projeto Borrachaloteca, e diz: “Marcos, ‘tô levando esse, tá?”. Marcos Túlio diz para o menino anotar no caderninho. Seguem juntos até uma mesa na entrada na biblioteca e escrevem que Widney levou a obra sobre capoeira. “Meu pai vai me colocar na capoeira”, revela.

O espaço oferece a quem o frequenta a intimidade de uma casa, porque desde o início foi assim. No princípio, era apenas a borracharia do Seu Joaquim, que colocou jornais ao alcance, dos clientes, para que estes não ficassem esperando sem ter o que fazer. “Antigamente, quando o pneu era de câmara, o serviço demorava”, lembra Marcos Túlio.

Imaginando que teria de fechar seu negócio, por falta de mão-de-obra, pois nenhum dos cinco filhos havia ido trabalhar na borracharia, e ele já estava em idade avançada, Seu Joaquim chamou Marcos Túlio, caçula dos meninos, para ajudá-lo. Ele foi e, um tempo depois, sugeriu ao pai que, além de jornais, colocasse também uns livros para os clientes. Seu Joaquim achou que a ideia não ia dar certo. Enganou-se: dos 70 livros colocados inicialmente, em 2002, o acervo chegou a 10 mil. No início, livros se misturavam a pneus e graxa. Hoje têm uma salinha só para eles, alugada pela prefeitura.

O boca-a-boca fez a fama do lugar e, com ela, Marcos Túlio ganhou uma bolsa de estudo para cursar letras em uma faculdade da região. Apesar de formado, segue trabalhando na borracharia e diz que não quer ser professor. “Faço mais na Borrachaloteca que na escola”. Verdade. Hoje, além da Borrachaloteca original, há outros três Pontos de Leitura, 20 voluntários e um grande número de pessoas frequentando os espaços. Há quatro anos, dada a demanda crescente, mais todas as possibilidades que o livro poderia trazer à comunidade de Sabará, Marcos Túlio criou o Instituto Cultural Aníbal Machado. “Como pessoa física, é mais difícil conseguir fomento”, explica.

Em 2007, a Borrachaloteca venceu o Prêmio VivaLeitura, promovido desde 2006 por MinC e MEC, organizado pela OEI e patrocinado pela Fundação Santillana.

Com a premiação, Marcos Túlio abriu mais um espaço, no bairro Cabral, que hoje conta com um acervo de 5 mil livros. No ano seguinte, foi a vez de o Ministério da Cultura reconhecer o projeto por meio do Prêmio Pontos de Leitura

– Edição Machado de Assis, que premiou 514 iniciativas da sociedade civil de incentivo à leitura.

Os prêmios fizeram com que a Borrachaloteca e Marcos Túlio ficassem conhecidos na cidade. E foi trocando um pneu, conhecendo a fama do projeto, que José Romero da Cunha, diretor-geral do Presídio de Sabará, teve a ideia de montar uma biblioteca na penitenciária. Chamou Marcos Túlio, e, desde janeiro deste ano, 105 apenados têm à disposição cerca de 300 livros.

Em julho, a Borrachaloteca ganhou mais um braço: a Casa das Artes. Do projeto inicial, na borracharia, que abrigava apenas livros, agora Marcos Túlio criou um centro cultural. Os livros ainda são a maioria (com “cordelteca” e uma biblioteca especializada no público infanto-juvenil, que hoje abriga cerca de 2 mil obras), mas há espaço também para o pessoal dos Aautos da Poesia e dos Tambores das Gerais. Parece uma casinha de bonecas, de madeira, com muitas cores e enfeites, mas é o lar do imaginário das crianças da região. “Nunca imaginei que ia resultar neste tanto”, confessa o idealizador do projeto.

Foto: João Miranda/Arquivo MinC



Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Finep.

Em função do bicentenário, estão sendo estudados, com o BNDES, financiamentos para projetos de restauração do prédio da FBN, com início ainda em 2010.

Eventos como Quarta às Quatro, Leitura em Debate e Natal com Leituras e grandes exposições se consolidaram como parte

da agenda cultural do país, ao promover encontros entre intelectuais, estudantes e professores.

Em 2006, as atividades do Proler, criado em 1992, foram retomadas, após três anos de interrupção. Como parte das ações prioritárias na área da leitura, a FBN, com apoio do Programa Mais Cultura, realizou a capacitação de mediadores de leitura e promoveu cursos.

### Acervos na web: documentos históricos, revistas pioneiras, Machado e Rui Barbosa

Diversas frentes de digitalização de acervos e sua disponibilização via internet vêm sendo empreendidas ou apoiadas pelo Ministério e por suas vinculadas.

Uma parceria do MinC com a Brasileira USP permite a digitalização de revistas e jornais históricos. Cinco coleções já estão disponíveis no portal Cultura e Pensamento: *Correio Brasileiro*, publicado em Londres entre 1808 e 1822; *O Patriota* (1813-14), dedicado à difusão do conhecimento científico; a revista *Nitheroy* (1836), um dos pontos de partida do romantismo no Brasil; e dois veículos fundamentais do modernismo, a *Klaxon* (1922-23) e a *Revista de Antropofagia*.

A Brasileira USP é um projeto da Universidade de São Paulo para permitir o acesso via rede mundial para a pesquisa e para o ensino à maior coleção de livros e documentos sobre o Brasil sob responsabilidade de uma universidade.

O novo portal da Fundação Casa de Rui Barbosa, por sua

vez, ampliou a repercussão dos projetos, pesquisas, acervos, serviços e eventos da instituição. Já são várias as bases de dados – em especial, sobre os acervos, disponíveis online – e sites temáticos, como o dedicado ao cordel e o que traz obras de Machado de Assis, assim como a versão digital da obra completa de Rui Barbosa.

A Fundação Biblioteca Nacional, por sua vez, iniciou em 2008 digitalização de acervos culturais que vai ultrapassar, neste ano, 200 mil documentos – disponíveis em iniciativas como a World Digital Library e a Rede da Memória Virtual Brasileira. O investimento é de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Em junho, a FBN foi eleita para o Conselho Executivo da WDL, em Washington. Em outubro, passou a integrar o comitê consultivo da Coleção Obras Essenciais em Biodiversidade, do qual fazem parte o Ministério do Meio Ambiente e diversas instituições de ensino e pesquisa.

A Biblioteca Nacional Digital alcança média de 1 milhão de acessos por mês.



www.machadodeassis.net



www.bndigital.bn.br

Por meio de comitês, o Proler vem atuando em todas as unidades da Federação, a partir de parcerias com secretarias de Cultura e Educação (municipais ou estaduais), universidades e outras instituições.

### **Parcerias inserem o Proler em todos os estados**

Foram publicados 192 títulos de obras artísticas e literárias, em edições próprias ou parcerias com outras instituições. Como centro nacional de permuta bibliográfica, a FBN envia os títulos para instituições no Brasil e no exterior e as produções são exibidas nas principais feiras literárias do país e do mundo. Foram financiadas, ainda, 136 pesquisas de enfoque cultural.

O Prêmio Luís de Camões, em parceria com o Governo de Portugal, os Prêmios Literários da FBN e as Bolsas de Tradução são hoje um dos principais meios de reconhecimento da instituição aos autores que publicam obras em língua portuguesa.

### **Atuação articulada para reverter a exclusão cultural**

Em outubro de 2007, o governo federal incluiu a cultura na Agenda Social com o

Programa Mais Cultura, no qual o MinC, em parceria com outros órgãos federais, estados, municípios e entidades da sociedade civil, atua para ampliar o acesso da população a equipamentos e bens culturais.

As ações se organizam em três eixos: Cultura e Cidadania, contemplando os temas de cidadania, identidades e diversidade; Cultura e Cidades, voltado para a qualificação do ambiente social, com criação de infraestrutura cultural; e Cultura e Economia, focado nas questões de ocupação, renda e emprego.

O Mais Cultura tem como base os diagnósticos produzidos pelo Ministério da Cultura em parceria com institutos de pesquisa, que mostraram que 56,7% das cidades não tinham nem museu, nem teatro, nem centro cultural ou cinema em 2006, e que apenas 14% da população ia ao cinema pelo menos uma vez por mês, dentre outros indicadores que revelam o elevado grau de exclusão da população brasileira a bens e serviços culturais.

Entre as ações executadas pelo Programa estão a implantação e a modernização de equipamentos públicos como bibliotecas e centros culturais multiuso, a exemplo da Biblioteca-Parque de Manguinhos – primeira do gênero no Brasil – e do Espaço Mais Cultura Cuca Che Guevara.

*Para enfrentar essa realidade, o Ministério tem priorizado sua atuação em áreas e comunidades expostas à violência e fragilizadas em termos sociais, econômicos e educacionais, especialmente nos Territórios da Cidadania e em localidades de atuação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).*

Foto: Silvana Tamiazi



### **Cines buscam consolidar circuito audiovisual não-comercial**

Até o fim de 2010, a meta do governo é ter implantado mais de mil Cines Mais Cultura em todas as regiões, levando cinema de graça à população e ampliando o alcance da produção audiovisual brasileira, em especial a independente, por meio de distribuição de equipamentos digitais para criação de cineclubes. Hoje já são 821 implantados e outros 860 conveniados. Os Cines recebem capacitação por meio de parceria com o Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiros (CNC) e dos conteúdos audiovisuais catalogados pela Programadora Brasil, com o objetivo de consolidar um circuito não-comercial no país.

Os Pontos de Cultura estão hoje dentro do Programa Mais Cultura. Os Pontos propriamente ditos hoje se somam a Pontinhos, Pontões, Pontos de Leitura, Pontos de Memória, Pontos de Mídia Livre e Pontos de Cultura Indígena (esses dois últimos e os Pontões não estão dentro do Programa). Passa de 4 mil o total de iniciativas nessas variantes com apoio do MinC em diferentes etapas – plenamente apoiados, recém-selecionados, previstos em edital já lançado ou determinado pelo convênio entre o MinC e o respectivo estado ou município etc. (ver pág. 28).

O Mais Cultura está fomentando a produção cultural de artistas, grupos artísticos independentes e produtores culturais em regiões historicamente sem acesso aos mecanismos de fomento cultural. Neste sentido, o Microprojetos Mais Cultura viabilizou o financiamento não-reembolsável de mais de 1.200 projetos culturais do semiárido. Outras 928 iniciativas já estão sendo contempladas pelo edital voltado para a Amazônia Legal.

Também tem sido incentivada a produção de conteúdos audiovisuais para emissoras do campo público.

Muitas das ações foram viabilizadas em parcerias com os governos estaduais e municipais e entidades. Até dezembro de 2010, foram firmados acordos de cooperação com 25 estados, além de 265 municípios, para execução descentralizada do Programa.

### **Pontos de Cultura**

Funcionam como centros produtores e difusores de cultura nas mais diversas comunidades do país. Estimulam a criatividade, potencializando as ações culturais já desenvolvidas pelas comunidades brasileiras.

O Programa Mais Cultura amplia o conceito de política pública para os Pontos, compondo uma rede articulada, e os convênios assinados com governos estaduais e municipais possibilitaram a ampliação dessa rede em todo o país.

A partir do Mais Cultura, estão sendo apoiados:

- » *Pontos de Leitura* – Iniciativas desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos (associações comunitárias, bibliotecas comunitárias, sindicatos, hospitais, presídios, dentre outros), reconhecidas e apoiadas com prêmio de R\$ 20 mil. Recebem kit de livros, móveis e computador.
- » *Pontinhos de Cultura* – Espaços do brincar com ações voltadas à infância, estabelecendo espaços culturais que estimulam a brincadeira e a imaginação, valorizam a liberdade e a sociabilidade, contribuindo para a formação da criança como futura cidadã. Cada iniciativa recebe R\$ 18 mil para aperfeiçoar seus espaços.

### **Cines Mais Cultura**

Por meio de editais e parcerias diretas, a iniciativa disponibiliza equipamento audiovisual de projeção digital, 330 obras brasileiras do catálogo da Programadora Brasil e oficina de capacitação cineclubista, atendendo prioritariamente periferias de grandes centros urbanos e municípios em áreas rurais.

Os editais visam contemplar entidades tais como bibliotecas comunitárias, Pontos de Cultura, associações de moradores ou até mesmo escolas e universidades da rede pública, bem como prefeituras. Com a concentração de salas comerciais de cinema em apenas 9% do território nacional e a quantidade reduzida de obras audiovisuais

## MAIS CULTURA E PONTOS DE CULTURA

### Políticas inseridas no território em diferentes escalas e formatos

Esta compilação inclui iniciativas já plenamente efetivadas ou apoiadas e outras em implementação ou em curso (editais ainda não concluídos, por exemplo)

### 4,5 MIL PONTOS DE CULTURA de diferentes tipos

2,5 mil Pontos de Cultura

1.275 Pontos de Leitura

R\$ 19,5 milhões MinC +

R\$ 6,1 milhões estados/municípios

485 Pontinhos de Cultura

R\$ 7,0 milhões MinC +

R\$ 1,8 milhão estados/municípios

122 Pontos de Cultura Indígena

R\$ 26,5 milhões

12 Pontos de Memória

R\$ 1,0 milhão MinC +

R\$ 2,6 milhões Pronasci

### 1.681 CINES MAIS CULTURA

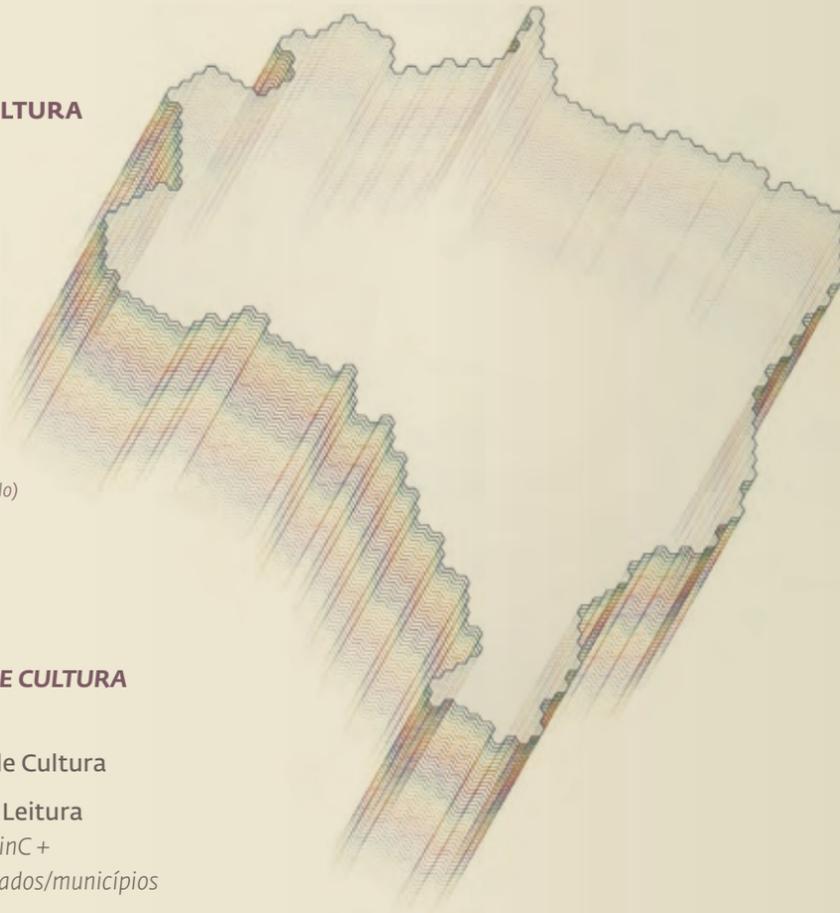
R\$ 25,2 milhões

brasileiras na TV, a maioria dos filmes produzidos no país permanece inédita para grande parte de sua população.

### Agentes de Leitura

O Mais Cultura está apoiando a formação de jovens que irão atuar em suas comunidades por meio de atividades como empréstimos de livros, rodas de leitura, ciranda

de livros, narração de histórias e criação de clubes de leitura. Os Agentes de Leitura cadastram famílias e levam às casas o universo literário e a experiência transformadora da leitura. Eles estarão integrados a bibliotecas públicas municipais, escolas, Pontos de Cultura e Pontos de Leitura. O MinC, em parceria com governos estaduais e municipais, lançou em 2010 editais para seleção de 4 mil Agentes de Leitura, com



### 2.919 BIBLIOTECAS moderniza- das, implantadas ou reformadas

R\$ 217,8 milhões

### 44 ESPAÇOS MAIS CULTURA

R\$ 30,5 milhões MinC +

R\$ 8,1 milhões municípios e estado (MG)

### 2.733 MICROPROJETOS MAIS CULTURA

R\$ 40,0 milhões MinC/MJ

## SÃO PAULO Cineclube leva filmografia nacional a núcleo habitacional

As ruas da Ocupação e do Projeto, mais 47 travessas com nomes de santos e santas, compõem o Núcleo Habitacional Jardim Gazuza, no bairro Jardim Casa Grande, em Diadema (SP), ocupado em 1989. Após a ocupação, lideranças do bairro se preocuparam em garantir infraestrutura, como saneamento, moradia, transporte e cultura para a comunidade. Esta última demorou a se concretizar. Somente no início de 2010, com a aprovação do projeto Cineclube Gazuza no Programa Mais Cultura, as coisas começaram a acontecer.

Pela primeira vez, os moradores do bairro tiveram acesso a obras brasileiras, transmitidas por meio de um equipamento audiovisual de projeção digital, já que o único cinema da cidade também demorou a chegar por lá. O Cineclube Gazuza funciona, semanalmente, aos sábados, e atende principalmente o público infantil.

O pedreiro Miguel Batista, quando pode, deixa de lado os tijolos e o cimento para fazer o que mais gosta: cinema. Ele, que já produziu, atuou e roteirizou mais de 20 filmes, comemora o seu mais novo trabalho, *Miguel Batista: O Construtor de Imagens*, lançado em outubro, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

O interesse do cearense Miguel pela sétima arte começou nos anos 70, quando morava no Rio de Janeiro. Em 1999, já em São Paulo, conheceu a oficina de cinema em Diadema. A identificação foi imediata. Além de cineasta, o pedreiro também é cordelista, e publicou um livro sobre

a comunidade do Gazuza. Autodidata, fala oito idiomas, mas o esperanto é o seu preferido. Usa todo esse conhecimento para produzir seus filmes, desde o roteiro até a trilha sonora. Em um destes, *Os Kinãoforum*, o protagonista é uma figura folclórica importante no imaginário dos moradores do Gazuza: Tranquilino.

Roupa de general, muitos broches, honrarias e bandeiras do Brasil no bolso, o pitoresco "militar" Manoel Tranquilino, dono de histórias fabulosas, conta que "houve um princípio de guerra no Gazuza, e fui diplomado general nobre da paz, congratulado prefeito honorário do Gazuza e de Diadema".

Até pouco tempo atrás, com a concentração das salas de cinemas comerciais nas áreas centrais de poucos municípios, grande parte dos filmes brasileiros era novidade para a população em geral. Com a parceria entre o MinC e a produtora 7Estrelo, essa realidade vem mudando. A partir deste ano, um filme brasileiro entra em circuito comercial e cineclubista ao mesmo tempo. Caso do documentário *Terra Deu, Terra Come*, de Rodrigo Siqueira. Para os moradores do Jardim Gazuza, essa parceria fortaleceu a esperança de que a arte esteja permanentemente em sua alma. "É emocionante ver crianças crescendo próximas a esse circuito cultural tão elevado intelectualmente. Muitos de nós estamos tendo essa oportunidade tardiamente", conta o líder comunitário Antonio Osório Monteiro, o Toninho.

Fotos: Luciano Vicioni



Foto: Divulgação - "Natália"



Foto: Divulgação - "Vida de Estagiário"



um investimento total de R\$ 27,7 milhões. O MEC também é parceiro da ação, com investimento de R\$ 3 milhões.

### Conteúdos para TVs públicas

O MinC, de forma articulada com as TVs públicas, tem apoiado a produção de conteúdos audiovisuais de qualidade para o público jovem, especialmente dos segmentos C, D e E.

Em 2008, o MinC encomendou uma pesquisa – articulada com o campo público de TV – sobre o perfil psicossocial da juventude das faixas C, D e E. Também foi realizado o Seminário Juventude e Teledramaturgia. Ambas as ações resultaram no lançamento do Edital FICTV/Mais Cultura, que destinou um total de R\$ 14,48 milhões (no período de 2008 a 2010) para a produção de oito episódios inaugurais de minisséries, mais três minisséries de 13 capítulos. A conclusão está prevista para dezembro.

#### FICTV apoia minisséries para público jovem das faixas C, D e E

Os vencedores foram *Brilhante Futebol Clube*, que aborda o preconceito sofrido por jovens meninas que decidem montar uma equipe de futebol em uma cidade do interior de Minas Gerais; *Natália*, sobre uma jovem de origem humilde que se vê por acaso no mundo da

moda; e *Vida de Estagiário*, baseado nos quadinhos do cartunista Allan Sieber.

O programa *Tô Sabendo*, por sua vez, aborda conteúdos de vestibulares e do Enem, envolvendo estudantes de escolas públicas do ensino médio. Estreou em outubro de 2009 em rede nacional pela TV Brasil e emissoras associadas. Aos sábados, transforma-se em uma revista cultural.

A base é um convênio entre o MinC e o governo da Bahia, por meio do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), com a participação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O valor é de R\$ 7,9 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões do MinC e R\$ 1,5 milhão do governo baiano.

O Portal Tô Sabendo Mais funciona como um curso à distância. Além de conteúdos do Enem, apresenta notícias sobre vestibulares, quiz, simulados, desafios e um espaço para exibição de vídeos dos alunos. [www.tosabendomais.com.br/porta](http://www.tosabendomais.com.br/porta)

### Equipamentos para promover a cidadania

O Programa Mais Cultura tem apoiado a implantação de equipamentos culturais como forma de gerar maior coesão social e promover a cidadania e o desenvolvimento local. Centros culturais, espaços de exposições, teatros, cinemas, bibliotecas, salas de leitura,

Foto: Divulgação - "Brilhante Futebol Clube"



espaços multifuncionais serão ampliados, tanto nas periferias como nas áreas centrais de cidades, assegurando áreas de convívio, lazer e atividade física e promovendo a qualidade de vida e a vivência cultural.

Estão sendo investidos milhões de reais para a construção de Espaços Mais Cultura em áreas de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Inicialmente, serão contempladas 13 capitais – Recife, Curitiba, Florianópolis, Brasília, São Luís, Natal, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Salvador, Maceió, Teresina –, além de Santos (SP).

Foto: Reprodução



## Bibliotecas Mais Cultura

Além de apoiar a implantação, o programa tem investido para melhorar e modernizar as bibliotecas públicas do país (ver pág. 28), buscando torná-las equipamentos culturais dinâmicos e atrativos, articular as diversas linguagens culturais e estimular a formação cidadã, o convívio social e o desenvolvimento local.

- » **Implantação** – Uma das principais metas do governo federal é dotar todos os municípios brasileiros com pelo menos uma biblioteca pública municipal. O Programa Mais Cultura investiu R\$ 93,4 milhões para contemplar 1.656 municípios com kits compostos de 2 mil livros, mobiliário, acervo e equipamentos. As prefeituras municipais são parceiras nesta ação e oferecem espaço físico adequado, funcionários e manutenção da biblioteca.
- » **Construção** – Além dos kits de implantação, o Mais Cultura, em parceria com prefeituras, está apoiando a construção de bibliotecas públicas em áreas de periferias de grandes centros urbanos. Atualmente, estão sendo implantadas sete bibliotecas nas cidades de Belém, Fortaleza, Manaus, Goiânia, Recife e Salvador, com investimento de R\$ 3,8 milhões.

- » **Modernização de bibliotecas municipais** – O Mais Cultura já investiu para modernizar 1.190 bibliotecas. Dessas, grande parte está localizada nos Territórios da Cidadania. Do total, a maioria foi modernizada por ação conjunta com a Fundação Biblioteca Nacional. Cada biblioteca modernizada recebe mil livros, mobiliário e telecentro digital com 11 computadores conectados em rede, com acesso à internet banda larga (parceria com o Ministério das Comunicações). Em 2010, o recurso foi descentralizado para a modernização de 466 bibliotecas por meio de convênios.
- » **Edital de Bibliotecas Comunitárias** – Até o fim de 2010, serão investidos R\$ 2,75 milhões para apoiar 55 bibliotecas em quatro estados (Acre, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro) que lançarão editais destinados a espaços mantidos por entidades privadas ou pessoas físicas com importante atuação local na formação leitora.

Foto: Luiz Avila/CenaUm



Foto: Renato Magalhães



Foto: Wilmara Figueiredo

## Estímulo ao cordel e a periódicos

O Edital Prêmio Mais Cultura de Literatura de Cordel 2010 apoiará, até o fim do ano, 200 iniciativas culturais vinculadas a criação e produção, pesquisa, formação e difusão da literatura de cordel e linguagens afins, como xilogravura, repente, coco e embolada.

Já o Edital de Periódicos de Conteúdo Mais Cultura selecionou 12 publicações para a aquisição de 7 mil assinaturas de cada uma delas, com investimento total de R\$ 5,38 milhões. Os periódicos foram distribuídos entre bibliotecas públicas e Pontos de Leitura.

## Financiamento adaptado a diferentes demandas

No eixo Cultura e Economia, o Programa contribui para dotar o país de um novo padrão de financiamento da cultura.

Mediante o financiamento não-reembolsável (isto é, sem necessidade de devolução do valor) de projetos culturais, a ação Microprojetos fomenta a produção cultural de artistas, produtores culturais e grupos artísticos independentes historicamente sem acesso aos mecanismos tradicionais de incentivo à cultura, além de gerar oportunidades e promover a inclusão social de jovens entre 17 e 29 anos.

A primeira edição do Microprojetos Mais Cultura, executada em 2009, foi direcionada

à região do Semiárido e contemplou 11 estados – PB, AL, CE, PI, BA, RN, SE, MA, PE, MG e ES. As iniciativas contempladas receberam prêmios no valor de 1 a 30 salários mínimos, com investimento total de R\$ 13,5 milhões.

### *Edital de microprojetos contemplou artistas e produtores de municípios do Semiárido em 11 estados*

Em 2010, a segunda edição do Microprojetos conta com R\$ 13,8 milhões e tem foco na região amazônica. O teto por projeto foi ampliado para 35 salários mínimos, a fim de atender o “custo amazônico”, uma das principais deliberações da II Conferência Nacional de Cultura.

Podem concorrer a esses editais pessoas físicas e pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que desenvolvam projetos nas regiões mencionadas.

O Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) é direcionado a comunidades artesanais tradicionais e artistas populares com o objetivo de requalificar e ampliar a presença dessa tradição cultural nos mercados interno e externo, promovendo sua dinamização econômica, além de estimular a preservação e a transmissão de conhecimentos tradicionais.

Atualmente, o Promoart apoia a produção de comunidades nas cinco regiões brasileiras.

*A economia cultural e criativa precisa ter fontes de recursos diversificadas e mecanismos de incentivo variados, permitindo que se adapte às diferentes necessidades dos empreendimentos culturais brasileiros.*

## CEARÁ Orquestra de barro, sons da natureza



Fotos: Paulino Menezes



O canto do uirapuru é mágico e único. Com o mesmo nome da ave amazônica, a Orquestra de Barro, do povoado de Moita Redonda, no município de Cascavel (CE), produz igual efeito. É um som ancestral, das entranhas da terra, das águas e árvores da floresta.

Os 25 jovens que integram a orquestra foram reunidos pelo artista plástico e luthier Tércio Araripe e, sob a batuta do maestro Luizinho Duarte, fazem música com instrumentos produzidos por seus pais e avós, mestres na arte da cerâmica. A artesã Rosemeire da Silva e seu marido, Paulo dos Santos, produzem os instrumentos que o filho Mateus toca.

Duas vezes por semana, a orquestra estuda e ensaia no quintal da casa de Tércio, que afirma: "Instrumentos de barro são milenares, mas uma orquestra como essa é inédita". Essa formação inovadora, além de manter ativa a produção artesanal, promove a cultura e a inclusão social.

Tércio dedica-se à pesquisa e construção de instrumentos musicais há mais de 20 anos. A ideia de criar a orquestra surgiu ao realizar oficinas de confecção de instrumentos de barro em Moita Redonda, para onde se mudou há três anos com a mulher e o filho.

Primeiro, conversou com as famílias do povoado. Depois, estimulou os jovens a participar. Por fim, convidou o maestro Luizinho Duarte, que, após trabalhar com Maria Bethânia, Tim Maia e Elza Soares, buscava um projeto

envolvendo crianças e adolescentes. "Em apenas uma semana os garotos já haviam encontrado o seu ritmo", conta o maestro.

Na formação atual há jovens com idade entre 12 e 20 anos que se inscreveram na primeira turma, em 2009, desistiram, mas decidiram voltar. "É muito bom doar aos outros o que aprendemos aqui", diz Alex, 19 anos, há um ano e meio na orquestra, lembrando das apresentações já realizadas – a primeira, em 2009 mesmo, no Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza. Um DVD com essa apresentação e informações sobre a região está em fase de finalização.

Segundo Tércio, o prêmio Mais Cultura Microprojetos Semiárido trouxe fôlego para o projeto se estruturar e ter continuidade. Agora, ele e Luizinho trabalham para incentivar os novos músicos a produzirem seus próprios instrumentos. Em seguida, eles também terão aulas teóricas de música. "Achei melhor que eles buscassem o som internamente, apossando-se dele, antes começar a trabalhar com partituras", explica o maestro.

Assim começam experiências envolvendo sopro, cordas e novas perspectivas para esses jovens. É o início, também, de uma nova fase para a comunidade de Moita Redonda. A música que fez os jovens terem orgulho de fazer parte da cultura do barro recupera, nos mais velhos, a esperança de preservação da tradição ceramista.

## Salas de cinema para localidades carentes

Diversificar, descentralizar e expandir a oferta de serviços audiovisuais para a população brasileira por meio da ampliação do parque exibidor de cinema. Esse é o objetivo do programa Cinema Perto de Você, lançado em junho pelo presidente da República.

O programa busca estimular empresas do segmento de exibição cinematográfica, abrir salas em cidades de porte médio e bairros populares das grandes cidades, ampliar o perfil social dos frequentadores e

descentralizar o parque exibidor, induzindo a formação de novos centros regionais consumidores de cinema.

A meta é estimular a abertura de 600 novas salas e incluir 12 milhões de espectadores no público regular de cinema ao fim de quatro anos. Prevê-se a criação de 5.400 postos de trabalho diretos nas atividades de exibição e 29.000 na construção civil, incluindo os indiretos.

Desenvolvido pelo Ministério da Cultura e pela Ancine e operado em parceria com o BNDES, o Cinema Perto de Você foi concebido para contemplar especialmente as



Foto: Nidin Sanches/Divulgação

## Ópera a preços populares: o barbeiro de Rossini roda o Brasil

Entre junho e novembro de 2010, cerca de 100 mil pessoas em 15 cidades brasileiras assistiram a uma das mais populares óperas, o *Barbeiro de Sevilha*, encenada pela Companhia Brasileira de Ópera. No programa de cada apresentação, havia quatro récitas adultas, de duas horas e meia de duração, e uma infantil, com 50 minutos.

O espetáculo inovou em cenários e personagens desenhados pelo cartunista ítalo-americano Joshua Held, que interagiam com cantores reais, capturando a atenção de adultos e crianças.

Além de atingir o público acostumado à ópera, o projeto da Companhia incorporou novos espectadores, pessoas que desfrutaram, pela primeira vez, um espetáculo dessa linguagem artística.

As apresentações começaram por Belo Horizonte em junho; passaram pelas capitais do Sul, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba; foram a Manaus; depois Fortaleza, João Pessoa, Brasília, Aracaju, Salvador e Recife. Por fim, o espetáculo chegou a Santos (SP), São Paulo, Ribeirão Preto (SP) e Rio de Janeiro.

A itinerância do barbeiro criado por Rossini marcou a criação da Companhia Brasileira de Ópera, uma iniciativa do maestro John Neschling com o apoio do Ministério da Cultura, que levará a todas as regiões do país espetáculos de nível internacional a preços populares, além de cursos de formação para atores e músicos.

regiões Norte e Nordeste, mais carentes de salas de exibição, e a nova classe C, estrato social no qual o consumo mais cresce e que já representa mais da metade da população brasileira. As ações contam com R\$ 300 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA – ver pág.79), aos quais devem se somar R\$ 200 milhões do BNDES.

Desde o lançamento, no primeiro semestre de 2010, o BNDES recebeu várias consultas para operações. Em setembro, foi inaugurado um conjunto com seis salas em Sulacap, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O projeto foi construído pelo mesmo exibidor do Espaço Unibanco de São Paulo, em parceria com o Carrefour. O FSA investiu R\$ 3,168 milhões, e o BNDES, R\$ 595 mil. Outro projeto prevê seis salas no Irajá, outra área popular do Rio.

São cinco eixos de ação: duas linhas financeiras, de investimento com participação nos resultados e de crédito com juros baixos; abertura de salas de propriedade pública via convênio em municípios até 100 mil habitantes; desoneração tributária para construção e modernização de salas, e também dos ganhos dos complexos credenciados; controle de bilheteria, com sistemas informatizados que ampliem a capacidade de planejamento dos agentes públicos e privados; e digitalização, visando ao barateamento dos equipamentos de projeção.

## Passos no rumo da inclusão

*O que mostram os levantamentos do IBGE entre 2001 e 2009*

O Perfil dos Municípios Brasileiros permite uma visualização dos avanços no campo cultural nos últimos anos e de sua capilarização no território nacional – embora ainda haja muito a avançar no sentido da reversão da exclusão, tanto em termos gerais como no que diz respeito ao desnível entre diferentes camadas da população e entre regiões. A Munic – sigla pela qual o levantamento é mais conhecido – é publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e teve pela primeira vez um suplemento exclusivo sobre cultura em 2006 (ver pág.65).

A expansão das universidades é uma constatação da pesquisa. Entre 2001 e 2009, o percentual de municípios com unidades de ensino superior praticamente dobrou. O crescimento foi de 95,4%.

Aumentou também o número de teatros e salas de espetáculo e melhorou sua distribuição. Na última década, segundo os dados do IBGE, os municípios que têm esses equipamentos passaram de 18,8% para 21,1% do total nacional. Depois da crise nas salas de cinema (especialmente as de rua), a rede de salas de exibição também voltou a apresentar crescimento.

Os provedores de internet são o equipamento que obteve o crescimento mais significativo (239%) nos municípios nos últimos oito anos, o que está em consonância com o aumento de acesso à rede mundial do ponto de vista do usuário, tanto no domicílio quanto no ambiente de trabalho.

Do ponto de vista de presença de manifestações artísticas no território, também despontam avanços. A Munic mostra um aumento significativo no número de municípios brasileiros com grupos teatrais, embora seja detectada uma queda entre 2006 e a última medição.

Segundo a pesquisa de 2009, ocorreu um salto no número de municipalidades com pelo menos uma orquestra: um aumento de 141%. E o número de municípios com bandas chegou a 3.358 – três em cada cinco, considerado o total de 5.565.

## A presença da cultura nas cidades

*Evolução percentual em relação ao total de municípios do país*

	2001	2006	2009
<b>Instituições universitárias</b>	19,6%	39,8%	38,3%
<b>Teatros e salas de espetáculo</b>	18,8%	21,2%	21,1%
<b>Orquestras</b>	5,6%	11,5%	13,5%
<b>Bandas</b>	43,7%	53,2%	60,4%
<b>Grupos teatrais</b>	14,3%	39,9%	33%
<b>Salas de cinema</b>	7,5%	8,7%	9,1%
<b>Provedores de internet</b>	22,7%	45,6%	55,6%
<b>Secretaria municipal de Cultura</b>	—*	236	521
<b>Conselho municipal de Cultura</b>	13,2%	17%	24,7%
<b>Leis de proteção do patrimônio cultural</b>	—*	18,9%	29,1%

Fonte: Munic / IBGE

\* Não existe registro em 2001

Saltam à vista passos para a institucionalização da gestão cultural, conforme pretendido com o Sistema Nacional de Cultura (ver pág.138). De acordo com o IBGE, entre 2006 e 2009 o país apresentou um crescimento de mais de 120% no número de secretarias municipais exclusivamente voltadas para a área.

Em alguns Estados, o percentual de novas secretarias é bem grande. Destacam-se Tocantins, que aumentou em 550% o número de secretarias municipais de Cultura, Piauí (375%), Maranhão (216%), Espírito Santo (200%) e Bahia (225%).

Em âmbito nacional, também houve grande expansão do número de atendidas pelos conselhos municipais de Cultura. Essa instância agora está presente em quase um quarto das cidades (1.169). O crescimento é verificado principalmente ao final do período: somente em 2007 foi criado conselho em 3,7% dos municípios.

Outro salto no sentido da nacionalização de políticas públicas de cultura foi o estabelecimento de leis que amparam a proteção do patrimônio cultural. Pelos dados

de 2009, elas estão presentes em quase um terço – mais precisamente, 29,1% – das municipalidades.

Nos 1.618 municípios com tal tipo de legislação, 96,4% dessas leis se referiam ao patrimônio material e 24,8% delas tratavam, também, do patrimônio imaterial (conhecimentos, processos de saber e fazer, rituais, festas, ritmos, literatura oral etc.).

Por outro lado, o maior aumento relativo na proporção de municípios que contam com essas legislações se deu em torno do patrimônio imaterial – foi de 188,0%, entre 2006 e 2009. No que se refere ao patrimônio material, 63,7%.

## Centros de referência

*Projetos especiais que impactam a realidade territorial ou a configuração setorial*

Ao lado do apoio a iniciativas culturais de variados perfis e portes, o Ministério da Cultura (MinC) compreende a importância de equipamentos culturais de referência, que interferem diretamente na equação do desenvolvimento local ou contribuem para elevar o nível artístico e profissional de uma arte ou atividade determinada.

Comunidades de periferias, pequenos municípios ou territórios que dispõem de poucos ou nenhum equipamento cultural estão recebendo espaços culturais multiuso, viabilizados por diferentes formatos de parceria.

Exemplos são os Espaços Mais Cultura (ver pág. 30), dentro da lógica federativa do programa, e projetos tratados com prioridade estratégica no Fundo Nacional da Cultura (FNC). Em muitos casos, trata-se de uma estrutura a ser cuidada e administrada com envolvimento direto da população local.

Estas duas páginas trazem equipamentos que se encontram em estágios variados. Outros projetos planejados para se juntar a eles no futuro próximo são o Memorial Sivuca, na Paraíba, e a Casa do Samba, no Rio de Janeiro.

### *Casa de Leitura Thiago de Mello*

Primeira biblioteca temática do Programa Mais Cultura, será instalada em Manaus. É resultado de uma parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a Fundação Djalma Batista, vinculada ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

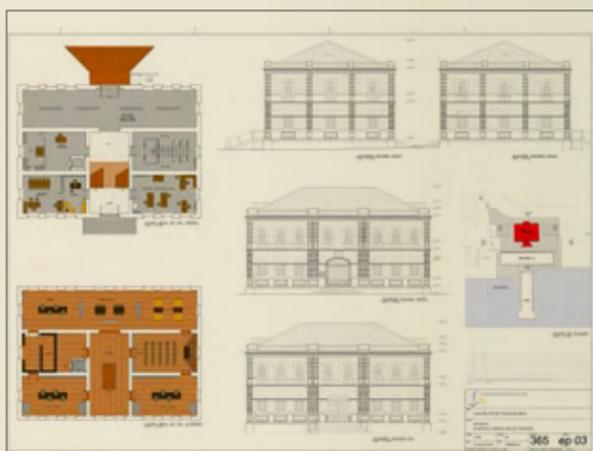
A biblioteca ocupará área portuária tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no centro da capital amazonense. As atividades estarão distribuídas em dois prédios antigos, ambos de 1890: o Armazém 15 de Novembro (armazém de ferro industrial) e o antigo Prédio do Tesouro (prédio de alvenaria).

No Prédio do Tesouro, serão instaladas a sala de leitura, os acervos bibliográfico e iconográfico (com base no acervo pessoal do poeta Thiago de Mello), espaços técnico-administrativos e exposição histórica. Já o Armazém abrigará o auditório, espaço infantil, medioteca e espaço de exposições temporárias.

Para a instalação da Casa de Cultura, serão investidos R\$ 12,6 milhões, via descentralização de recursos para o Iphan. No projeto, incluem-se a reforma do Conjunto



Foto: Diego Cunha/DLLL/MinC



Marcos Flaksman/Reprodução

Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus, tombado pela União em 1987; a aquisição do acervo do poeta e demais obras; e a curadoria tecnológica que vai equipar toda a casa de leitura com *e-books* e projetos virtuais.

Na fase inicial do projeto, a partir da assinatura do contrato em 16 de setembro deste ano, iniciou-se um trabalho de restauração, conservação e readequação do Armazém 15 de Novembro. O prazo para conclusão das obras de restauração e conservação dos prédios é de 150 dias. A entrega deve ocorrer na segunda quinzena de fevereiro.

### *Memorial Darcy Ribeiro*

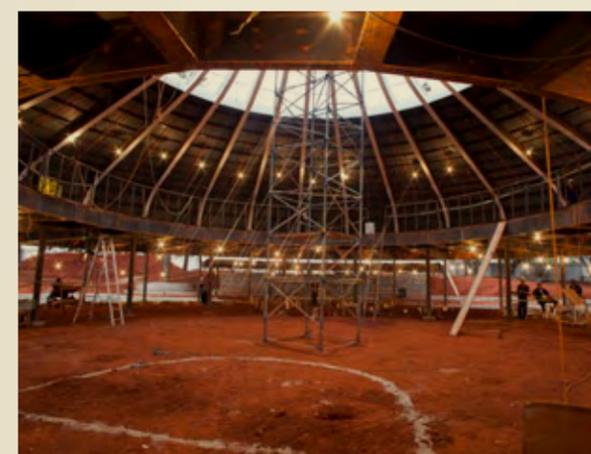
Espaço dedicado a convivência, teve a obra concluída e foi inaugurado no dia 6 de dezembro deste ano, no *campus* da Universidade de Brasília (UnB). Resulta de parceria entre o

MinC, a Fundação Darcy Ribeiro e a UnB. “Trata-se de um amplo palco ao ar livre para serestas e leitura de teatro e poesia, defronte de uma arquibancada para duzentos olharem a lua cheia e se acariciarem. Eu, lá de longe, estarei vendo, feliz”, disse o homenageado, que morreu em 1997.

O Memorial tem dois pavimentos e conta com salas de aula, galeria para exposição, cineclube, gabinetes de pesquisa, centro de documentação, um café e livraria, além do anfiteatro apelidado por Darcy como Beijódromo, com capacidade para 200 pessoas.

Ficarão no local aproximadamente 30 mil livros do acervo do professor e educador, entre eles exemplares da antropóloga Berta Gleizer Ribeiro, sua primeira esposa. Também estarão disponíveis para consulta documentos pessoais como cartas trocadas com o arquiteto Oscar Niemeyer e o filósofo francês Jean-Paul Sartre; obras de arte brasileiras, como quadros de Portinari; vídeos e artefatos indígenas. O Memorial receberá também apresentações artísticas, lançamentos de obras literárias e exposições, e abrigará ainda atividades docentes e comunitárias.

Fotos: José Rosa



A construção representa um investimento de R\$ 8,56 milhões, sendo R\$ 6,85 milhões provenientes do Fundo Nacional da Cultura por meio de convênio.

### *Cais do Sertão Luiz Gonzaga*

Primeiro museu nacional em Pernambuco, terá a pedra fundamental lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em evento no dia 29 de dezembro deste ano. O local destacará a importância desse ícone do sertão nordestino para a cultura e o imaginário brasileiro. A previsão é que a primeira etapa seja inaugurada em dezembro de 2011 e a segunda etapa em dezembro de 2012, em comemoração ao centenário de Luiz Gonzaga.

O Cais, em fase de construção, é resultado de uma parceria entre Ministério da Cultura, governo do estado de Pernambuco e Porto de Recife. Representa um investimento de R\$ 26 milhões, sendo R\$ 21 milhões pelo governo federal.

### *Museu Clube da Esquina*

Tem por objetivo articular a temática da música como elemento de identidade da cultura mineira. O projeto museológico busca revelar, por meio da trajetória do movimento artístico conhecido como Clube da Esquina, a riqueza da memória oral e do acervo histórico da cultura brasileira. Para isso, a proposta se baseia na publicação de centenas de depoimentos, histórias de vida, fotografias, documentos, vídeos e áudios.

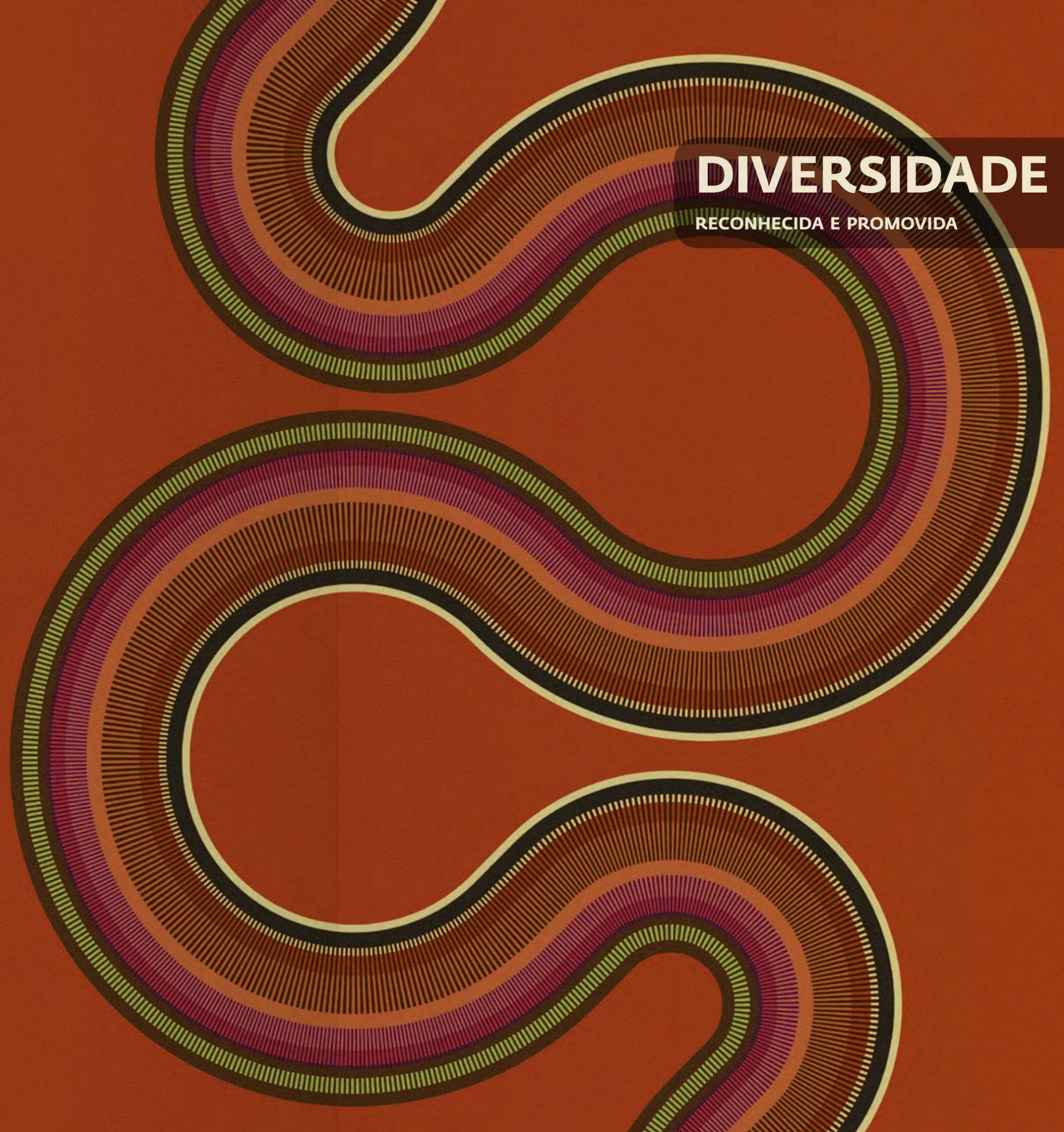
Em 2004, foi fundada a Associação dos Amigos do Museu Clube da Esquina, como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), composta por compositores, poetas, escritores e personalidades importantes no meio artístico e intelectual brasileiro. O projeto do MCE é dividido em três etapas: museu virtual, museu itinerante e museu físico. O financiamento envolve leis de incentivo e parceria com o governo estadual, contando ainda juntamente com a sociedade civil organizada.

O prédio que sediará o museu foi doado pelo governo de Minas e fará parte do conjunto do Circuito Cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. A cessão do imóvel estadual onde funcionava o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) deverá ser assinada nos primeiros dias de janeiro de 2011. A previsão é que as obras de reforma para instalação do Museu sejam entregues até o início de 2012.

O investimento será de aproximadamente R\$ 8 milhões, resultado de emenda parlamentar da bancada de mineira na Câmara Federal, em trâmite no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

# DIVERSIDADE

RECONHECIDA E PROMOVIDA



# DIVERSIDADE RECONHECIDA E PROMOVIDA

*As políticas do MinC partiram do reconhecimento da diversidade cultural como patrimônio maior da nossa população, ao lado da biodiversidade presente no território nacional.*

*Todo brasileiro é sujeito de sua cultura e sua história, e as ações buscaram reconhecer e valorizar esse capital simbólico, atendendo à multiplicidade de expressões. As infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões de mundo passaram a ter atenção, e assim se deu visibilidade também ao que é produzido ou exibido fora dos espaços previamente delimitados como culturais.*

*Entre os segmentos incluídos nas políticas setoriais estão os indígenas, o movimento hip hop, os capoeiristas, os povos ciganos, a população LGBT, os quilombolas, os ribeirinhos, a juventude rural, os idosos e os sem-terra. Editais dirigidos e simplificados, ao lado de programas de capacitação, deram nova acessibilidade aos recursos públicos.*

*Todas as matrizes de nossa nação mereceram atenção, inclusive na área de patrimônio e memória, historicamente focada na contribuição lusa. Esse valor foi abrigado tanto na política de museus, que se abriu a novas narrativas e atraiu mais público, como na de salvaguarda, em que 19 bens foram registrados como patrimônio imaterial, sendo que antes de 2003 só dois haviam sido alçados a essa condição.*

*Como inspiração e reflexo dessa postura no plano interno, o governo brasileiro se empenhou pela afirmação da diversidade no plano internacional.*

## Por um Brasil plural

No contexto atual de diversidade, uma das principais estratégias para o reconhecimento de grupos tão diversos é garantir direitos e oportunidades equitativos para as redes socioculturais. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Cultura desenvolveu políticas para assegurar o pluralismo da expressão identitária. A complexidade e a riqueza da diversidade cultural brasileira mereceram, dentro das políticas do MinC, uma estrutura específica com programa especial e capacidade de influir em todas as diretrizes das vinculadas do Ministério, articulando organismos do próprio governo para o tema.

Foram criados a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID) e o Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural, que tem atuado no fomento das expressões das culturas populares, na premiação de projetos oriundos das sociedades indígenas e no desenvolvimento de ações de combate à homofobia e à discriminação. Nesta nova política, o conceito de diversidade se estende a aspectos fundamentais das relações humanas e propõe ações que estimulem a cultura da paz e a aceitação do outro.

Em 2009, o Ministério da Cultura atendeu às demandas sociais de que fossem criados Colegiados Setoriais para os povos indígenas e para as culturas populares no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC – ver pág.135).

As manifestações originárias das sociedades indígenas, pela primeira vez em 20 anos, passaram a fazer parte das políticas setoriais de cultura. O movimento *hip hop*, a capoeira, a cultura dos povos ciganos, a cultura digital e a produção de jogos eletrônicos também se

enquadram nesse novo leque de expressões. No que concerne aos segmentos sociais, o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foi reconhecido por sua importância para a construção de um ambiente de tolerância e de combate à discriminação. Outros segmentos, como as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude rural e os sem-terra, hoje se encontram inseridos nas iniciativas do MinC. Processos de capacitação permitiram a esse público uma realização das demandas por meio de seu reconhecimento institucional por programas de fomento.

A afirmação progressiva da diversidade cultural no plano internacional constitui resposta construtiva às crescentes preocupações da sociedade civil e dos governos quanto à necessidade de criar mecanismos de promoção cultural e de salvaguarda de suas diversidades culturais, tal como ocorreu com a biodiversidade.

A diversidade cultural já integra as estratégias globais de desenvolvimento sustentável e, por causa disso, observa-se verdadeiro embate na comunidade internacional para que as produções artísticas não tenham, no âmbito do comércio exterior, o mesmo tratamento de produtos de origem agrícola ou industrial. Por esse motivo, a adoção da Convenção Internacional de Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, pela Assembleia Geral da Unesco, em 2005, passou a ser vital para os países emergentes (ver pág. 123).

## Política de salvaguarda

A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial tem como objetivo garantir a continuidade, a viabilidade e a sustentabilidade dos saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, lugares, formas de expressão e comunicação que compõem esse universo. Compreende ações de identificação, documentação, reconhecimento, valorização, promoção, apoio e fomento às condições sociais, ambientais e materiais que propiciam a existência e continuidade dessa riqueza.

A estruturação do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan e a integração do

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular consolidaram a política nacional para essa área.

Como patrimônio cultural imaterial brasileiro já estão registrados 21 bens, sendo que até 2003 só haviam sido realizados dois registros. A arte kusiwa (técnica de pintura e arte gráfica da população indígena Wajãpi, do Amapá) e o samba de roda do Recôncavo Baiano, registrados em 2002 e 2004, respectivamente, também foram consagrados pela Unesco como obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade, e, mais recentemente, incorporados à Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade.

*País tem 21 bens registrados como patrimônio cultural imaterial e dois deles foram oficializados como patrimônio da humanidade*

Além dos dois bens citados, entre 2000 e 2010 foram registrados: a celebração religiosa paraense do Círio de Nazaré, o modo de fazer a viola-de-cocho, o ofício das baianas do acarajé, o ofício das paneleiras de Goia-beiras (ES), o jongo, a Cachoeira de Iauaretê (lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, no Amazonas), a Feira de

Foto: Heitor Reali/Iphan

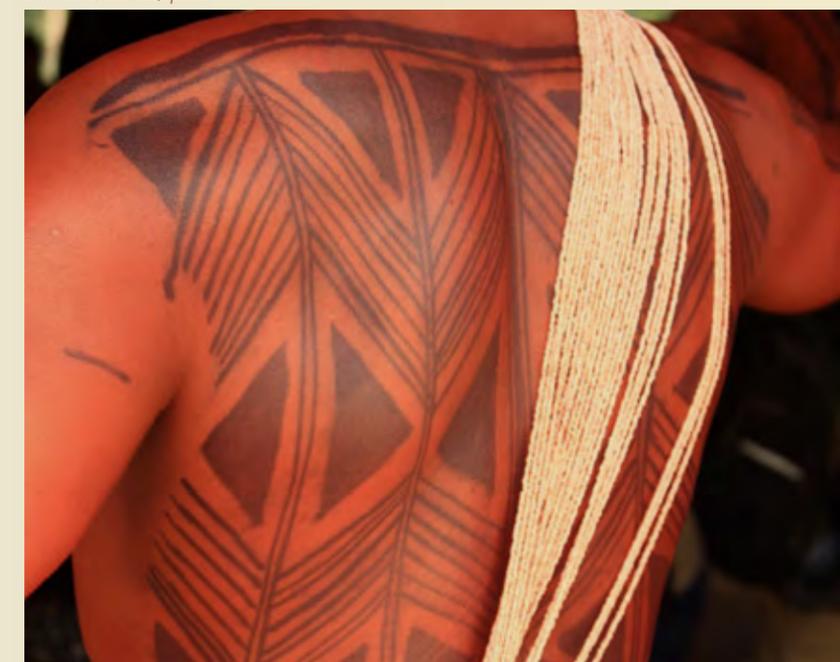




Foto: Mila Petrillo

Caruaru, o frevo, o tambor-de-crioula do Maranhão, as matrizes do samba no Rio, o modo artesanal de fazer queijo em Minas, a roda de capoeira e o ofício dos seus mestres, o modo de fazer renda irlandesa em Sergipe, o toque dos sinos nas cidades históricas de Minas, o ofício de sineiro e a festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis (GO), o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, no Amazonas, e o ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê-nawê, do Mato Grosso. Outras seis dezenas de processos foram iniciadas. Cabe destacar que 70% desses reconhecimentos partiram de indicações da sociedade.

### Prática milenar incorporada ao universo acadêmico

Uma experiência piloto levou para as salas de aula da Universidade de Brasília (UnB) mestres de artes e ofícios populares para ministrarem aulas em disciplina ofertada no segundo semestre de 2010 na graduação. O Encontro de Saberes é uma iniciativa que promove diálogos sistemáticos entre os conhecimentos acadêmicos e indígenas, afro-brasileiros, populares e de outras comunidades tradicionais.

O objetivo central do projeto é incluir no ensino superior, como docentes, os mestres e mestras representantes da diversidade de saberes e práticas tradicionais em todas as áreas do conhecimento e assim reconhecer plenamente o valor desses saberes e o protagonismo de seus mestres como sujeitos da arte e do pensamento humanos.

#### *Ideia é reconhecer mestres da tradição oral como sujeitos da arte e do pensamento*

A iniciativa permite retomar o valor da oralidade, da memória viva e, com ela, da transmissão face a face, processo pedagógico milenar de todas as sociedades humanas.

Além do MinC e da UnB, o projeto envolve o Ministério da Educação e conta com a parceria do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, órgão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Foto: Mila Petrillo



Editais SID/MinC 2005-2010

Edital	Ano	Inscritos <sup>o</sup>	Contemplados <sup>o</sup>	Valor individual por iniciativa (R\$)	Recurso repassado (R\$)
<b>Culturas Populares</b>					
1. Fomento às Expressões das Culturas Populares	2005	643	43	7.000 A 90.000	2.168.535
3. Prêmio Culturas Populares - Edição Mestre Humberto de Maracanã	2008	826	239	10.000	2.500.038
4. Prêmio Culturas Populares - Edição Mestra Dona Isabel *	2009	2.833	396	10.000	3.960.000
<b>Culturas Indígenas</b>					
5. Prêmio Cult. Indígenas - Edição Ângelo Cretã	2007	519	82	15.000	1.368.821
6. Prêmio Cult. Indígenas - Edição Xicão Xukuru	2008	729	102	24.000	2.560.708
7. Prêmio Cult. Indígenas - Edição Marçal Tupãí *	2010	*	125		2.000.000
<b>LGBT</b>					
8. Parada do Orgulho GLBT 2005	2005	52	23		639.575
9. Concurso Cultura GLBT 2006	2006	94	43		1.306.340
10. Concurso Cultura GLBT 2007	2007	185	24		1.154.219
11. Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLTB 2008	2008	25	13		171.837
12. Prêmio Cultural GLBT 2008	2008	26	6		100.420
13. Prêmio Cultural GLBT 2009	2009	127	54		1.242.000
<b>Culturas Ciganas</b>					
14. Prêmio Cult. Ciganas 2007 - Edição João Torres	2007	118	20	10.000	222.573
15. Prêmio Culturas Ciganas 2010 *	2010	*	30		300.000
<b>Idosos</b>					
16. Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2007	2007	265	20	20.000	445.145
17. Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2010	2010	*	40		800.000
<b>Pessoas em Sofrimento Psíquico</b>					
18. Prêmio Loucos pela Diversidade 2009 Edição Austregésilo Carrano	2009	362	55		675.000
19. Prêmio Loucos pela Diversidade 2010	2010	o	o	o	1.100.000
<b>Juventude</b>					
20. Prêmio Cultura Hip Hop 2010 Edição Preto Ghóez	2010	**	135		1.755.000

\* Número ainda não disponível

Estudos indicam que daqui a 20 anos existirão 224% a mais de idosos no mundo, enquanto a população mundial crescerá 102%.

## Inclusão da pessoa idosa

Estima-se que em 2025 o Brasil terá 30 milhões de idosos. Ao saírem do mercado de trabalho, essas pessoas são, muitas vezes, deixadas à margem da sociedade. Por isso, o Ministério da Cultura criou o Edital Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa.

A primeira edição foi realizada em 2007 e premiou 20 projetos de diversas regiões do país, com R\$ 20 mil cada uma. Em 2010, a Edição Inezita Barroso premiou 40 iniciativas. Os recursos foram patrocinados pela Petrobras, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e a premiação foi organizada pelo Instituto Empreender.

## Políticas voltadas aos ciganos

Em 2003, a Presidência da República recomendou ações transversais para a etnia cigana. Foi criado, então, um grupo de trabalho interministerial, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e com participação do MinC. Em janeiro de 2006, o ministério criou o Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas.

Por indicação do GT, em 2006 o MinC realizou, em Brasília, a Oficina de Capacitação em Projetos Socioculturais para Comunidades Ciganas. Em 2007 foi criado o Prêmio Culturas Ciganas, que homenageou, em sua primeira edição, o cigano João Torres. A edição 2010 premiou 30 iniciativas.

## Políticas para as culturas indígenas

O MinC reconhece a necessidade de as populações indígenas terem autonomia e o direito à autodeterminação identitária e à liberdade de se relacionar em diversos níveis com as demais comunidades da sociedade brasileira. Por isso, as ações com os cerca de 225 povos indígenas que existem no Brasil visam a integrar sua heterogeneidade linguística (mais de 160 línguas), simbólica e social aos mecanismos da política cultural e social governamental.

O Prêmio Culturas Indígenas lançou uma novidade que o diferenciou das demais políticas de fomento do governo: a aceitação de aceitas inscrições orais, em suportes diversos, como uma forma de desburocratizar os instrumentos do Estado.

Em 2005, foi criado o Grupo de Trabalho Indígena, indicando diretrizes e ações para uma política pública específica. Uma das ações é o Prêmio Culturas Indígenas, que teve duas edições, em 2007 e 2008, e terá a terceira lançada em 2010. Foram premiadas, com recursos em dinheiro, 184 comunidades, por suas iniciativas de valorização, manutenção e transmissão de expressões de seus ritos, mitos, pintura, medicina, arte culinária, línguas, artes, arquitetura etc.

Também merece destaque a implementação de Pontos de Cultura Indígenas. Já foram implantados pelo MinC, em parceria com a Funai e a Associação Cultura e

O Encontro dos Povos Guarani da América do Sul teve a participação de 800 lideranças guarani de sete estados brasileiros e do Paraguai, da Argentina e da Bolívia. Foi realizado em Diamante d'Oeste (PR), na Aldeia Tekoha Añetete, com os objetivos de promover o diálogo entre lideranças e ampliar o debate sobre diversidade na América do Sul.

Foto: Publius Vergilius



Meio Ambiente (Acma), 30 Pontos na região amazônica. Eles recebem recursos do governo federal para desenvolvimento de conteúdos audiovisuais, acesso à rede mundial de computadores, produção de materiais didáticos e realização de projetos de valorização e divulgação das expressões culturais.

Cada comunidade escolhida recebe um kit multimídia composto de computador com acesso à internet banda larga, DVD, filmadora e câmera fotográfica digitais, caixas de som, fones de ouvido, microfone, painel fotovoltaico (energia solar), bateria etc. É realizada uma capacitação para inclusão digital e audiovisual, em parceria com o Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias. A última etapa é a socialização dos produtos culturais entre os envolvidos e realização de encontros entre os Pontos de Cultura, o que permite a articulação de uma rede social indígena.

## Culturas populares no centro da pauta

O Brasil conta com um imenso patrimônio de expressões e manifestações da cultura popular, historicamente marginalizadas por parte das políticas públicas. Desde 2003, Com a reestruturação do Ministério da Cultura, as culturas populares passaram a ser priorizadas por parte do poder público, com a implementação de programas de preservação, fomento e difusão dessas expressões.

Teve início, então, um amplo processo de discussão entre atores estatais e da sociedade civil. Em 2005 e 2006, foram realizados em Brasília dois Seminários Nacionais para as Culturas Populares. As discussões romperam as fronteiras nacionais, com a realização do 1º Encontro Sul-Americano das Culturas Populares, em Brasília, também em 2006, e do 2º Encontro, em Caracas, em 2008.

### *Seminários promoveram integração com países vizinhos na abordagem do tema*

Foi elaborada a “Carta das Culturas Populares”, e se formularam as diretrizes e ações prioritárias de gestão para o segmento, publicadas



Foto: Mila Petrillo

no livro Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares.

O Ministério investiu milhões em políticas de fomento para as expressões das culturas populares brasileiras, por meio de editais públicos de conveniamento e de premiação. Ao todo, foram realizados quatro editais que beneficiaram 938 inscritos, dentre mestres, grupos formais e informais e instituições públicas.

## MATO GROSSO Pantaneiro é símbolo da arte de confeccionar viola-de-cocho

“Lembro da minha mocidade, quase chorei, porque nasci foi nesta beira de rio. Hoje eu moro na cidade, por causa de precisão, pra mim educar meus filhos, para não criar como eu fui criado”. O compositor da letra desta toada é um homem simples, de fala mansa e linguajar caboclo. A pele morena e os cabelos lisos, e ainda negros, apesar dos seus 85 anos de vida, não deixam dúvidas sobre sua ascendência indígena.

É Caetano Ribeiro dos Santos, ou Mestre Caetano, como é conhecido em Cuiabá e nas comunidades ribeirinhas do Pantanal mato-grossense, região onde nasceu e viveu parte de sua infância e juventude. Embora tenha sido alfabetizado somente aos 20 anos, e estudado pouco tempo, ele traz a memória viva de algumas das mais antigas expressões da cultura brasileira, as manifestações populares do cururu e do siriri, danças e cantigas praticadas nos festejos de louvação aos santos da igreja Católica, no estado do Mato Grosso, cujas origens remontam à época das missões jesuíticas no Brasil.

Além de ser um antigo cururueiro, Mestre Caetano também é artesão da arte secular da confecção da viola-de-cocho, instrumento musical desenvolvido na região pantaneira de Rio-Abaixo (Rio Cuiabá), para ser utilizado nas comemorações religiosas, juntamente com o ganzá, espécie de reco-reco feito de bambu, e do mocho, instrumento rústico de percussão, confeccionado com couro de boi e tocado com duas baquetas.

Pelo conhecimento da maneira tradicional de fazer viola-de-cocho, e por ter sido um dos artífices dessa antiga tradição, repassando a técnica para os filhos e alunos das muitas oficinas que ministrou, foi condecorado pela Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC) com o título de mestre de viola-de-cocho, no Prêmio Culturas Populares 2009 – Edição Mestre Dona Isabel.

O isolamento geográfico no qual viveu por muitos anos fez com que a população ribeirinha do Pantanal buscasse alternativas locais para animar suas festas e comemorações. O instrumento musical foi desenvolvido com a experiência que tinham na confecção de cochos de madeira, para a alimentação de animais. Usando as mesmas técnicas e ferramentas, criaram uma viola rústica, feita com as madeiras sarã-de-leite e timbouva, disponíveis na região.

As cordas eram feitas de tripas secas de animais, e as peças, coladas com resíduos da bexiga natatória de peixes. Para evitar a entrada de insetos em seu interior, o tampo do instrumento foi produzido inteiro, sem a tradicional abertura existente em violões e violas. Nasceu assim este instrumento peculiar que hoje é um ícone da cultura mato-grossense.

Em janeiro de 2005, a técnica tradicional da confecção da viola-de-cocho foi reconhecida como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (Iphan/MinC), e registrada no Livro dos Saberes.

Foto: Thiago Monteiro/Arquivo MinC



## A Cultura LGBT e o Brasil sem Homofobia

No âmbito do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Lésbicas, Gays, Transgêneros e Bissexuais, do governo federal, o MinC desenvolveu e implementou, desde 2003, uma política específica para o segmento. Das principais ações dessa política destacam-se a criação de um grupo de trabalho e a realização de editais de fomento às expressões culturais LGBT e da concessão do Prêmio LGBT Cultura Brasil.

### Cultura e Saúde

» *Saúde mental e cultura* – O MinC vem desenvolvendo o projeto Saúde e Diversidade Cultural com o objetivo promover a inclusão da produção artística e cultural das pessoas com deficiência e em sofrimento psíquico nas suas políticas. Em 2007, foram realizadas oficinas de discussões com o setor a fim de estabelecer diretrizes e políticas públicas de cultura para a humanização do tratamento psiquiátrico no país. Foi criado um edital de fomento para premiar ações culturais desse segmento.

» *Políticas específicas para pessoas com deficiência* – Além do programa Artes Sem Barreiras, desenvolvido entre 2003 e 2008 pela Funarte, em 2008 o MinC realizou a 1ª Oficina Nacional para Indicação de Políticas Públicas Culturais voltadas à Inclusão de Pessoas com Deficiência. Com a participação de diversos artistas, pesquisadores, gestores com e sem deficiência, foram debatidas políticas voltadas ao segmento.

» *Vidas Paralelas* – O projeto tem o objetivo de revelar o cotidiano pelo olhar dos trabalhadores por meio de sua expressão criativa. Com uso de ferramentas da cultura digital, 648 trabalhadores de 24 categorias produzem fotografias, vídeos e textos, material que alimenta uma grande rede social.

O MinC promoveu uma série de encontros com o objetivo de divulgar e debater o conteúdo e os desafios propostos pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade. Em 2008, os debates chegaram a dez capitais do país com foco nos gestores públicos e privados. Realizado em parceria com o Observatório Itaú Cultural, o seminário *Diversidade Cultural – Entendendo a Convenção* reuniu, em 2009, mais de mil participantes nas cidades de Sousa (PB), Boa Vista, Campo Grande, São Paulo e Belo Horizonte, com presença de convidados de organismos como Unesco, OEA, Unctad, OMC, Universidade Americana de Paris e Rede Internacional para a Diversidade Cultural.

Foto: André Simas/Arquivo MinC



## RIO GRANDE DE SUL **Um grito – e muitas rimas – na luta antimanicomial**



Fotos: Fernando Gomes/Arquivo MinC

O *hip hop* mudou a vida de Sandra Mara Lopes da Silva e Solange Gonçalves Luciano, ambas de Porto Alegre (RS).

Foi por meio do ritmo e da poesia do gênero que Sandra, mãe de dois filhos, conseguiu superar o sofrimento psíquico manifestado desde a infância, que resultou em vários diagnósticos e em 91 internações – somente no Hospital São Pedro, esteve internada 51 vezes, e, tendo em vista que vivia na rua, chegou a residir no local por dez anos.

A mudança começou em 2002, quando Sandra, em acompanhamento terapêutico no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) 08 da capital gaúcha, se inscreveu na oficina de *rap* ministrada no local. “O *hip hop* trouxe dignidade e esperança para minha vida, e hoje é minha terapia. Antes, eu era conhecida como Sandrinha Louca. Hoje me conhecem como Sandrinha do Hip Hop”, declarou, feliz por computar dez anos sem necessidade de internação. Hoje, aos 35 anos, ela mora em sua casa, cuida do filho mais velho, de 13 anos, e paga suas contas. O filho mais novo, de 7 anos, mora com a bisavó numa rua próxima.

“Não precisa fazer de conta que não existimos, nem fechar os olhos, pois, quando abrires, saberás que somos reais e fazemos parte do seu dia-a-dia, dentro ou fora dos camuflados sanatórios”. As frases de protesto são de uma das letras das canções do Black Confusion, de autoria de uma das compositoras do grupo, Solange Gonçalves Luciano.

O sofrimento psíquico de Solange também começou na infância. Há mais de 30 anos ela faz tratamento. Segundo diagnósticos médicos, sofre de esquizofrenia



e bipolaridade. Mas o que chama a atenção no contato inicial com Preta Soul – nome artístico recebido quando ingressou no Black Confusion – são suas inteligência e fluência verbal.

A aproximação com o *rap* se deu na mesma oficina cultural da qual Sandra participou. A identificação foi imediata, e os resultados da cultura *hip hop* como terapia ocupacional, satisfatórios. “Desde novembro de 2009 que não preciso de internação”, comemora Preta Soul, que hoje mora (com um cachorro e um gato) nos fundos da casa do irmão. “Agora eu posso compor, cantar e dançar.”

O Black Confusion foi criado em 2001, um ano após o início das oficinas de *rap* ministradas no Caps 08 pelo terapeuta ocupacional Lucas Fonseca (à época, estagiário na instituição), que utilizou a experiência como tema de sua tese de graduação. Desde 2002, quando saiu dos espaços fechados de saúde mental para participar do show de abertura do evento Rap na Usina, realizado no Gasômetro, em Porto Alegre, o grupo já fez mais de 100 apresentações pelo país, sempre em eventos relacionados à luta antimanicomial. Como o II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. “Com isso, chamamos a atenção para a importância da reforma psiquiátrica no Brasil”, garante Lucas, ele mesmo um dos integrantes do grupo.

O grupo foi um dos contemplados com o Prêmio Loucos pela Diversidade – Edição 2009.

## Valorização e destaque para uma das matrizes da nossa nação

A cultura afro-brasileira tem resistido apesar dos quase quatro séculos de escravidão e inúmeras tentativas de torná-la social e culturalmente invisível. A matriz africana foi e é fundamental na formação de todo o universo simbólico que nos constitui como nação, marcando e influenciando a cultura brasileira de forma determinante. Apesar de sua presença massiva na população brasileira, os negros ainda têm inserção incipiente no mercado de trabalho, nas classes de alto poder aquisitivo, no meio universitário e nas esferas de poder.

Contribuir para uma segunda abolição, que não está no papel, mas no campo das consciências, no campo da cultura brasileira, é portanto uma das missões fundamentais do MinC.

O Ministério tem realizado políticas abrangentes de promoção e valorização da cultura afro-brasileira direcionadas ao conjunto da população e não só para os afro-brasileiros. Elas são realizadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em parceria com diversos ministérios e órgãos do poder público e da sociedade civil.

A instituição promove a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, a fim de potencializar a participação da população afrodescendente no processo de desenvolvimento do país. Sua missão tem como norteadores os preceitos constitucionais de reforço à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos. Em 2003, a condução da FCP foi reorientada para concentrar seus esforços na sua afirmação como uma fundação cultural e se aproximou ainda mais de sua finalidade, segundo a Lei nº 7.668, que a instituiu em 1988.

A cultura afro-brasileira obteve com as ações da Fundação Cultural Palmares um avanço em estrutura e linhas estratégicas e foi integrada à política cultural do MinC. O financiamento



Foto: Januário Garcia

passou a ser realizado a partir de diretrizes e políticas públicas, discutidas com o setor e realizadas de forma transversal com outros órgãos do governo federal e em ações integradas com estados e municípios.

## Fomento e Difusão

Entre 2003 e 2010, a Palmares priorizou dar escala às suas ações em detrimento do chamado atendimento de balcão, ou seja, convênios firmados sem seleção pública, que em geral atendem a iniciativas pulverizadas, sem dimensionamento do impacto social.

A FCP reestruturou seu quadro funcional e investiu na capacitação de recursos humanos; renovou seu parque tecnológico e inaugurou uma nova sede com mais de 4 mil m<sup>2</sup>; abriu três representações regionais (Bahia, Rio de Janeiro e Alagoas) e a meta é implantar mais três ainda em 2010. A Fundação apoiou, desde 2003, mais de 260 projetos de fomento e preservação da cultura afro-brasileira, perfazendo mais de R\$ 40 milhões em financiamento aos movimentos e instituições que tiveram seus processos selecionados pelos editais e demandas espontâneas.

*São políticas culturais que associam estratégias de equiparação de oportunidades para negros e brancos a ações de conservação e proteção do patrimônio cultural afro-brasileiro, envolvendo ações voltadas às comunidades das periferias dos grandes centros urbanos, em sua grande maioria jovens, e comunidades tradicionais.*



Foto: Januário Garcia

#### ALGUMAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO NO PERÍODO

- » Projeto de Proteção às Comunidades Negras Tradicionais
- » Parabólica Palmares, iniciativa que percorreu dez estados orientando militantes e gestores públicos para elaboração e execução de projetos
- » Projeto Ponto de Cultura Fala Negra proteção e divulgação da cultura negra, Paracatu (MG)
- » Projeto O Afro-Descendente na TV Pública
- » Projeto Festa do Congo em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – integração dos termos de congado da cidade de Uberlândia (MG) e demais regiões
- » Movimento Afropop 2010 (BA)
- » Apoio à realização de três edições do Encontro de Cinema Negro Brasil África e Américas
- » Programa Cultural Raça e Cor Enegreser, São João de Meriti (RJ)
- » Resgate da Identidade das Comunidades Quilombolas de Adrianópolis (PR)
- » Irê Ayô - Educando pela Cultura (BA)
- » Cavalo de Santo – Religiões Afro-Gaúchas (RS)
- » Apoio ao Projeto Afro-Brasileiros: Contextos Religiosos de Cura, Universidade de São Paulo (USP)
- » Editais 2010: edital para comemorar o 22º Aniversário da Palmares e segunda edição do Edital Ideias Criativas para o 20 de novembro
- » Intercâmbio com outros países
- » Prêmio Palmares de Monografias e Dissertações
- » Espetáculo Caminhos do Brasil, na abertura da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização da Unesco
- » Participação no Back2Back Festival (Rio de Janeiro)

## Reconhecimento e proteção das comunidades quilombolas

A publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, trouxe grande mudança na implementação de políticas voltadas para a população quilombola. Esse decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A formação de lideranças para enfrentamento dos conflitos decorrentes da reivindicação dos direitos de posse da terra reduziu o êxodo rural entre os quilombolas. Outros avanços foram a construção de um cadastro socioeconômico e cultural e o fortalecimento e a organização das representações estaduais e regionais das comunidades, com formação e capacitação de gestores para a construção de parcerias e elaboração e implementação de projetos de etnodesenvolvimento.

Até outubro de 2010, foram reconhecidas 1.572 comunidades quilombolas, núcleos vivos de nosso patrimônio afro-brasileiro. Esses locais, além do aspecto cultural e artístico, receberam ações nas áreas de educação, saneamento, desenvolvimento agrário, direitos humanos, trabalho e renda e segurança alimentar, com ênfase na autossustentabilidade.

*Mais de 1.500 comunidades foram reconhecidas em todo o país*

A implantação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares – o primeiro com temática cultural afro-brasileira – foi resultado de uma mobilização de 25 anos do movimento negro. Situado na Serra da Barriga, em União dos Palmares (AL), local do maior quilombo das Américas, tornou-se cenário de uma das mais importantes histórias de luta e de resistência à escravidão em todo o continente.

A história do quilombo e de seus personagens está presente no Memorial, ao lado das manifestações de fé e da cultura afro-brasileira, no simbolismo de que a história ali vivida transcendeu aos mais de 300 anos da morte de Zumbi.

*A titulação passou a ser feita pela Fundação Palmares, por meio do autorreconhecimento, baseando-se na trajetória histórica e nas relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão sofrida.*

Foto: Regina Santos



## ALAGOAS Um parque, uma saga cidadã

*Seu Louro*, 53 anos, diz se “arrupiar todinho” quando visitantes adentram o Parque Memorial Quilombo dos Palmares para as celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra. Ele é um dos moradores da Serra da Barriga (AL), marco do maior refúgio de escravos da América Latina. Como dezenas de outros habitantes de União dos Palmares, município onde fica a Serra, teve a vida transformada com a instalação, pelo governo federal, desse equipamento público.

Com “nove bocas” para alimentar, *Seu Louro* (ou, Benonio de Moraes) buscou nas matas da Serra um meio de sobrevivência. Plantou e colheu, mas a terra “cansou” e ele teve que procurar o sustento na capital alagoana, deixando a família para trás. Foi pedreiro, carpinteiro, “trabalhava com o que aparecia”, e o que ganhava mal dava para a comida e as passagens de ida e volta para casa. Quando as obras do Memorial começaram, foi chamado a trabalhar nelas, e nunca mais deixou o local. Com a mulher e uma das filhas, mantém uma cantina caseira na área e presta serviços ao Parque.

A saga de *Seu Louro* reflete objetivos e saldos de uma política que trata a cultura não como produto, mas como processo. E processo dinâmico, que resgata o passado para construir o presente e projetar o futuro. Mais que uma homenagem estática à população afrodescendente, a instalação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares contribui para a construção da cidadania da população que reside na área.

O aproveitamento da mão-de-obra local na construção, manutenção e administração do Parque é um dos rastros desta política cultural. Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Muquém, comunidade quilombola situada a poucos quilômetros do Memorial, Albertina Nunes da Silva, 36 anos, conta que o número de visitas a Muquém triplicou após a instalação do Parque, estimulando a comunidade a produzir mais e melhor, para atender à demanda decorrente desse novo contexto. Este ano, foi posto em andamento um projeto de manufatura de doces de mamão, em que os moradores estão sendo capacitados para gerir o ciclo produtivo, do plantio do mamoeiro à distribuição do doce, que já tem um cliente garantido: o Memorial.

O impacto indireto sobre a economia local também é sentido pelo setor hoteleiro, como informa Renata Pedrosa, uma das proprietárias do Hotel Santa Maria Madalena. A

Fotos: Pedro França/Arquivo MinC



taxa de ocupação oscila positivamente com as atividades desenvolvidas na Serra.

Houve, ainda, conquistas para a preservação ambiental, com o processo de desmatamento consideravelmente estancado desde a instalação do Parque, conforme atesta o coordenador do posto da Guarda Florestal da reserva, Diogo Palmeira. Conquistas, ainda, no âmbito simbólico, como se pode deduzir nas entrelinhas das histórias que gravitam em torno do Memorial, como a do jogador norte-americano de basquete que, em visita ao Quilombo dos Palmares, pediu para coletar um punhado de terra para levar à sua avó, descendente de escravos.

## Educação, arte e comunicação

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, criou a obrigatoriedade da inclusão da matéria história e cultura afro-brasileira em todos os currículos das escolas brasileiras. Era preciso reconstruir grades curriculares, reinventar metodologias e, acima de tudo, produzir os suportes pedagógicos para o ensino dessa disciplina. O desafio envolveu MEC, Seppir, universidades, educadores e intelectuais negros do país.

A Fundação Cultural Palmares dirigiu toda a sua ação editorial para este fim, editando obras acadêmicas, como o livro *Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira*, manuais, cartilhas, documentários e programas de rádio. Foram produzidos mais de 20 itens impressos, com uma tiragem total de 50 mil exemplares.

*Mais de 20 publicações foram preparadas para a inclusão da história e da cultura afro-brasileira no conteúdo escolar*

A política de comunicação da Palmares esteve voltada à divulgação e à valorização da cultura negra como instrumentos para a erradicação do racismo no Brasil. Os filmes e documentários digitalizados pela Fundação, como a série de programas *Nossa Imagem*, produzida por Celso Prudente, da USP, são exibidos por várias redes de TVs públicas, universitárias e comunitárias. A FCP também disponibilizou as coletâneas *O Cinema de Zózimo Bubul* (2005) e *Obras Raras – O Cinema Negro da Década de 70*.

Foto: Ricardo Prado



## PARÁ Plantando editais, colhendo afirmação cultural

Ele parece um garoto imberbe, mas se transforma quando fala. E das palavras lançadas com uma sabedoria improvável para um jovem de 21 anos surge o idealizador do projeto Elegbará, o Guardiã da Vida, vencedor do I Prêmio Nacional de Expressões Artísticas Afro-Brasileiras.

A produção paraense estreou em Belém no final de setembro, seguindo para Salvador, Recife e São Paulo. Para além do roteiro previamente traçado, sobre a relação dos escravos e seus descendentes com os orixás do século XVI aos dias atuais, a peça expõe os reflexos de uma política direcionada para a afirmação cultural de uma parcela significativa da população brasileira.

Criador, diretor e bailarino do espetáculo de dança e teatro, Will Júnior nasceu na periferia da capital do Pará e cedo se interessou pela dança. Começo difícil, agravado por ser negro e desejar, em um estado sem tradição na arte da dança ou da cultura afro-brasileira, trabalhar a intersecção dessas duas vertentes. Mas o artista montou, há quatro anos, a Companhia de Dança Will Júnior.

“Não queremos a dança pela dança, pairando sobre a nossa dura realidade de cada dia. A força motriz da companhia [*agora também de teatro*] é a inclusão, pela arte, de jovens paraenses que estão por aí, implorando por uma oportunidade para mostrar o seu talento”, diz Will.

Graças à premiação, ele vem conseguindo divulgar a riqueza cultural trazida da Mãe África “com a qualidade e o esmero que o tema e o público merecem”, além de estabelecer um novo parâmetro para a dança no estado. “Para quem estava acostumado a trabalhar com migalhas, ter R\$ 80 mil para concretizar nossas ideias foi fantástico!”, resume.

O Prêmio selecionou 20 projetos nas áreas de dança, teatro e artes visuais, em um edital de R\$ 1,1 milhão para as cinco regiões do país. Uma iniciativa da Palmares e do Centro de Apoio ao Desenvolvimento (Cadon), com patrocínio da Petrobras. Foi a primeira vez que uma estatal patrocinou a arte negra, e os jurados foram escolhidos por votação aberta ao público. Os trabalhos selecionados estão percorrendo o Brasil.

Foto: Carla Rogado/Divulgação



## Na Chapada dos Veadeiros, apoio à memória e às festas

Uma das mais de 2 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro, o povo Kalunga – descendentes de escravos desertores, mais tarde libertados das minas de ouro, estabelecidos na Chapada dos Veadeiros – conta com o apoio do Ministério da Cultura desde 2009.

Em agosto daquele ano, uma equipe da Secretaria Executiva se deslocou para o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga para ouvir os moradores sobre os problemas e necessidades da região. Três meses depois, durante as comemorações do dia da Consciência Negra, o 1º Encontro da Cultura Negra Kalunga marcou o início da parceria entre o MinC e a comunidade do nordeste de Goiás, reunindo quilombolas dos municípios de Monte Alegre, Teresina de Goiás e Cavalcante.

Foram desencadeadas duas ações: o Programa de Afirmação Quilombola, com centros de referência cultural e memoriais, dos quais dos quais se encontra em construção a Casa de Léo; e o fortalecimento das festas e romarias. Atualmente, sete comunidades realizam encontros religiosos envolvendo mais de cinco mil pessoas, entre moradores e turistas. O ministério entregou aos artistas kits com instrumentos musicais, bombas a diesel e geradores.

O MinC articula uma série de ações para a região, incluindo dois outros memoriais. A Secretaria Executiva, a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) planejam a construção de Pontos de Cultura nos três municípios que agregam a comunidade Kalunga.

Em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e apoio do Sebrae/GO, o MinC pretende dimensionar manifestações culturais da região. Com o Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC), planeja lançamento de livro sobre o tema ainda este ano. Colabora, ainda, com a Avesso Filmes em documentário sobre a história dos antigos ribeirinhos, apoiado pela Eletrobrás. Outra iniciativa conjunta com o Sebrae é a capacitação de novos líderes.

## Direito à memória

O Ministério da Cultura trabalha e investe para tornar os museus brasileiros cada vez mais representativos da diversidade social, étnica e cultural do país. Busca democratizar e garantir o direito aos meios de produção da memória e aos processos de transformação, criação e salvaguarda de seus suportes. O Brasil tem atualmente 3.025 mil instituições desse tipo, distribuídas por 21,1% dos municípios do país<sup>1</sup>.

Desde 2003, a política de museus é uma prioridade do MinC. Após longo debate com a comunidade museológica, em maio daquele ano foram lançadas as bases dessa estratégia com a apresentação do caderno Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. O objetivo dessa política setorial é promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, além de desenvolver e revitalizar as instituições museológicas existentes e fomentar a criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da nossa diversidade.

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus (PNM) foi a criação, ainda em 2003, do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Isso acarretou o fortalecimento dos museus vinculados ao MinC e marcou o início de uma nova fase para o setor.

Foto: Denize Pereira



1. Cadastro Nacional de Museus – Sistema Brasileiro de Museus e Ibram

O Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, foi modernizado. Recuperou parte da arquitetura original e ganhou novos acessos ao circuito de exposições com escadas rolantes, elevador para pessoas com deficiência e mais espaços para atendimento ao público.

## Reforço institucional

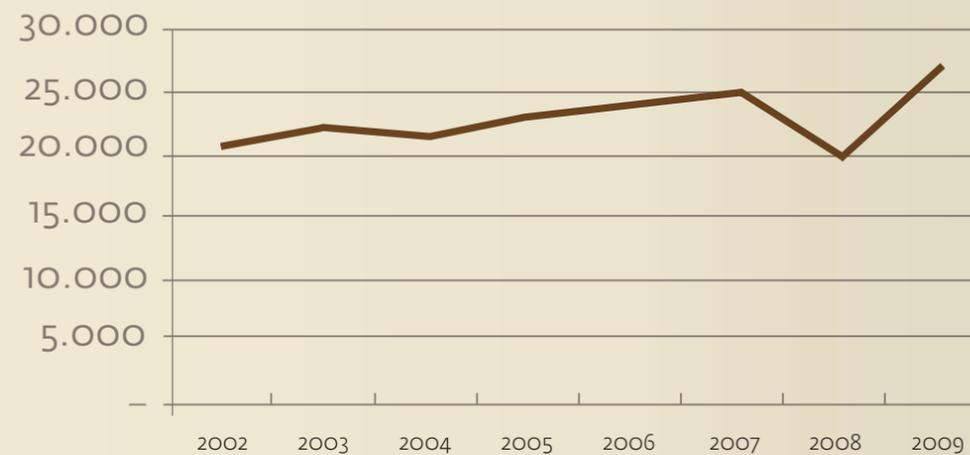
Em janeiro de 2009, o Demu/Iphan se transformou em autarquia, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela Lei nº 11.906 (ver pág. 142). A criação de um instituto que articulasse e desenvolvesse o campo museal era uma demanda antiga. Em 2005, a criação do Instituto foi aprovada e incluída no livro-síntese da I Conferência Nacional de Cultura.

*Em maio de 2009, governo federal criou o Ibram, órgão específico para o campo museal*

Entre os objetivos da atuação do novo órgão estão o aumento de visitação e arrecadação dos museus, o fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e a criação de ações integradas entre as instituições.

A PNM teve êxito na ampliação do público nos museus. Enquanto em 2003 o número médio de visitantes era de 22 mil, em 2009 subiu para 27 mil. O crescimento está ligado a fatores como a ampliação de investimentos na infraestrutura, renovação das exposições e ainda a eventos como a Semana Nacional de Museus e a Primavera de Museus. A instituição de 2006 como o Ano Nacional dos Museus ampliou ainda mais a visibilidade dessas instituições.

### Público médio por museu 2002 - 2009



Fonte: Cadastro Nacional de Museus

**Programa Mais Museus** – Disponibiliza recursos para a instalação de novos museus em cidades com até 50 mil habitantes, onde não exista essa instituição. De 2007 a 2010, os editais disponibilizaram mais de 4,6 milhões, que beneficiaram 45 projetos.

**Qualificação dos Museus para o Turismo** – Parceria com o Ministério do Turismo, tem o objetivo de tornar os museus mais atrativos e integrados ao circuito turístico. Inclui capacitação de profissionais, melhoramento da infraestrutura e divulgação.

**Programa Modernização de Museus** – Oferece apoio financeiro para aquisição de mobiliário, acervos, equipamentos, material permanente, serviços e adequação de espaços. De 2004 a 2010 foram investidos R\$ 10,7 milhões.

**Prêmio Darcy Ribeiro** – Incentiva as práticas relacionadas à ação educativa em museus.

**Prêmio Mário Pedrosa** – Contempla trabalhos jornalísticos de mídia impressa que envolvam a cultura de museus.

## As comunidades e suas narrativas

O Programa Pontos de Memória trabalha na direção do empoderamento social de grupos que historicamente não tiveram o direito de narrar e expor suas próprias histórias, suas memórias e seus patrimônios nos museus. Resulta de parceria do Ibram com os Programas Cultura Viva e Mais Cultura, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci, do Ministério da Justiça) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

As comunidades populares atendidas estão em Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Entre os projetos viabilizados está o Museu de Favela (MUF), que tem transformado seu território em monumento turístico carioca da história de formação dessas comunidades, das origens do samba, da cultura dos migrantes, da cultura negra, das artes visuais e da dança.

Fotos: Priscila Pagliuso/Arquivo MinC



**Oficinas de Capacitação** – O programa, de alcance nacional, realizou 116 oficinas e 17 fóruns ou seminários de 2003 a 2005. No período de 2006 a 2009, esses números subiram para 366 oficinas e 21 fóruns ou seminários, com mais de 21,3 mil participantes.

**Semana Nacional de Museus** – É um evento realizado em maio com foco na troca de experiências entre os museus e a sociedade. Adota o tema do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para o Dia Internacional de Museus.

**Primavera dos Museus** – Sempre em setembro, tem como objetivo sensibilizar os museus e a comunidade para o debate sobre temas da atualidade. Em 2009 contou com a participação de mais de 300 instituições e cerca de 800 eventos.

## RIO DE JANEIRO **Arte e memória nas ruas da favela**



Foto: Andre Gomes de Melo/Arquivo MinC



Foto: Priscila Pagluiso/Arquivo MinC

“Todo mundo sempre teve curiosidade de entrar na favela, mas tinha medo, pela imagem que construíram daqui. A gente quer contar outra história: a cultura de verdade, a origem do samba, do quilombo, a migração de gente de todo o país para o Rio”, diz o grafiteiro Carlos Esquivel Gomes da Silva, ou Acme, como é conhecido no complexo de favelas Cantagalo/Pavão-Pavãozinho (Rio de Janeiro), onde as histórias que ele e a comunidade têm para contar estampam os muros e paredes das casas. Um verdadeiro museu a céu aberto.

Trata-se do projeto Casatela, que tem espalhado arte pelas ruas dos morros Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Coordenado por Acme, o projeto conta hoje com 20 telas pintadas em fachadas de casas. Elas formam um percurso de mais de 2 km, costurado por dez placas indicativas, também artísticas. Os autores são Acme e outros 15 grafiteiros da comunidade, além dos personagens cujo trabalho está por trás das telas.

“O trabalho de um ferreiro na favela sempre foi soldar um portão aqui, outro ali. Ele nunca se imaginou capaz de fazer um objeto de arte”, observa Acme, mostrando os dois portais construídos ao pé do morro, entradas do roteiro. “No projeto, foi se descobrindo artista, como todos que participaram”, conclui.

Da definição do trajeto à sensibilização dos donos das casas, do resgate das lembranças à preparação das superfícies para a pintura, o trabalho que

resultou no Casatela foi compartilhado por moradores do complexo, que hoje caminham entre memórias coloridas: a chegada de nordestinos e mineiros à região, a origem do nome de cada lugar, a presença do Exército, as rodas de samba na bica d’água, a instalação da luz elétrica.

A ideia é que essas histórias revividas atraiam olhares para o morro, movimentem o turismo e o comércio local, incentivem a produção artística e apontem para o futuro. “Estamos abrindo alguns caminhos com o Casatela e queremos que a comunidade siga abrindo outros”, comenta Acme.

A previsão é iniciar visitas guiadas em dezembro. Para a engenheira Márcia Cristina de Souza e Silva, diretora-executiva do Museu de Favela (MUF, organização não-governamental responsável pelo Casatela), a favela tem muito a mostrar: “Estamos no melhor lugar do mundo. Queremos ser um monumento vivo dessa cidade”.

Criado em 2008, o MUF se consolidou pela articulação de lideranças atuantes no trabalho social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que então erguia o elevador que hoje liga as comunidades do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho à estação de metrô General Osório, em Ipanema. Atualmente, promove atividades culturais, artísticas, esportivas e ambientais e integra o Projeto Pontos de Memória.



# ECONOMIA DA CULTURA

E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um dos pressupostos da gestão iniciada em 2003 foi o reconhecimento da cultura como eixo de desenvolvimento da economia – a compreensão de que o setor gera renda e emprego e seu estímulo se multiplica em outras partes da economia criativa. Mais do isso: uma peça central na economia do século 21, um motor limpo e fortemente alicerçado no pensamento e na inovação.

A partir de 2004, o MinC iniciou suas pesquisas na área. Parcerias inéditas com os principais institutos de pesquisa ampliaram o conhecimento sobre as cadeias produtivas e especificidades regionais para propiciar que, com maior precisão, o poder público sanasse as carências do setor e turbinasse suas potencialidades de forma sustentável.

No campo da estatística cultural, em 2008 o livro *Cultura em Números* reuniu informações até então esparsas sobre oferta e demanda da cultura, indicadores culturais, financiamento do setor e gestão pública.

A indústria do audiovisual teve seu vigor estimulado com base no crescimento do mercado interno, no fortalecimento das empresas de capital nacional e na maior participação no mercado externo. As políticas foram além da atenção exclusiva à produção de cinema, abrangendo também televisão, internet e novas mídias.

No que diz respeito à promoção de negócios, foram desenvolvidas diversas ações e apoiadas outras tantas, como a Feira Música Brasil. Profissionalização e dinamização do setor cultural são a tônica de acordo com o Sebrae focado no empreendedorismo.

Também as ações de patrimônio e memória se deram sob o novo signo, em sintonia com a revitalização das cidades, a geração de emprego e o turismo, tendo a população local como público-alvo número 1.

Na II Conferência Nacional de Cultura, economia da cultura foi um dos eixos debatidos por todos os segmentos.

## Mapeamento para concretizar um potencial reconhecido

De acordo com levantamento da PricewaterhouseCoopers, o peso econômico do setor cultural no mundo passará de US\$ 1,3 trilhão, em 2005, para US\$ 1,8 trilhão, em 2010, com uma taxa de crescimento de 6,6% ao ano, acima da média da economia mundial. No Brasil, esse ramo da economia tem evidente potencial de crescimento, dadas a diversidade da cultura nacional, que conta com tradição forte em todas regiões do país e em todos os segmentos.

A partir de 2004, o MinC iniciou suas pesquisas na área de economia da cultura. A primeira iniciativa foram as parcerias com institutos como o IBGE e o Ipea. O objetivo era suprir a ausência de informações e indicadores sobre os diversos aspectos da cultura brasileira.

### Aproximação com institutos buscou aportar informações qualificadas e construir indicadores sobre o setor

O estudo Sistema de Informações e Indicadores Culturais foi o primeiro fruto dessa parceria. O levantamento trouxe resultados significativos sobre a economia da cultura como o mapeamento de mais de 320 mil empresas culturais, que empregaram 1,6 milhão de pessoas no período 2003-2005. A indústria da cultura representava então 5,7% do total de empresas no país e respondia por 4% dos postos de trabalho (esses números abarcam o setor de telecomunicações).

Até então, um dos entraves para entender e pensar políticas para essa realidade era a falta de indicadores sobre a oferta, demanda e acesso aos bens e serviços culturais nos municípios brasileiros. Por isso, em convênio com o MinC, o IBGE inseriu a cultura no Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), além de desenvolver estudos setorializados, cuja base de informações corresponde aos anos de 2005 e 2006.

O resultado publicado em 2006 é a mais completa investigação, quantitativa e qualitativa, sobre a gestão cultural nos mais de 5,5 mil municípios do país.

## Radiografando o setor cultural

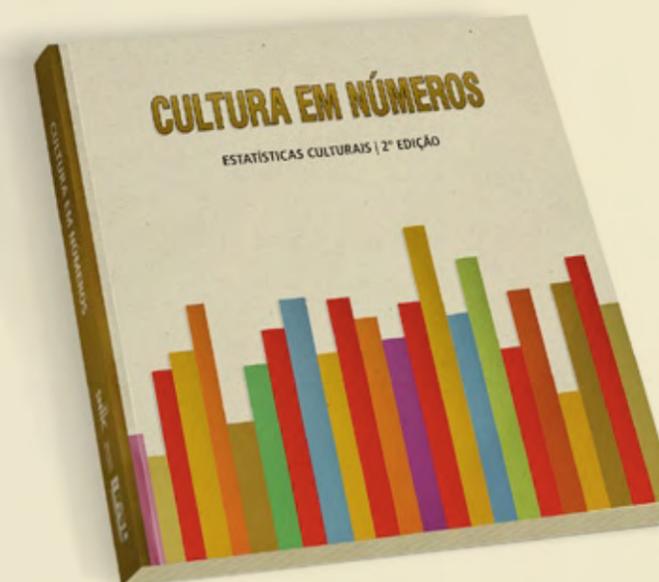
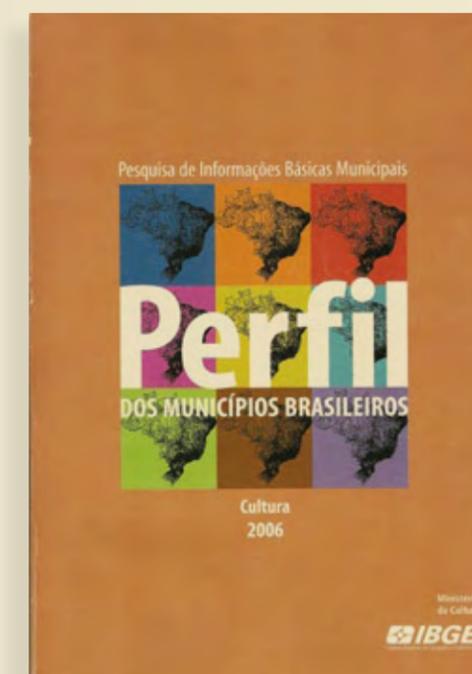
Como desdobramento desse trabalho, em 2008, foi publicada a primeira edição do livro *Cultura em Números*, elaborado pelos técnicos do Ministério da Cultura. Para captar o universo de informações presente nessa publicação, a pesquisa aproveitou bases de dados do IBGE, do Inep/MEC, do Ibope e do Sistema MinC. O uso de informações e indicadores culturais passou a servir de base na discussão da política cultural.

O MinC reuniu informações até então esparsas sobre oferta e demanda da cultura, indicadores culturais, financiamento do setor e gestão pública. A publicação mostrou por exemplo que, de 2001 a 2006, a porcentagem de municípios com mais de 13 equipamentos culturais teve um aumento de 4% para 5,1%.

No mesmo período, a porcentagem de cidades com teatro variou de 13,7% para 21,2%. Pelo *Cultura em Números*, também era possível descobrir que 4,35% dos municípios contavam com uma secretaria específica de Cultura em 2006.

Outro dado importante foi que a média de gasto da família brasileira com cultura e recreação variava de R\$ 17,87 a R\$ 44,76. Na área rural, os dispêndios variavam de R\$ 2,80 a R\$ 9,88. Na urbana, de R\$ 20,69 a R\$ 50,40.

As variações de preços no mercado cultural representam indicadores para entender os entraves na economia da cultura e



Nesse sentido, estudo levanta o potencial econômico das exposições de artes visuais e os gargalos de um setor cada vez mais importante no mercado internacional.

pensar políticas de acesso e fomento à cultura com mais precisão.

A partir de estudos e levantamentos estatísticos como esses nasceu o trabalho que hoje se concentra na Coordenação Geral de Economia da Cultura e Estudos Culturais (CGEC). Além de levantar dados, informações e indicadores, a CGEC busca formular políticas estruturantes, a partir de uma atuação articulada com as secretarias de estados e municípios, outros ministérios, empresas públicas, bancos e fóruns de gestores da cultura. Seus objetivos incluem a consolidação dessa área do conhecimento em universidades e centros de pesquisa e a elaboração de diagnósticos das áreas envolvidas indiretamente com a cultura.

### Ações de estímulo à economia

Com o intuito de promover o crescimento e a consolidação da economia da cultura no país, o MinC vem desenvolvendo diversas ações e apoiando outras tantas. Um dos destaques é a Feira Música Brasil (FMB), iniciativa do Ministério realizada em 2007, 2009 e 2010 em conjunto com a Funarte e com o apoio das 16 entidades que compõem a Rede Música Brasil (RMB). Na segunda edição, em Recife, o evento incluiu 35 *shows* e contou com um público superior a 250 mil pessoas. Na terceira, em Belo Horizonte, participaram das rodadas de negócios 600 inscritos e 76 empresas nacionais e internacionais (gravadoras, selos, produtoras de festivais e contratantes de *shows*). Houve ainda painéis, debates e oficinas. Desta vez, foram 99 apresentações musicais.

#### **Feira Música Brasil promoveu rodadas de negócios, oficinas, debates e shows em três edições**

O Ministério já havia apoiado iniciativas de fortalecimento da cadeia produtiva da música como o Porto Musical e o VII Encontro Internacional de Música – Feira Música de Fortaleza.



Foto: Daniela Nader

Com o objetivo de aumentar as exportações das artes visuais nacionais e incentivar a participação de artistas visuais em eventos e feiras internacionais, o Ministério da Cultura criou, com a Fundação Bienal de São Paulo, o programa Brasil Arte Contemporânea (ver pág. 122). O público-alvo são galerias que organizam exposições periódicas de seus artistas e cuidam da sua promoção. O projeto contou com investimento de R\$ 2 milhões em 2009.

O MinC trabalha, ainda, com políticas setoriais de desenvolvimento econômico para *design*, arquitetura, fotografia, moda e artesanato.



Foto: Beto Figueiroa/Divulgação

## FMB ajuda a levar orquestra de Olinda para o mundo

É possível marcar três momentos importantes, nos últimos anos, na carreira da Orquestra Contemporânea de Olinda. Em 2008, cerca de 80 *shows* pelo país firmaram a orquestra no cenário musical brasileiro. Em 2009, foi a vez do sucesso de crítica, com direito à indicação ao Grammy Latino, categoria Melhor Álbum de Música Regional Brasileira, e a presença entre os finalistas da categoria Regional do Prêmio da Música Brasileira. Em 2010, a OCO alçou seu primeiro voo internacional. Com seis apresentações nos EUA, repetiu o que conquistou no Brasil, caindo nas graças de público e crítica.

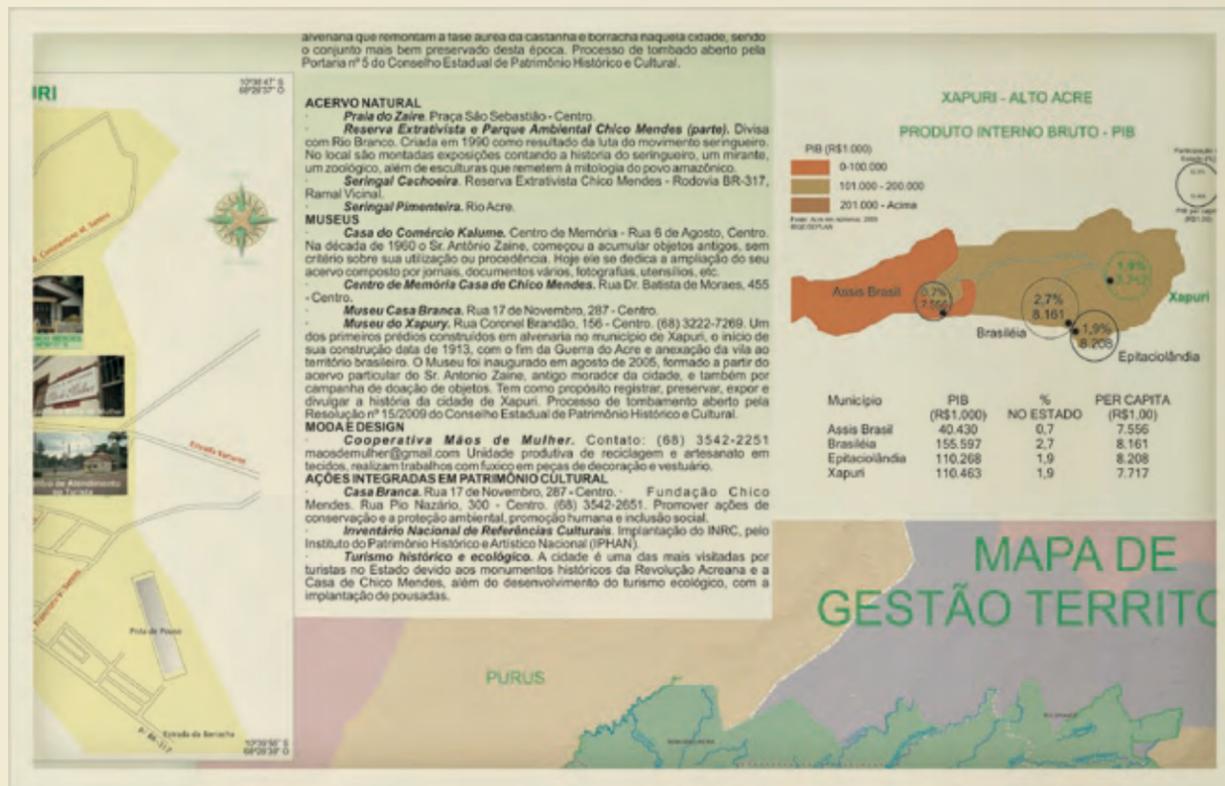
A 2ª Feira Música Brasil (FMB) teve papel importante nessa arrancada para o cenário internacional. Convidados para o evento realizado em dezembro de 2009, em Recife, Bill Bragim e Erika Elliot, programadores do Lincoln Center e do Central Park SummerStage, respectivamente, viram a apresentação da OCO e se interessaram em levá-la para os EUA. Depois de algumas negociações, a orquestra abriu sua turnê americana lotando o David Rubinstein Atrium, um dos auditórios do teatro nova-iorquino. Nas semanas seguintes, apresentou-se mais cinco vezes em Washington, Chicago, New Orleans e Miami. Público total de 8 mil espectadores.

Ben Ratliff, que assina a crítica de música no The New York Times, uma das mais respeitadas da cena internacional, acompanhou o show do Lincoln Center. Em sua crítica, publicada dias depois, chamou a Orquestra Contemporânea de Olinda de um novo sinal da complexidade da identidade cultural brasileira, comparando os músicos a Chico Science & Nação Zumbi, que fizeram sucesso nas terras norte-americanas na década de 90.

Ainda como desdobramento da Feira e da turnê pelos EUA, a banda se apresentará no Arts Presenters Globalfest, em Nova York, em janeiro de 2011. Está em negociação, ainda, a participação na edição 2011 do Central Park SummerStage, festival paralelo à Conferência Anual da Association of Performing Arts Presenters, que reúne compradores artísticos de vários lugares do mundo.

Melina Hickson, *manager* da banda para a carreira internacional, afirma que o mérito da Feira Música Brasil foi ter trazido ao Brasil atores importantes do mundo dos negócios da música. As negociações para shows nos EUA já haviam sido iniciadas por ela antes da FMB, mas, em Recife, os programadores tiveram a oportunidade de ver a banda no palco. “Acredito que a FMB deva se concentrar nisso: viabilizar a vinda dos principais *players* dos negócios da música mundial. Não são necessariamente os compradores, mas também quem está interessado em divulgar, envolver-se e ser multiplicador dos artistas brasileiros”, afirma.

Idealizador da Orquestra Contemporânea de Olinda, o percussionista Gilú, 26 anos, concorda que a Feira foi importante, por abrir as portas do mercado norte-americano para a banda. “A música brasileira já tem espaço, mas é muito voltado para o samba e a bossa nova”, avalia. “Nós estamos levando outra textura musical. É uma nova aposta”, diz. A expectativa de Gilú é que a redução dos efeitos da crise internacional melhore os negócios e haja mais oportunidades de negócios nos EUA e Europa.



Reprodução

## Empreendedorismo, articulação e debate

Outra questão primordial é a profissionalização e a dinamização do setor cultural do ponto de vista do empreendedorismo. Um acordo de quatro anos entre o Ministério da Cultura e o Sebrae estabelece quatro frentes de cooperação: mapeamento dos setores culturais; capacitação; gestão empresarial para a competitividade; e desenvolvimento, apoio ao mercado e geração de negócios.

No que diz respeito a articulação, foi criada uma rede de gestores públicos chamada Em Pauta. A organização conta com a participação de representantes de secretarias de cultura estaduais para a realização de planejamento de economia da cultura de forma integrada. Um dos seus principais resultados é uma carta de compromissos assinada por 18 secretários estaduais.

O fomento ao debate sobre a área se dá por meio de editais de apoio à pesquisa e extensão na área cultural no âmbito do ProExt (ver pág. 108). O programa atua no âmbito das universidades públicas. Por sua vez, os Estudos para Fortalecimento da Economia da Cultura procuram trazer subsídios para políticas públicas. São financiados pelo Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, em parceria com o Iphan e a Unesco.

## Cidades criativas

O Zoneamento Econômico-Cultural, um estudo-piloto realizado no Acre, mapeou as vocações econômicas da cultura no estado. Trata-se de um instrumento concreto a ser utilizado para descoberta de potencialidades dos municípios. A partir desse material, o MinC e o governo estadual começam a desenvolver políticas alinhadas ao conceito de “cidades criativas”.

O Programa Cultura Urbana e Cidades Criativas, por sua vez, adota a estratégia de estimular modelos específicos de desenvolvimento sustentável para os centros urbanos. Os projetos trabalharão com quatro áreas-chave: arquitetura, *design*, moda e artesanato. Tais iniciativas podem produzir arranjos locais e enlances inter-regionais que permitam dar visibilidade aos diferenciais de cada localidade.

## Integração de informações

Para organizar tais ações, no esforço de sistematizar e disponibilizar informações sobre cultura em todas as localidades, o Ministério da Cultura prepara o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). A ampla base de dados ficará disponível pela internet e será alimentada por informações coletadas pelos gestores da cultura nos esferas federal, estadual e municipal e também pela sociedade civil e por instituições culturais públicas, privadas e de interesse público.

### *Sistema disponibilizará na internet dados federais, estaduais e municipais visando à busca de eficiência na gestão cultural*

A plataforma do SNIIC consolida em um só canal informações e indicadores sobre estrutura, gestão, economia da cultura, patrimônio, estudos e pesquisas. O Sistema, que deve ir ao ar em meados de 2011, promoverá, entre outras coisas, a agilidade e a eficiência nos processos de gestão cultural. Constituirá a base para o acompanhamento e as revisões do Plano Nacional de Cultura (ver pág. 140).

Além disso, o Sistema facilitará a comunicação entre os entes governamentais e os agentes da cultura e permitirá a dinamização de novas redes de contato, modelos de negócio e oportunidades no setor.

O interesse crescente do mundo pela cultura e pela criatividade brasileiras reforça o papel do setor nas estratégias de governo para o desenvolvimento sustentável. A realização da Copa do Mundo e dos Jogos

Olímpicos no país abrirá possibilidades no futuro próximo.

## Nos direitos autorais, busca de equilíbrio entre respeito e acesso

Por vários anos, o Estado brasileiro se manteve distante do tema direitos autorais. O Poder Executivo, desde 1973, não formulava norma ou atualização legal sobre o assunto. O resultado foi uma série de desequilíbrios na forma como os autores aproveitam economicamente suas obras e como a sociedade frui das criações intelectuais e artísticas.

A partir de 2003, os direitos autorais passaram a ser reconhecidos como pauta estratégica para o governo federal, tanto pelo volume de recursos que movimentam como pelo fato de regularem o acesso da população aos bens culturais. Além disso, a legislação autoral pode ou não promover a diversidade cultural do país e determina em que bases se dão suas relações com outros países nesse tema.

Estimativas da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) davam conta, em 1998, que cerca de 7% do PIB brasileiro eram gerados pelas indústrias criativas, que envolvem setores beneficiados direta ou indiretamente da criação de obras intelectuais.

Há um sentimento generalizado de insatisfação entre os autores em relação ao que deveriam receber pela exploração comercial de suas criações. Por outro lado, a legislação atual restringe excessivamente os usos privados e educacionais das obras. Ações corriqueiras como a cópia de músicas de um CD original para um aparelho portátil são vedadas pela lei que disciplina os direitos autorais desde 1998.

O mesmo ocorre para exibições de filmes para fins didáticos. Pela letra da lei, sem autorização ou pagamento prévio, um professor não pode usar uma obra audiovisual – filmes, novelas, videoclipes – para ensinar.

*Ainda existe um grande espaço para o crescimento dessa economia. Com exceção da TV aberta, nenhuma indústria atinge legalmente mais que 20% do mercado potencial.*

### **Lei em vigor proíbe cópia de músicas para aparelho portátil e uso de filme na escola sem pagamento**

Foi com o intuito de tornar relações como essas mais harmoniosas que o Ministério da Cultura decidiu alterar a Lei nº 9.610/1998. O princípio é que o equilíbrio dos direitos dos criadores, cidadãos, investidores e usuários incentiva a formação de novos arranjos produtivos, o que conseqüentemente dá maior controle do autor sobre sua criação, amplia o acesso à cultura e ao conhecimento, promove a diversidade da produção cultural e redistribui os ganhos relativos aos direitos autorais.

### **Debates**

A via escolhida para a mudança da lei foi a da participação social. Em 2007, o MinC lançou o Fórum Nacional de Direito Autoral, com o objetivo de dialogar com a sociedade civil sobre a lei e buscar subsídios para a formulação de políticas para o setor. Ao longo de dois anos, foram promovidas mais de 80 reuniões com diversos segmentos envolvidos com o tema, além de oito seminários em

Foto: Edson Gamma



três regiões. Cerca de 10 mil pessoas participaram dos debates transmitidos pela internet. Em novembro de 2009, com a conclusão do Fórum, iniciou-se o processo de elaboração da minuta de anteprojeto de lei que altera a legislação.

Depois dessa fase, a proposta do governo foi colocada em consulta pública durante 79 dias. Entre 14 de junho e 31 de agosto, foram encaminhadas 8.431 colaborações. Veja os principais números:

- » 1.049 participantes, sendo 118 instituições
- » 8.431 manifestações e contribuições ao texto, dessas:
  - 7.863 propostas enviadas por meio da plataforma na internet
  - 568 apresentadas em documentos institucionais

A amplitude e profundidade das contribuições e do debate provocado na sociedade ajudou a amadurecer o projeto. O novo texto avança principalmente ao dar novas regras para contrato entre autores e exploradores comerciais das obras, nas obrigações das entidades de gestão coletiva e nas limitações ao direito de autor.

## **Modernização da Lei de Direitos Autorais: linhas gerais**

### **1. Fortalecimento do controle do autor sobre a obra**

Uma série de mudanças propostas na lei faz com que os autores tenham maior controle das possibilidades de exploração comercial de sua obra. A partir da aprovação do texto, eles terão a possibilidade de revisar e, até mesmo, anular contratos injustos. Além disso, os contratos de edição, necessários para a difusão da obra em larga escala, não podem mais incluir cláusulas de cessão definitiva de direitos. O autor pode cedê-los, mas isso terá de ser feito num contrato específico. Outro ponto importante é que algumas categorias profissionais passam a ser reconhecidas de forma mais clara como autores. É o caso de arranjadores e orquestradores na música; e diretores, roteiristas e compositores da trilha sonora original, nas obras audiovisuais. Como consequência do reconhecimento da autoria das obras de audiovisual, todos os criadores podem ser remunerados pelas exibições públicas.

### **2. Supervisão e regulação da gestão coletiva por parte do Estado**

O Estado, por meio do Ministério da Cultura, passará a supervisionar a atuação dessas entidades. Além disso, as atividades dessas instituições podem ser submetidas aos Sistemas Brasileiros de Defesa da Concorrência e de Defesa do Consumidor. Esse processo tem o intuito de dar maior legitimidade de representação dessas entidades, aumentar a transparência e garantir o efetivo controle social por parte do Estado, dos autores e da sociedade como um todo.

A proposta diz que as associações de todas as categorias e o escritório central de arrecadação e distribuição de direitos de execução musical devem ainda de manter atualizados e disponíveis o relatório anual de suas atividades, o balanço anual completo, com os valores globais recebidos e repassados, e a auditoria externa de suas contas.

O governo estuda a possibilidade de criação de uma autarquia que se responsabilizará por regulação dos direitos autorais, promoção do respeito à legislação, oferecimento

de serviços de mediação e arbitragem, registro das obras, supervisão sobre as entidades de gestão coletiva, bem como o incentivo a sua criação e apoio ao seu funcionamento, entre outras funções.

### **3. Criação de uma Comissão de Arbitragem e Mediação Autoral**

Atuará no âmbito do Estado com poder de gestão e resolução de conflitos entre as partes (autores, artistas, consumidores, empresas etc.). Procura-se, assim, reduzir as demandas judiciais nessa área, sem tirar das partes a possibilidade de acionar a Justiça.

### **4. Equilíbrio entre interesses públicos e privados**

Ficarão autorizadas as reproduções de obras para uso na educação formal e para digitalização de acervos com fins de preservação, assim como a comunicação de obras teatrais, musicais e audiovisuais sem que haja intuito de lucro no interior dos templos religiosos. Fica permitido também, sem necessidade de autorização, adaptar e reproduzir, sem finalidade comercial, obras em formato acessível para pessoas com deficiência.

### **5. Permissão para usos privados**

A proposta torna legais os diversos tipos de uso privado, que se caracterizam pela utilização individual e não comercial das obras. Ficam permitidas, por exemplo, as cópias para segurança da obra, o chamado *backup*; para torná-la perceptível em outro tipo de equipamento, as chamadas portabilidade e interoperabilidade de arquivos digitais; e para inclusão em portfólio ou currículo dos autores ou artistas.



Foto: Sérgio Cardoso

As mudanças nas leis nacionais de direitos autorais estão na ordem do dia em vários países. As soluções já adotadas se direcionam, principalmente, para aumentar as sanções penais e civis ao invés de estimular novos modelos de negócios que reconheçam as novas práticas sociais surgidas no ambiente digital. Como ainda não se criou uma alternativa de remuneração para a troca de arquivos protegidos por direitos autorais no ambiente digital, alguns Estados optaram por tirar da internet cidadãos responsáveis por esse tipo de conduta.

O Brasil está no centro das atenções internacionais sobre o tema e decidiu ir por outro caminho. A modernização proposta pelo Executivo, a ser apresentada ao Congresso Nacional até o fim de 2010, deve ganhar outro fôlego na tramitação no Legislativo. Isso abre caminhos para o país avançar em direitos em redes digitais.

### Foco em todos os elos da cadeia audiovisual

Em 1990, todos os órgãos federais responsáveis pelas políticas audiovisuais foram extintos: a Embrafilme, o Concine, a Fundação do Cinema Brasileiro e o próprio Ministério da Cultura. Com isso, houve uma total desarticulação da regulação do mercado, das políticas de apoio à produção e das estruturas então existentes de distribuição

de filmes e de coleta de dados do mercado. A produção foi reduzida ao mínimo, e a exibição comercial se tornou nula: o total de ingressos para os filmes brasileiros despençou de 20 milhões, em 1989, com 17 títulos lançados (18% de participação no mercado), para 36 mil em 1992, quando só foram lançados três filmes nacionais (0,05%).

A partir de 2003, foram fortalecidas as estruturas públicas de gestão para o setor, com a atuação federal articulada a partir de três instituições: o Conselho Superior do Cinema (CSC), como instância de definição das políticas; a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC), à qual cabe elaborar a política nacional do cinema e do audiovisual para submetê-la ao Conselho Superior do Cinema, além de instituir programas de fomento à atividade; e a Agência Nacional do Cinema (Ancine, vinculada ao MinC em 2003), como agência pública de regulação, fiscalização e fomento da indústria cinematográfica, responsável por executar a política nacional de fomento. A essa estrutura institucional somou-se a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)/TV Brasil, e assim se estabeleceu uma articulação planejada entre produção, distribuição, exibição e infraestrutura nas políticas públicas.

O Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual: Brasil, um País de Todas as Telas, ao longo destes anos, priorizou a democratização do acesso, a regionalização, a oportunidade



Divulgação - "Peixonauta"

a novos talentos, a diversidade e a sintonia com o processo de convergência tecnológica da produção audiovisual brasileira, incluindo as novas mídias e realidades da convergência digital.

Quando o Ministério da Cultura foi criado, há 25 anos, a internet não existia. Hoje, embora o cinema persista como matriz estética da cadeia audiovisual, não se pode mais pensar a área sem considerar a internet e as novas mídias, tampouco as redes de televisão, que hoje atingem mais de 97% dos lares brasileiros. Essas premissas orientaram a interlocução do MinC com atores da cadeia audiovisual, como emissoras de TV e desenvolvedores de tecnologias e conteúdos para plataformas digitais.

### Pilares para o desenvolvimento

Para o MinC, o desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro deve se apoiar nos seguintes pilares, tendo o produto nacional como principal eixo:

- » Crescimento do mercado interno, estimulando a demanda por conteúdo independente nos diversos segmentos de mercado e a expansão da oferta de serviços audiovisuais ao consumidor.
- » Fortalecimento das empresas de capital nacional – em particular, distribuidoras e programadoras – comprometidas com o audiovisual produzido no país.

- » Maior participação no mercado externo, articulando a produção, a promoção e as vendas das obras no exterior.

### Fomento à produção

Para concretizar esse desenvolvimento, uma das principais políticas de fomento à produção audiovisual brasileira são os programas e editais públicos de seleção. O Ministério da Cultura estabeleceu como prática a realização periódica de ambas as modalidades, que, além de estimular novos nichos do mercado, permitem a descentralização dos recursos federais.

Foram lançados editais para diversos gêneros e produtos: filmes de longa-metragem de baixo orçamento, curtas-metragens, roteiros, teledramaturgia, animação, jogos, pesquisa acadêmica...

Um dos principais programas, o Revelando os Brasis convoca habitantes de cidades com até 20 mil habitantes a apresentar propostas de realização de vídeos. Em 2009, após participar de oficinas de capacitação, os 40 selecionados entraram em processo de produção e seus trabalhos foram veiculados no canal Futura.

A produção de documentários foi estimulada pelo DocTV, que garantiu, desde julho de 2009, sua exibição na TV aberta e criou um modelo de negócios que viabiliza mercados regionais para o gênero. Os autores contemplados participaram de três oficinas de

*O programa, que tem o objetivo de transformar a realização audiovisual em um instrumento de inclusão social e fortalecimento da cidadania, é realizado por meio da parceria com a ONG Marlin Azul e com patrocínio da Petrobras.*

*Dessa forma, a modernização da lei também colabora para colocar o debate da econv as bases para uma discussão mais ampla, que deverá ser aprofundada nos próximos anos no mundo todo*



Foto: Divulgação - "Estado de Resistência"

capacitação. Edições como foco na América Latina e na CPLP se somaram ao Programa Mercosul Audiovisual no âmbito das ações internacionais (ver pág. 120).

#### **DocTV leva documentários à telinha e abre caminho para mercados regionais**

Também estreitando a ponte com a exibição televisiva, o AnimaTV sistematiza ações de capacitação, coprodução, teledifusão, distribuição e promoção à exportação de séries de animação. Duas séries completas de 13 episódios foram escolhidas e começaram a ser

produzidas a partir de 17 "bíblis" (projetos completos de séries) e seus respectivos pilotos, veiculados, em fevereiro de 2010, pelas emissoras que integram o campo público de televisão aberta. O programa foi lançado em outubro de 2008, em parceria com a Associação Brasileira de Cinema de Animação (ABCA), a Abepec, a EBC/TV Brasil e a TV Cultura.

O FicTV, primeira incursão no fomento à produção independente de teledramaturgia, integra o Programa Mais Cultura (ver pág. 30). Tem apoio da Associação Brasileira das Emissoras Públicas (Abepec) e da Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC).

Foto: Divulgação - "Uma Encruzilhada Aprazível"



### **Catálogo com raridades, capacitação e centros de referência**

A Programadora Brasil, por sua vez, disponibiliza desde 2007 obras clássicas e contemporâneas da nossa cinematografia a órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos, por meio da Cinemateca Brasileira e do Centro Técnico Audiovisual (CTAv, vinculado à SAv). Seu catálogo de DVDs alcança a marca de 700 títulos de produção independente, muitos deles já considerados fora de circulação, os quais já foram licenciados para sessões públicas em mais de 300 municípios.

Os Núcleos de Produção Digital (NPDs) do Olhar Brasil permitiram que governos e entidades estaduais e municipais passassem a atuar também na capacitação de jovens e adultos e na cessão de equipamentos digitais em cidades que não contavam com coletivos estáveis de produção. Cada NPD tem suas ações definidas por um comitê gestor formado pela entidade representativa dos realizadores locais e, sempre que possível, por instituição de ensino com dedicação ao audiovisual, emissora de televisão pública e órgãos do executivo municipal ou estadual.

#### **Núcleos de Produção Digital permitem capacitação de jovens e adultos via estados e municípios**

Em 2007, a Ancine lançou os Programas Especiais de Fomento (PEFs) para o fortalecimento das atividades do audiovisual ainda não contempladas pelos programas existentes no governo. São programas, criados a partir da Lei nº 11.505, que se voltam ao financiamento de projetos de forma planejada, a partir de metas, estratégia e indicadores previamente formulados, nas modalidades de: produção; exibição; infraestrutura; distribuição; difusão; formação, pesquisa, inovação, preservação e capacitação.

O MinC também desenvolveu um trabalho pela memória e preservação do cinema brasileiro, fortalecendo a capacidade técnica da Cinemateca Brasileira e do CTAv, órgãos vinculados à Secretaria do

Audiovisual, para que voltassem a exercer seu papel de referência cultural, como espaços de reflexão, difusão e preservação das obras audiovisuais.

### **Multiplataforma: aposta em novas tecnologias e novos nichos**

Na linha de expansão da gama de segmentos apoiados, o MinC desenvolveu o Programa de Fomento à Produção e Exportação do Jogo Eletrônico Brasileiro – BrGames. Os autores dos jogos participaram de uma oficina de desenvolvimento dos projetos e todos os demos produzidos estão disponíveis para download no site <http://www.brgames2009.com.br>. A base foi parceria com a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) e o Festival Internacional de Linguagem Eletrônica (File), com apoio da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos (Abragames).

O fomento a grupos que vêm desenvolvendo pesquisas no campo das linguagens eletrônicas é o foco do XPTA.LAB – Laboratórios de Experimentação e Pesquisa em Tecnologias Audiovisuais. Lançado em 2009, o XPTA se volta ao desenvolvimento de tecnologias audiovisuais a serem usadas por artistas, cineastas, programadores e produtores. Em dezembro de 2010, todos os protótipos serão apresentados em uma feira de inovação tecnológica.

Foto: Nataska Conrado



Programa	Edições	total 2003–2010	
		Obras Produzidas	Investimento (R\$)
AnimaTV <sup>1</sup>	2008	43	3.770.000,00
Brasília 50 Anos	2010	1	400.000,00
Jogos BR (1 e 2) / BRGames	2004, 2005, 2009	28	1.450.000,00
Curta Criança	2010	13	910.000,00
DocTV (I, II, III e IV)	2003, 2004, 2006, 2008	131	11.270.000,00
FicTV <sup>1</sup>	2009	47	9.800.000,00
Longa DOC	2010	5	3.000.000,00
Micrometragem Animação Ambiental (Tela Verde e Cine Ambiente)	2009, 2010	20	400.000,00
Nós na Tela	2009	20	600.000,00
Nossa Onda	2010	52	737.991,28
Prêmio SAV para Publicação de Pesquisa em Cinema e Audiovisual <sup>2</sup>	2009	3	–
Revelando os Brasis	2004, 2006, 2008	120	4.651.520,00
XPTA.LAB <sup>3</sup>	2009	52	3.400.000,00
<b>TOTAL</b>	-	<b>535</b>	<b>40.389.511,28</b>

fonte: Sav / Minc

1. O número de obras produzidas no âmbito do AnimaTV e do FicTV refere-se ao número total, incluindo os episódios pilotos da primeira fase dos concursos e os episódios das séries completas da segunda fase.

2. No âmbito do Prêmio SAV não é concedido apoio financeiro; os selecionados são contemplados com a publicação de um livro com tiragem de 1.500 exemplares.

3. O número de obras produzidas via XPTA.Lab refere-se ao número total de projetos de experimentação e pesquisa apoiados, uma vez que foram selecionados quatro laboratórios responsáveis pelo desenvolvimento de 13 projetos cada um.

O MinC lançou programas e editais voltados a diversas linguagens, etapas da cadeia produtiva e públicos.

**Longa Doc** – Em sua segunda edição, o edital selecionou 2010 cinco projetos, que receberão, cada um, R\$ 600 mil para a produção de documentários de longa metragem. Os vídeos serão exibidos em salas de cinema digital e teledifusão pela TVBrasil, pelo canal internacional da Empresa Brasil de Comunicação, pela internet e por emissoras associadas à Rede Pública de Televisão. A iniciativa é mais uma parceria com a EBC.

**Produção de filmes de longa metragem de baixo orçamento** – Em 2003, o Ministério da Cultura contemplou três produtores com R\$ 800

mil cada e outros quatro produtores com R\$ 600 mil. Em 2004, os editais passaram a contemplar cinco filmes com prêmio de R\$ 1 milhão para cada um. Em 2010, o número de contemplados foi ampliado para sete, e o prêmio, para R\$ 1,2 milhão, admitindo captação adicional de R\$ 300 mil.

**Produção de filmes de curta-metragem** – Apoio à produção em três gêneros: ficção, documentário e experimental. Em 2009, foi aperfeiçoado, assegurando a teledifusão das obras.

**Desenvolvimento de roteiros cinematográficos** – Em 2010, esse edital se dividiu em três: para roteiristas profissionais; com temática infantil; e para roteiristas estreates, categoria que inclui contato com especialistas e acompanhamento.

## Imagens da TV Tupi resgatam história

O lendário técnico da seleção brasileira João Saldanha revela a um jornalista que Garrincha ficará de fora dos jogos preparatórios que antecederam a copa de 1970. Saldanha não comandou o Brasil na Copa de 70, Garrincha também não jogou.

A cena faz parte das mais de 5 mil reportagens que compõem as 125 horas de material jornalístico, em 16mm, da extinta TV Tupi (1950–1980), primeira emissora brasileira de televisão. Seu acervo foi incorporado, em 1984, pela Cinemateca Brasileira, vinculada à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que o digitalizou e disponibilizou em seu site. Desde maio de 2009, esse acervo já recebeu 8.917 visitas.

Isso só foi possível graças ao Laboratório de Imagem e Som da Cinemateca Brasileira, habilitado para a restauração de filmes silenciosos e sonoros, em 16 ou 35mm, ou para a geração de uma nova matriz, caso o original não possa ser conservado. O laboratório também prepara o filme que depois será convertido em suporte digital. No caso da digitalização do acervo da Tupi, a maior parte das películas não precisou passar pelo ciclo inicial de reconstituição e restauro. Apresentavam bom estado de conservação, porque preservadas nos arquivos especiais da Cinemateca praticamente desde o fechamento da emissora. Assim, foram direto para a telecinagem, a migração do meio óptico (película) para o meio magnético (fita). “O processo permite que a imagem seja ‘capturada’ pela plataforma digital, na qual é finalizada para integrar o banco de imagens em movimento, acessível no site”, explica a restauradora Flávia Barretti.

Sem ter o que fazer com os milhares de filmes e VTs que recebeu como pagamento pelos débitos da falida Tupi, a

Previdência Social repassou o material para a Cinemateca, mas o acervo só foi transferido quatro anos depois. “Foi uma operação de guerra”, lembra a técnica em conservação e museóloga Fernanda Coelho. “Era final de ano, e o prédio da Tupi seria lacrado pela justiça em uma semana. Carregamos os filmes e fitas para o caminhão literalmente nas costas. Foram várias viagens. Passamos o Natal carregando. A Cinemateca em peso foi carregar. Até o curador teve que ajudar”, conta, estimando o acervo transferido em 150 mil “rolinhos” de filmes e cerca de 4 mil fitas VTs, sendo que a maior parte das fitas era composta pelas antigas quadrúplex, utilizadas nos primeiros equipamentos de videoteipe, cada uma pesando de 8 a 10 kg.

O começo não foi nada fácil. “A Cinemateca sobreviveu a tantas penúrias graças à paixão das pessoas que trabalhavam aqui. Quando se lida com memória coletiva, ou você cuida, ou aquela memória vai morrer”, diz Fernanda. Moveu-a uma curiosidade de pesquisadora. “A primeira coisa que busquei foram imagens do golpe de 1964. Queria ver o que o telejornal mostrou. Lendo o texto narrativo de uma reportagem, descobri uma personagem de que nunca mais ouvi falar depois, que assumiu o governo por alguns dias, antes dos militares. Foi uma aula de história.”

A personagem, obscura não só para Fernanda, era o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (1910-1975), que assumiu a presidência da República por duas semanas, após a deposição do ex-presidente João Goulart pelo golpe militar, em 31 de março de 1964. Em 15 de abril do mesmo ano, o Congresso Nacional “elegeria” o general Castelo Branco, o primeiro dos cinco generais que governariam o Brasil até 1985.

Fotos: Augusto Canuto/Arquivo MinC





## Na área de cinema, um novo patamar de produção

Com uma política pública atenta a todos os elos da cadeia econômica do setor, a parceria entre o Estado e os agentes privados e, sobretudo, planejamento, o resultado mais evidente foi a conquista de um novo patamar de produção. Foram lançados de 70 a 80 longas-metragens por ano no segmento de salas de cinema, média mantida desde 2006 – sendo que, entre 1997 e 2002, foram 20 a 30 lançamentos por ano.

Esse novo patamar colocou o Brasil novamente na condição de polo cinematográfico, com obras e profissionais que vêm conquistando prêmios e referências internacionais. Além disso, entre 2002 e 2009 foram criadas mais de 600 novas salas de cinema.

Foto: Divulgação - "Meu Nome Não É Johnny"

**Curta Criança** – Em 2010, o edital Curta-Metragem Infante Juvenil foi aperfeiçoado, para garantir teledifusão das obras e oficina de desenvolvimento dos projetos. O novo edital é resultado de parceria entre o MinC e a EBC/TVBrasil, com aporte de R\$ 1 milhão dividido entre as duas instituições.

**Nós na Tela** – Programa voltado para participantes ou egressos de movimentos populares que ministram cursos de linguagem audiovisual. A parceria do MinC com a Sociedade Amigos da Cinemateca e com a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom) assegura a veiculação das obras na rede de canais comunitários do país.

**Brasília 50 anos** – Lançado em parceria com a TV Brasil para premiar com R\$ 400 mil a produção de um documentário sobre a capital. O projeto vencedor, selecionado em abril deste ano, foi *A Cidade É uma Só?*, para exibição na emissora.

**Desenvolvimento de Curta-Metragem em Animação** – Lançado em 2008, para apoio à produção de obras audiovisuais inéditas.

**Curta-metragem de animação ambiental** – Lançado em outubro de 2010, por meio de uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o CineAmbiente apoiará a produção de dez micro-filmagens de animação, sobre o tema “Consumo sustentável e biodiversidade”, com orçamento individual no valor de até R\$ 20 mil. As obras serão exibidas pelo circuito Tela Verde e em TVs

## Fundo Setorial do Audiovisual: fomento a atividades variadas

Criado pela Lei nº 11.437, de 2006, e regulamentado no ano seguinte pelo Decreto nº 6.299 como uma categoria de programação específica do Fundo Nacional de Cultura (FNC), o FSA é um instrumento de fomento público inovador. Propicia investimentos em diferentes atividades do setor, desde a produção e comercialização de obras para cinema e televisão até a construção de salas de exibição. Outro diferencial do FSA é ser constituído de recursos gerados pela própria atividade econômica do setor audiovisual, a partir de contribuições já recolhidas pelos agentes do mercado, sem criar nenhum novo imposto ou taxa.

As quatro primeiras linhas de ação do FSA contaram com recursos disponíveis da ordem de R\$ 74 milhões. Em dezembro de 2009, esses editais foram replicados, num montante de R\$ 81,5 milhões disponíveis para investimentos. Uma quinta linha de investimento e crédito, voltada para a expansão do parque exibidor brasileiro, foi lançada em 2010, como parte do Programa Cinema Perto de Você (ver pág.35).



Foto: Edison Vara

públicas até o final de 2011. O edital de 2009 resultou em dez animações sobre “Aquecimento global e mudanças climáticas”.

**Prêmio SAV para Publicação de Pesquisa em Cinema e Audiovisual** – Parceria com o Instituto das Indústrias Criativas – Iniciativa Cultural e Ecofalante, resultou na seleção de uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado e um trabalho independente, que serão publicadas em livro para distribuição gratuita.

Entre os mecanismos de fomento ao cinema e ao audiovisual desenvolvidos no período 2003-2010 e coordenados pela Ancine, destacam-se:

**Fomento indireto** – Investimentos e patrocínios realizados em projetos produzidos com base em mecanismos de incentivo fiscal.

**Fomento direto, seletivo e automático** – Apoio a projetos audiovisuais, oferecido por meio de editais e chamadas públicas de natureza seletiva ou com base no desempenho da obra.

**Apoio às coproduções internacionais** – Por meio de editais e de acordos bilaterais e multilaterais, para estimular a comercialização e a produção de filmes em regime de coprodução.



Fotos: Pedro França/Arquivo MinC

## RIO DE JANEIRO Cinema nacional na tela, orgulho na comunidade

Há quatro anos, o cinema brasileiro passou a fazer parte da vida dos moradores do subúrbio carioca de Guadalupe. Graças à iniciativa de Adailton Medeiros, um apaixonado por filmes nacionais, o bairro se tornou um ponto de ebulição da cultura na zona norte da cidade. "O Ponto Cine representa sucesso, perseverança e a crença de que tudo é possível", diz ele. "Além da revitalização do bairro, nós trabalhamos a autoestima dos moradores, trazendo cineastas, atores e outros profissionais de cinema para baterem papo com a comunidade. O bairro saiu das páginas policiais dos jornais para os cadernos de cultura. O orgulho dos moradores é evidente."

Essa história começou quando, depois de passar 11 anos trabalhando na Amazônia, Adailton ficou chocado ao descobrir que todos os cinemas que frequentava na adolescência tinham desaparecido. Ainda nos anos 90, com pouco dinheiro e apenas um projetor, montou sua primeira sala de exibição, a Casa de Artes de Anchieta, com 37 cadeiras de plástico. De Anchieta até Guadalupe, muita coisa aconteceu. Adailton foi um dos pioneiros na implementação das lonas culturais nos subúrbios do Rio e projetou filmes a céu aberto nas praças da Zona Norte. Finalmente, em 2006, o sonho de construir uma sala de cinema em Guadalupe se concretizou: era inaugurado o Ponto Cine, no Guadalupe Shopping.

"É a única sala do país com programação 100% brasileira, e uma das primeiras a exibir conteúdo digital, com

ingressos a preços populares", diz Adailton. A inteira custa R\$ 6, e a meia-entrada, R\$ 3. É o cinema em que muitos moradores da zona norte carioca puderam pisar pela primeira vez – e para assistir a um filme brasileiro.

Em 2007, o Ponto Cine recebeu o primeiro Prêmio Adicional de Renda (PAR), mecanismo de fomento da Ancine, no valor de R\$ 64 mil. Com o dinheiro, Adailton reformou a parte externa do cinema e criou uma minibiblioteca. Nos anos seguintes, os recursos do PAR possibilitaram uma reforma da sala, a aquisição de equipamentos de projeção mais modernos e a criação de um projeto de formação de plateia, o Cinemancine, que distribui ingressos gratuitamente para professores e alunos da rede pública. Como explica Leonardo Barros, coordenador de exibição, "o mais legal disso tudo é que a sala funciona nos três turnos, manhã tarde e noite". Ele conclui: "Temos 100% de aproveitamento do cinema".

Ana Maria de Souza, que mora em Guadalupe, virou uma frequentadora assídua: "O Ponto Cine é uma maravilha, uma tranquilidade. Assisti aqui a Chico Xavier e Nosso Lar, e adorei os filmes. Agora faço questão de assistir sempre aqui", diz.

Mais salas nos mesmos moldes foram inauguradas em outros bairros carentes, como Irajá. Em 2011, Adailton Medeiros espera aumentar ainda mais o número de salas e continuar transformando a população de baixa renda em espectadores fiéis da produção nacional.

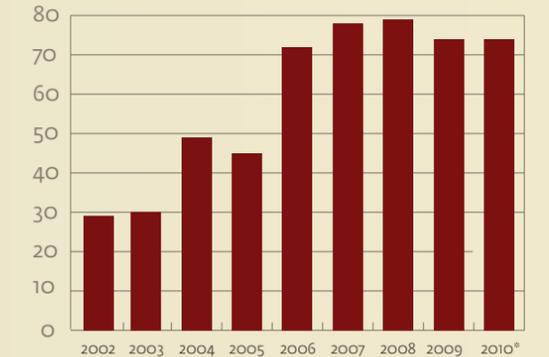
### Mais Salas de Cinema



Fonte: Ancine

\* Até 16/12

### Mais Filmes Nacionais Lançados



Fonte: Ancine

\* Até 16/12

### Público e Bilheteria no Brasil

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
<b>Bilheteria bruta (em R\$ milhões)</b>	529,5	647,6	766,9	673,4	701,3	706,9	730	970	1.217,7
<b>Preço médio por ingresso (em Us\$)</b>	5,83	6,29	6,70	7,20	7,68	7,98	8,11	8,61	9,35
<b>Espectadores (em milhões)</b>	90,8	102,9	114,5	93,5	91,2	88,6	89,9	112,7	130,2
<b>Filmes nacionais</b>	7,3	22,05	16,4	10,7	10	10,3	9,1	16,1	24,7
<b>Filmes estrangeiros</b>	83,5	80,9	98,1	82,7	81,3	78,2	80,8	96,6	105,5

\* Até 16/12

### Exibição

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
<b>Ocupação das salas com filmes nacionais - market share</b>	8%	21,4%	14,3%	11,5%	10,9%	11,6%	9,9%	14,3%	19,0%

\* Até 16/12

Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais – Apoio à participação de produções brasileiras em 68 eventos.

Também houve avanços legislativos, entre os quais:

Renúncia fiscal – Inclusão do art. 1º-A na Lei do Audiovisual (nº 8.685/93), possibilitando a renúncia na produção de obras cinematográficas de longa-metragem.



Foto: Edison Vara

## Regulação

*Além da atualização da legislação para o novo cenário da convergência digital, a proposta procurava tratar as atividades audiovisuais em suas múltiplas cadeias, envolvendo especialmente a televisão, segmento historicamente fechado à produção independente.*

A necessidade de regulação econômica do audiovisual ficou clara em 2004, quando o MinC propôs um debate público sobre o tema. Com base nas referências e modelos regulatórios praticados em países desenvolvidos, o governo sugeriu a criação de uma agência governamental, a Ancinav, com o objetivo de garantir os princípios e disposições constitucionais relativos à cultura, à comunicação social, à liberdade de expressão e de livre acesso aos bens audiovisuais.

Mesmo não evoluindo para um projeto de lei, o debate expôs a necessidade e os benefícios para a sociedade de uma regulação equilibrada da circulação e comércio de obras audiovisuais. Revelou, também, a exigência de se adequar a legislação à realidade da convergência digital. Alguns desses temas estão na base de debates atuais no Congresso Nacional acerca da televisão por assinatura.

Os princípios regulatórios básicos levantados no debate da Ancinav continuam na ordem do dia: evitar monopólio de empresas, valorizar o produto nacional, defender espaço para o produto independente e regional, garantir aos brasileiros o seu direito constitucional de produzir e usufruir dos produtos e atividades culturais do seu país.

## Memória e preservação como vetores de desenvolvimento

A preservação e o uso sustentável do patrimônio cultural brasileiro constituem um dos pontos centrais de atuação do Ministério da Cultura, com o objetivo de atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade étnica e social, bem como seus documentos arqueológicos e etnológicos.

A restauração do patrimônio passou a ser diretamente associada à revitalização urbana e ao desenvolvimento cultural, turístico e

*Coprodução – Inclusão do art. 3º-A na Lei do Audiovisual (nº 8.685/93). Trata-se de incentivo que possibilita que empresas de radiodifusão e programadoras nacionais de televisão por assinatura disponham de parte do imposto de renda devido sobre a remessa de recursos enviados ao exterior (derivados da exploração de conteúdos audiovisuais estrangeiros) na*

*coprodução de obras independentes. Também constitui um incentivo para a aproximação das emissoras de televisão com a produção independente brasileira.*

*Investimento nos Funcines – Ampliação dos prazos e dos incentivos fiscais para os investimentos nos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).*

econômico das cidades, tendo seus habitantes como principais beneficiários e parceiros.

Por meio do Programa Monumenta, ações de preservação foram realizadas em 70 cidades históricas brasileiras. E com o PAC Cidades Históricas, a partir de 2009, as ações de restauro de edifícios, melhorias viárias, tratamento paisagístico e recuperação de áreas públicas começaram a chegar a outros municípios. Esse universo abrange 173 cidades com sítios e conjuntos protegidos, que estão pactuando seus planos de ação com o governo federal.

As ações do MinC na área, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e desde 2009 também pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), tiveram um crescimento recorde de investimentos no período 2003-2009. Apenas no âmbito do orçamento do Iphan/MinC, os recursos finais saltaram de R\$ 17 milhões, em 2002, para R\$ 160 milhões, em 2009, e o orçamento aprovado deste ano prevê R\$ 220 milhões.

## Rede de corresponsabilidade

O governo federal promove ampla política de tombamentos e registros de bens culturais por todo o Brasil, valorizando populações detentoras de conhecimentos tradicionais e expressões brasileiras, e o faz liderando uma rede de instituições nacionais e internacionais, agentes, grupos culturais, comunidades e indivíduos que têm o compromisso comum de valorizar a memória e a identidade dos brasileiros.

No plano internacional, o Brasil atuou para aprovar a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Congresso Nacional em março de 2006. Desde 2003, esse patrimônio que compreende saberes, fazeres, tradições, lugares, ritmos, linguagens e modos de ser, resultantes de criações coletivas, tornou-se reconhecido e tomado como riqueza nacional a preservar e difundir (ver pág. 43).

O investimento em manutenção, recuperação e modernização dos museus teve crescimento expressivo (ver pág. 57). Foram



Foto: Heitor Reali

desenvolvidos editais anuais de seleção de projetos, permitindo a revitalização de suas instalações. Foram criadas unidades voltadas para novas abordagens temáticas, a exemplo da história do trabalho e dos modos de produção, a língua e seus usos e o cotidiano da favela. O Sistema Nacional de Museus, por sua vez, possibilitou uma instância de coordenação e planejamento entre instituições públicas e privadas.

## Política de preservação

O Iphan, gestor do programa Brasil Patrimônio Cultural, priorizou, nos últimos anos, o incremento de tombamentos em todas as regiões do país. No período 2003-2010 houve 120 novos tombamentos, totalizando 1.189 bens inscritos nos Livros de Tombos.



Foto: Wagner Araújo

### Nos últimos oito anos foram realizados 120 novos tombamentos

Estão sob a tutela do Iphan aproximadamente 45 mil bens imóveis tombados, inseridos em 92 núcleos históricos protegidos. Estão em andamento mais de 30 novas propostas de tombamento de cidades históricas.

As diretrizes do programa priorizam mecanismos e instrumentos de gestão voltados para a preservação de bens culturais, promovem a acessibilidade da população aos bens patrimoniais, resgatam a ação pró-ativa de proteção dos bens materiais, fomentam o desenvolvimento tecnológico na área, estimulam a corresponsabilidade,

fortalecem a ação fiscalizadora e incentivam o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Entre projetos articulados com parceiros públicos e privados, cujo foco principal é a geração de renda, destacam-se: Roteiros Nacionais de Imigração, Pontos de Cultura e Patrimônio Tombado, Projeto Guias – Capacitação de Taxistas e Condutores de Turismo em Cidades Históricas, Escolas Técnicas Federais e Patrimônio Cultural e Projeto Barcos do Brasil, além da revisão de normatizações de centros históricos e da atualização de bases cadastrais.

Outra ação estratégica reside na consolidação do Cadastro de Negociantes de Obras de Arte.

*Estão em curso os estudos temáticos sobre a rede urbana, os ciclos econômicos, a ocupação do território, a imigração e o patrimônio rural, naval e ferroviário. Os estudos e inventários sobre o patrimônio cultural material constituem a base para o conhecimento dos bens a proteger – e, assim, a bússola para as políticas da área.*

Ao lado da lista de parceiros e das mudanças conceituais, alguns números traduzem a responsabilidade do governo federal na área e as realizações dos últimos anos.

Estima-se que passem de 500 mil os bens móveis e integrados protegidos pelo Iphan, além das coleções. Para mapeá-los, o

Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados já foi feito em 19 unidades da federação, somando 81.535 itens.

O instituto registra o tombamento de 865 edificações isoladas, 39 equipamentos urbanos e de infraestrutura, um conjunto rural, 22 paisagens naturais, 18 ruínas, dez jardins e parques

### PAC Cidades Históricas: atuação coordenada de vários órgãos governamentais e sociedade

O PAC Cidades Históricas, lançado em 2009, é uma ação governamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos. A previsão de investimentos é de R\$ 890 milhões até 2012.

Articulado pela Presidência da República, o PAC Cidades Históricas é coordenado pelo MinC, por meio do Iphan, com a parceria dos Ministérios do Turismo, da Educação e das Cidades, da Petrobras, da Eletrobrás, do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Desde o ano passado, alguns dos municípios que apresentaram os seus planos de ação estão sendo contemplados, como Marechal Deodoro (AL), Serra do Navio (AP), Mucugê e Cachoeira (BA), Laguna (SC) e São Luiz do Paraitinga (SP).

O PAC Cidades Históricas se beneficia de experiências como o Programa Monumenta.

### Com o Monumenta, obras em 70 cidades

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo na preservação do seu patrimônio e um dos marcos nessa frente é o Monumenta, um programa do MinC que teve financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recursos de estados e municípios e apoio operacional da Unesco.

Realizado a partir de 1999, e em fase de conclusão, o Monumenta beneficiou 70 cidades. A partir de 2003, houve um salto nos investimentos.

As principais áreas de atuação do programa são:

- » **Obras** – Conservação e restauro de monumentos e espaços públicos em 263 igrejas, sobrados, mercados, conventos, fortes, praças e conjuntos urbanos, sendo que cerca de 98 estão ainda em curso.

Destaca-se a implantação de dois *campi* universitários federais, em Cachoeira (BA) e Laranjeiras (SE).

- » **Linha de financiamento** – Lançado em 2004, o programa para conservação de imóveis privados em áreas protegidas concedeu 386 financiamentos, com recursos de R\$ 20,1 milhões. Dos beneficiados, 49% têm renda de até três salários mínimos. Fundos municipais permitem que as prefeituras continuem o trabalho.

históricos, seis terreiros, cinco sítios arqueológicos e um sítio paleontológico.

Destacam-se, finalmente, 105 objetos e bens integrados tombados individualmente e cinco coleções e acervos arqueológicos. Existem mais de 17 mil sítios arqueológicos cadastrados pelo

Iphan, e todos os anos são expedidas mais de 500 licenças para pesquisa e salvamento arqueológico.



Fotos: Milton Kanashiro

### Promoção, fomento e educação patrimonial

Entendendo que um dos grandes desafios da preservação do patrimônio é conscientizar a nação sobre sua importância, o governo federal considera a educação a matriz de todas as ações nessa área. Por isso, apoia a

educação patrimonial como processo permanente e sistemático de trabalho educativo. Tais trabalhos abrangem tanto o ambiente formal como o informal de ensino e se voltam a todas as faixas etárias. Incluem capacitação e formação, produção de materiais para o ensino e desenvolvimento de campanhas e eventos, entre outras ações.



Foto: Roberto Abreu/Arquivo MinC

## BAHIA Ação do Monumenta muda relação da população com cidade

“Isso, pra mim, é um sonho!” Assim a professora aposentada Railda do Nascimento resume como é viver hoje na casa da Rua Rodrigo Brandão, 80, na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. O imóvel, um dos 141 selecionados no Programa Monumenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC), abriga a família desde 1982. “Foram anos de agonia vivendo em uma tapera, até que Deus abriu essa porta”, diz a professora, referindo-se à linha de financiamento a custo zero que possibilitou a reforma do imóvel tombado.

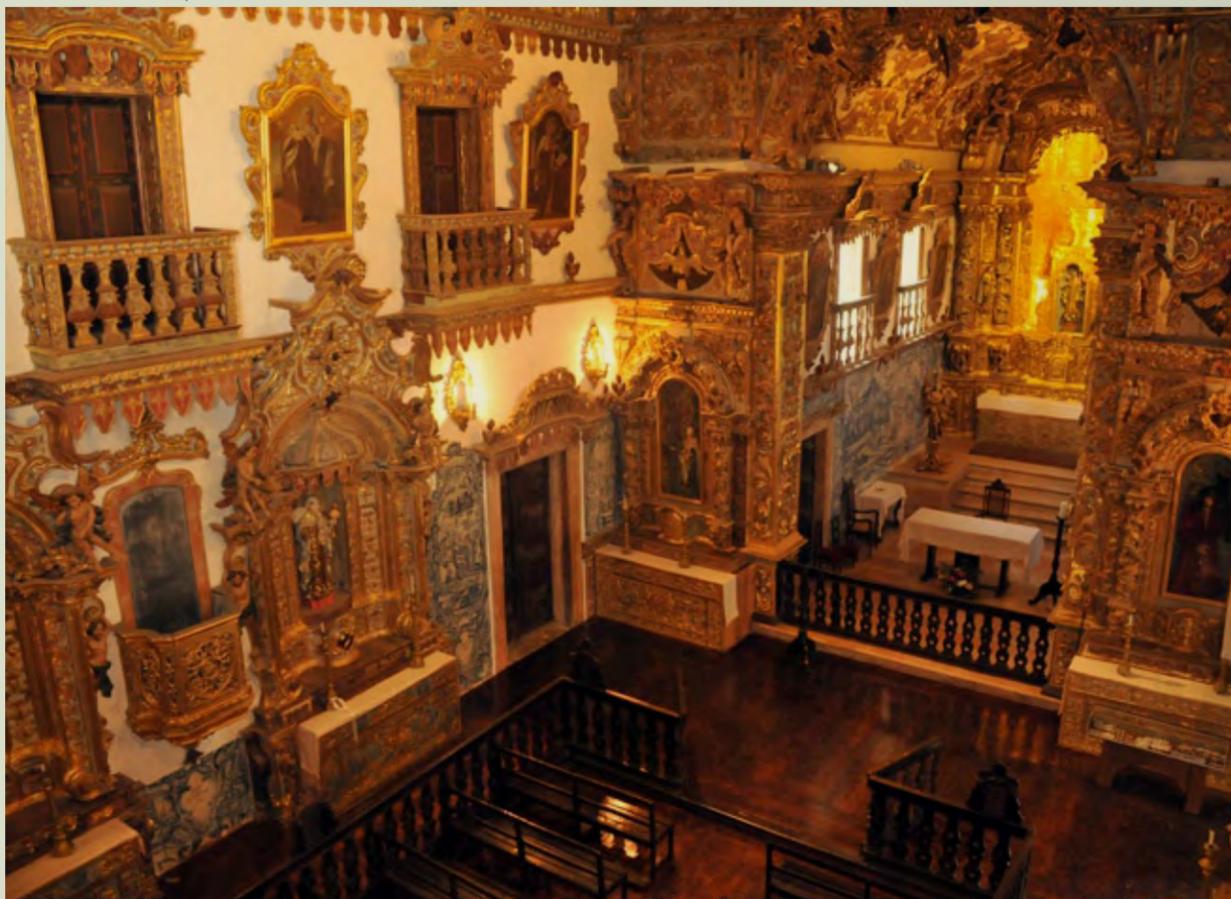
Em seus dez anos de atuação, o Programa investiu em Cachoeira R\$ 41,3 milhões, sendo R\$ 11,8 milhões a contrapartida estadual, recursos utilizados para a execução de 17 projetos de restauração de monumentos. Destacam-se o Quarteirão Leite Alves, que hoje abriga o Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cahl) da

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e a restauração completa do conjunto da Ordem do Carmo, que inclui as igrejas das Ordens Primeira e Terceira e o antigo convento.

Artista nascido em Cachoeira e guia turístico desde a década de 1980, Davi Rodrigues afirma que a cidade é era uma antes e outra, antes depois das intervenções do governo federal. “Agora, as pessoas têm orgulho de dizer que são cachoeiranas”. Ele afirma, ainda, que Cachoeira voltou a ser “o carro-chefe do Recôncavo Baiano”.

Esse sentimento é confirmado pelos estudantes José Luís do Sacramento e Alan Félix dos Santos, da faculdade de História da UFRB, em Cachoeira desde 2006. Eles afirmam que, na época, havia um distanciamento da comunidade para com os estudantes. “Mas, aos poucos, as pessoas começaram a perceber que a faculdade também

Foto: Roberto Abreu/Arquivo MinC



era para elas”, diz Jose Luis. “Hoje, em pleno centro histórico, a Universidade já faz parte da identidade local”, completa Alan.

Desde 2009, quando foi transferido para o Quarteirão Leite Alves, o Cahl cresceu de três para oito cursos, de 200 para 1,1 mil alunos, de 26 para 100 professores, e de apenas cinco para 30 servidores. O *campus* também ganhou também um curso de mestrado em Ciências Sociais, e está se preparando para o doutorado, em 2012, e para mais dois cursos de mestrado em 2011.

Os irmãos carmelitas Ivo de Santana e Wanderlina Rodrigues falam com alegria da presença do Programa Monumenta, que, segundo ele, “devolveu a beleza e a satisfação dos cachoeiranos de frequentar as celebrações

do Conjunto do Carmo”. Ela completa dizendo que, depois da restauração, “até as missas ficaram mais animadas, porque o frade pode cantar e caminhar com os fiéis pelo claustro, e vai até a capela do Senhor dos Passos”. O zelador do templo, Fabio dos Santos –que, assim como os irmãos da Ordem Terceira, frequentava o Conjunto do Carmo antes da restauração –, afirma que “dava medo entrar na igreja, porque era muito suja e escura”. E conclui: “Hoje dá até gosto de manter tudo no lugar, para as próximas gerações”.

Na restauração do Quarteirão Leite Alves, o Programa Monumenta investiu perto de R\$ 8 milhões. Na obra do Conjunto do Carmo, concluída em 2006, os recursos foram da ordem de R\$ 4,4 milhões.

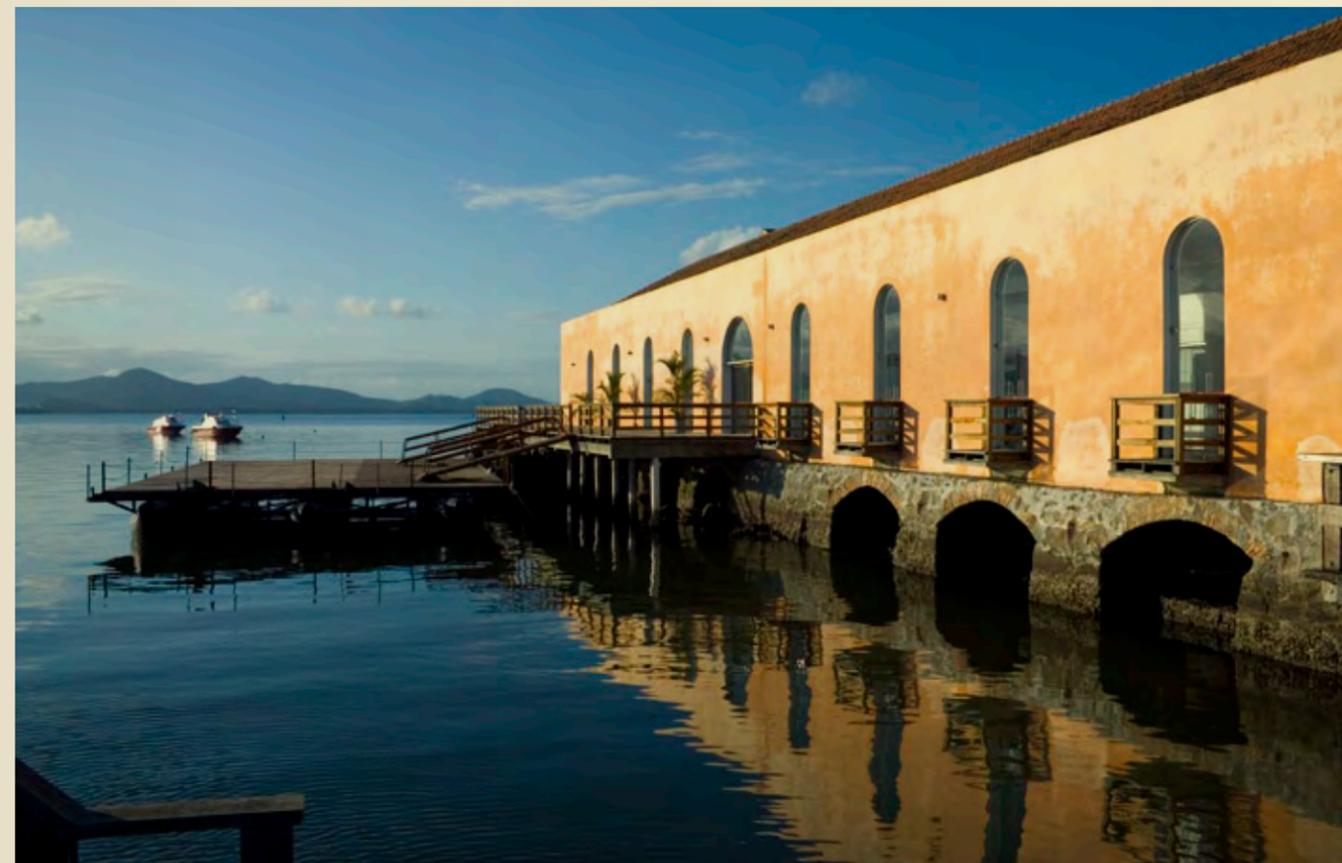


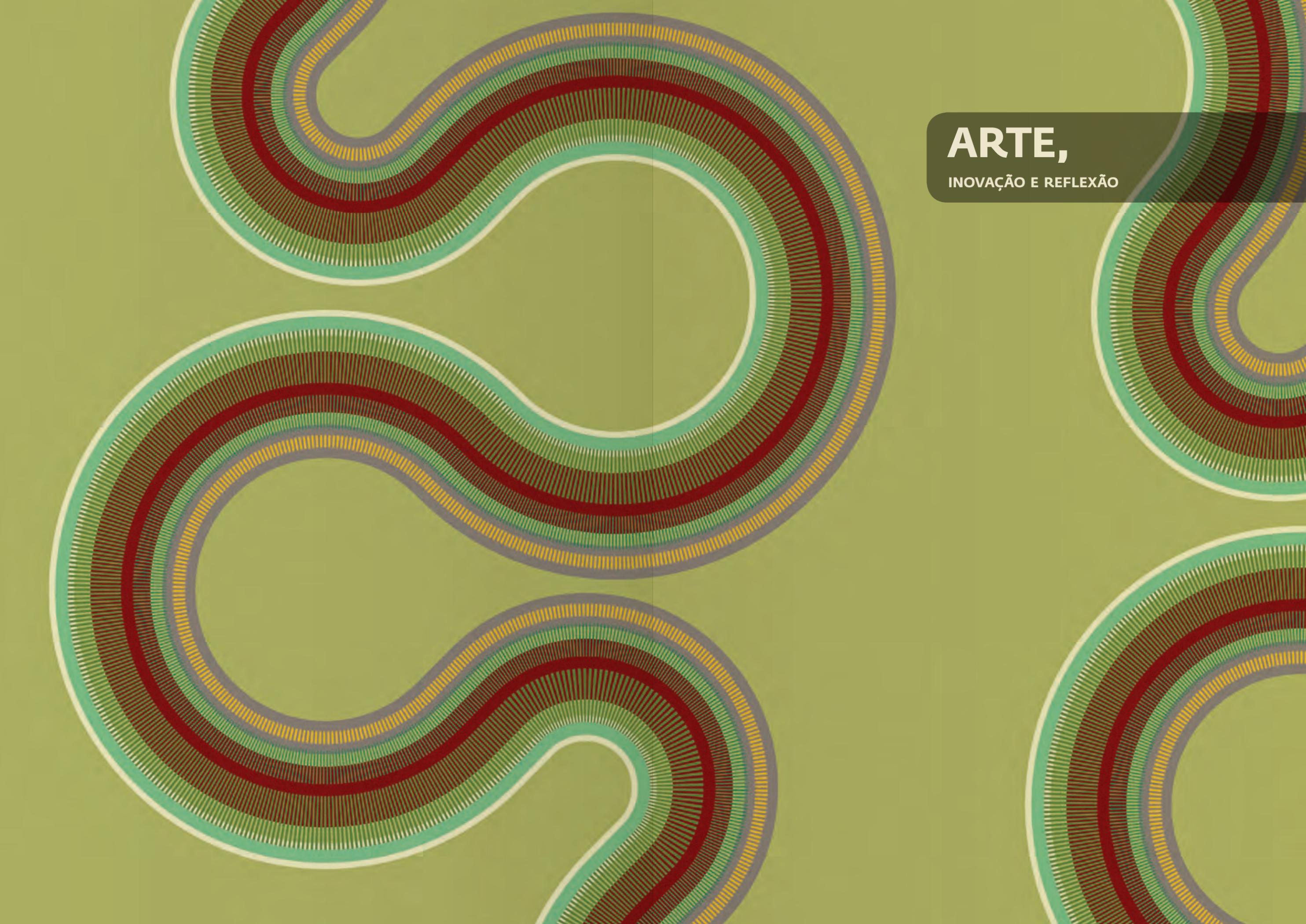
Foto: Eduardo Lyra

Em 2008, o Iphan lançou o projeto Casa do Patrimônio, investindo em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Na área de promoção e difusão, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade promove o reconhecimento de pesquisas, estudos e outras iniciativas de pessoas físicas ou jurídicas. Com o apoio da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República, em 2007 e 2008, o Iphan lançou campanhas na TV sobre o combate ao tráfico ilícito de obras de arte e a preservação da diversidade do patrimônio brasileiro. O Edital de Preservação de Acervos é realizado em parceria com o Conselho Federal de Defesa dos Direitos Difusos. E para difundir as informações sobre nosso patrimônio são editadas coleções tais

como *Obras de Referência*, *Obras e Intervenções*, *Roteiros do Patrimônio*, *Cadernos Técnicos*, *Registro*, *Imagens e Arquitetura*, além da série *Preservação e Desenvolvimento*.

No plano da cooperação internacional, o governo brasileiro vem trabalhando de forma a resgatar o patrimônio cultural compartilhado com outros países, e a demanda por acordos e parcerias é crescente (ver pág. 121).



**ARTE,**  
INOVAÇÃO E REFLEXÃO

# ARTE, INOVAÇÃO E REFLEXÃO

*o campo das artes, as políticas do Sistema MinC se referenciaram pelo alargamento do leque de expressões contempladas, pela democratização dos recursos e pela compreensão da população como um todo – não só os artistas – como público-alvo do conjunto de ações.*

*Novas linguagens e combinações ganharam lugar, sem que aquelas já consolidadas perdessem centralidade. Tal mudança se potencializou com a disponibilidade de um maior montante e com a maior abrangência regional.*

*Para atender a essa realidade, foi reestruturada a Funarte, principal instituição responsável pela execução dos programas e projetos ligados às linguagens artísticas.*

*Alargou-se o circuito exibidor, permitindo que mais pessoas de mais localidades tivessem contato com o trabalho de artistas estreados e consagrados.*

*A gestão participativa contribuiu para o enriquecimento das propostas e o amadurecimento institucional. Câmaras e colegiados levaram os debates setoriais para dentro do Estado, constituindo matéria-prima para políticas públicas.*

*Prêmios de referência foram criados ou fortalecidos, assim como bolsas de formação e qualificação. Seleções em que os projetos concorrem em igualdade viraram a regra. Com o ProCultura, a prática dos editais adentrou outro patamar.*

*O Ministério e suas autarquias também incidiram em pautas específicas com prontidão quando necessário, como no reerguimento da Bienal e na recuperação de 2.200 peças artísticas de Helio Oiticica danificadas por incêndio.*

*Outra frente foi o aprofundamento das questões contemporâneas, com o estímulo à crítica e à reflexão, que teve a universidade como um interlocutor prioritário. Foi valorizado o diálogo campus-comunidade.*

*Campo novo, a cultura digital mereceu atenção como território de indagação, formulação e prática. Buscou-se mensurar seu impacto nas cadeias produtivas e no dia-a-dia das pessoas. O espírito colaborativo foi incorporado a processos.*

*Acordo com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) propiciou a elaboração de políticas públicas e o aproveitamento de redes avançadas, abrindo uma estrada para a difusão de acervos em diversos suportes. A pauta da digitalização de acervos, no contexto do compartilhamento com o público e da preservação da memória, reuniu variados atores.*

## Fortalecimento da Funarte

A política de cultura teve como um de seus principais eixos o reposicionamento do Estado e seu fortalecimento. Ampliou-se sua presença no planejamento e na execução das políticas, como formulador, indutor e regulador, sem, porém, interferir na liberdade de criação. O conjunto de cidadãos passou a ser compreendido como o destinatário final das ações empreendidas.

O Ministério da Cultura definiu, em 2010, orçamento de R\$ 101,6 milhões para a Funarte. O valor – sete vezes maior que o de 2003 – é o maior em 21 anos de história. Criada em 1975 (dez anos antes do Ministério da Cultura), a Fundação Nacional de Artes é o órgão federal responsável pelas políticas públicas para o desenvolvimento do teatro, dança, circo, artes visuais, fotografia e música no Brasil. Desempenhou papel determinante no estímulo a novos artistas que hoje têm importante atuação na vida cultural do país, assim como no fomento à produção artística, na formação e qualificação cultural, no desenvolvimento de pesquisas, em edições históricas sobre artes e na circulação de obras e espetáculos no país.

Nos últimos anos, a Funarte realizou um esforço de análise das políticas culturais para balizar suas ações. Desde 2003, foram desenvolvidas as Câmaras e depois

os Colegiados Setoriais, que reúnem artistas e associações representativas das cadeias produtivas das artes, configurando uma nova relação entre Estado e sociedade. Essas discussões específicas pautaram a atuação da Funarte em três dimensões centrais: o desenvolvimento do potencial artístico brasileiro, em toda a sua diversidade; o desenvolvimento da economia das artes, envolvendo suas cadeias produtivas; e o desenvolvimento das artes como instrumento de cidadania.

Ainda no início do atual governo, a Funarte foi reestruturada, incluindo a reforma dos espaços culturais sob sua administração. A partir de então, duas diretrizes principais pautaram suas ações: o uso crescente de editais e a descentralização dos recursos, com aumento significativo do aporte financeiro para as artes em todas as regiões brasileiras.

O foco das ações da instituição passou a ser toda a sociedade brasileira e não apenas os artistas. O próprio conceito de arte foi expandido, contemplando as novas linguagens, a revolução tecnológica e as intervenções interativas contemporâneas. Políticas e instrumentos democráticos de gestão romperam com os limites sociais e regionais de atendimento governamental, permitindo a todos os estados e regiões do país o acesso ao financiamento público. A abrangência e a continuidade dos programas garantiram a institucionalidade das políticas culturais da Funarte.

Foto: Paulo Sadicoff



## Prêmios, bolsas e caravanas

Prêmios como o Myriam Muniz (teatro) e o Klauss Vianna (dança) movimentam o meio artístico, valorizando os trabalhos de excelência. A Funarte também tem papel central na realização dos editais ProCultura, lançados em 2010 (ver pág. 10).

Iniciativas como as Caravanas de Circulação rompem com o circuito exclusivo dos grandes centros urbanos. Também os espaços da Fundação ofereceram shows com ingressos a preços populares, divulgando o trabalho de jovens e consagrados músicos em espaços de excelente qualidade técnica. Pelo Conexão Artes Visuais, as atividades percorrem cidades de diferentes regiões do Brasil, estimulando o intercâmbio de artistas, críticos, produtores e outros profissionais.

Além disso, foi retomado o Projeto Pinguinha, um dos mais importantes programas de circulação de música brasileira.

### Programação leva arte a pequenas e médias cidades a preços populares

No campo do circo, foi criado em 2003 o Prêmio Carequinha. A Escola Nacional de Circo, única instituição de ensino diretamente mantida pelo Ministério da Cultura, oferece no Rio de Janeiro cursos de formação profissional e reciclagem de artistas. Muitos ex-alunos hoje participam de circos famosos em todo o mundo.

*Foram realizadas quatro edições da Bienal da Música Brasileira Contemporânea, considerada o mais conceituado programa dedicado à música clássica no país, criada em 1975. São apresentadas obras recentes de compositores brasileiros vivos, iniciantes ou renomados, ligados a diversas tendências artísticas.*

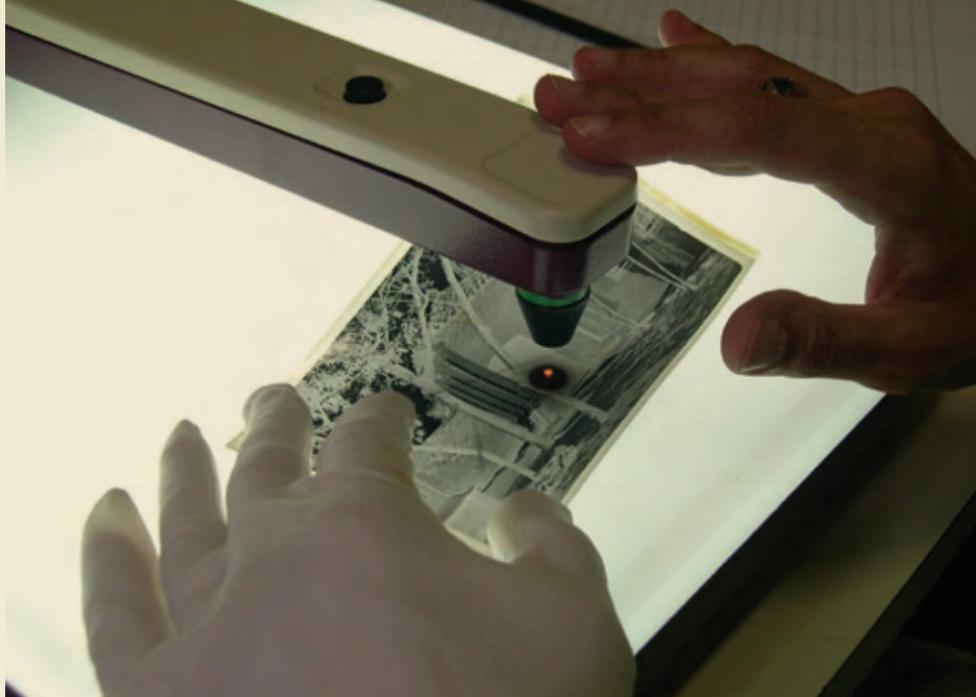


Foto: Marcio Ferreira e Richan Samir

Criada em 2004, a Rede Nacional Artes Visuais se tornou referência para produtores e artistas brasileiros, promovendo o intercâmbio entre suportes e linguagens que compõem o vasto repertório do país.

Com o Prêmio Funarte de Arte Contemporânea, a instituição estimula a multiplicidade e a diversidade de tendências e linguagens das artes. Muitas exposições contam com visitas mediadas para estudantes e público em geral.

A partir de 2008, a instituição criou programas de incentivo à produção literária. Entre outros projetos, a Funarte concede bolsas que permitem a autores brasileiros se dedicarem exclusivamente ao desenvolvimento de textos literários, além de viabilizar atividades de fomento à área literária, como oficinas e programas de narração de histórias.

## Centros especializados

Em 2003, a Funarte concluiu o inventário geral do seu Centro de Documentação (Cedoc), quantificando um acervo de mais de 1 milhão de itens que contemplam capítulos fundamentais da história das artes brasileiras. Em 2004, teve início a digitalização do acervo sonoro da instituição, patrocinada pela Petrobras, que possibilitou a transferência dos registros dos *shows* do Projeto Pixinguinha, entre outros, de fitas cassete e fitas de rolos para CDs.

O Centro Técnico de Artes Cênicas (CTAC) promove o resgate, a reciclagem, a organização e a difusão de conhecimentos técnicos em cenotécnica, cenografia, arquitetura cênica, indumentária, administração e produção teatral, oferecendo consultoria e treinamento em todo o país.

Criar condições técnicas para manter viva a memória fotográfica brasileira é a missão do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica (CCPF). Criado em 1984, direciona seu trabalho de processamento, digitalização e acondicionamento não apenas a acervos históricos, mas também à produção contemporânea. O CCPF presta consultoria a centenas de instituições culturais públicas e privadas, difunde pesquisas e promove a qualificação profissional do setor.

Por sua vez, o Centro Técnico de Artes Cênicas (CTAC) promove o resgate, a reciclagem, a organização e a difusão de conhecimentos técnicos em cenotécnica, cenografia, arquitetura cênica, indumentária, administração e produção teatral, oferecendo consultoria e treinamento em todo o país.

## Publicações de arte e portal

Com o objetivo de suprir o mercado com publicações sobre arte, a Gerência de Edições foi reativada em 2004. Entre os principais trabalhos estão o DVD Projeto Pixinguinha 2006, um documentário que registra *shows*

*Em 2006, o Projeto Brasil: Memória das Artes, patrocinado pela Petrobras, possibilitou a aquisição de arquivos e coleções pessoais de personalidades ligadas às artes cênicas brasileiras, como o Arquivo Família Oduvaldo Vianna, com peças teatrais, radionovelas, radioteatros, teleteatros, telenovelas e roteiros cinematográficos.*

*A instituição também participou da formação de uma iniciativa para atender as necessidades dos trabalhadores da cultura, o CulturaPrev. Trata-se de uma previdência complementar específica para o setor, em parceria com a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) e a Mongeral Seguros e Previdência.*

e entrevistas; a coleção *Pensamento Crítico*, com ensaios de Paulo Sergio Duarte e Icleia Cattani; e a edição da peça *A Minha Mulher*, de José Maria Vieira Mendes.

Em 2009, a Funarte integrou todos os seus ambientes *online* ao lançar o Portal das Artes ([www.funarte.gov.br](http://www.funarte.gov.br)), um espaço virtual que vai muito além da simples cobertura institucional. Ao acessá-lo, o internauta pode pesquisar a programação cultural, fazer *download* de livros e dos novos itens de acervo digitalizados do Cedoc, patrocinado pela Petrobras, Itaú Cultural e Companhia Siderúrgica Nacional, por meio da Lei Rouanet.

## Música

O Projeto Pixinguinha, criado em 1977 para formar plateias por meio da circulação nacional de artistas consagrados e novos talentos, foi retomado em 2004, após sete anos de interrupção. O projeto promove a apresentação e o lançamento de

artistas. Já são mais de 600 apresentações em cerca de 100 cidades de todos os estados do país.

Os concertos da Bienal da Música Brasileira Contemporânea atraíram em média 600 espectadores. São apresentadas obras recentes de compositores brasileiros vivos, iniciantes ou renomados, ligados a diversas tendências artísticas. Algumas dessas composições são selecionadas via edital.

O Projeto Bandas, criado em 1976 para preservar a tradição brasileira das bandas de música, distribui instrumentos de sopro, edita partituras e realiza cursos de reciclagem para músicos e cadastro de bandas.

Desde 2006, músicos como André Meh-mari, Monarco, Roberta Sá, Walter Alfaiate e Casuarina já se apresentaram nas salas Sidney Miller (RJ), Guiomar Novaes (SP), Cássia Eller (DF) e Funarte MG pela Pauta Funarte de Música Brasileira.

Com o Prêmio de Produção Crítica em Música, a Funarte aposta desde 2008 na produção de pensamento sobre música,

**Prêmio Circuito de Música Popular** – Além de ocupar seus espaços próprios com o melhor da música, a Funarte apoia projetos de turnês de espetáculos em todo o país. Em 2010, são 12 prêmios de R\$ 65 mil, com investimento total de R\$ 840 mil.

**Prêmio de Apoio à Gravação de Música Popular** – Em 2010, a Funarte passa a apoiar a gravação de CDs prensados ou virtuais, com o objetivo de difundir a música popular brasileira e ampliar a profissionalização do setor. A primeira edição distribui 20 prêmios de R\$ 35 mil para projetos de gravação. O investimento total é de R\$ R\$ 760 mil.

**Edital Petrobras de Festivais de Música** – Com o objetivo de estimular a circulação da produção musical brasileira, em 2007 foi lançado programa inédito com foco nos festivais voltados à produção independente. A iniciativa teve patrocínio da Petrobras e gestão do Instituto Moreira Salles.

**Programa de Apoio a Orquestras** – Criado em 2002, com patrocínio da Petrobras, o projeto atende sinfônicas de cordas e de câmara na aquisição de instrumentos, de peças de reposição, de materiais de consumo e na reparação de instrumentos.

**Projeto Circulação de Música de Concerto** – Com patrocínio da Petrobras, promove um circuito de recitais de música de alcance nacional, gerando trabalho para os músicos profissionais e formando novas plateias para a música erudita. Em 2010, com investimento total de R\$ 1 milhão, o Prêmio Circuito de Música Clássica concede prêmios de até R\$ 75 mil a 12 projetos de recitais de música de concerto.

**Concertos Didáticos** – O projeto levou grupos vocais e instrumentais a escolas públicas de todas as regiões. Os primeiros concertos foram viabilizados por patrocínio da Petrobras. Em 2010, a Funarte retomou o projeto, com investimento total de R\$ 400 mil e distribuindo prêmios de até R\$ 20 mil a 16 projetos.

**Painéis Funarte de Regência Coral** – Cursos intensivos de técnica de regência, dinâmica de coro, técnica vocal e percepção musical. Os painéis já passaram por Belém, Palmas, Curitiba, Crato (CE) e outras cidades. Em 2010, o investimento total no programa é de R\$ 300 mil.



Foto: Tomas Faquini

publicando editais de apoio a trabalhos de pesquisa. Em 2010, dez trabalhos de pesquisa sobre música brasileira recebem, cada um, prêmios de R\$ 15 mil, com investimento total de R\$ 220 mil.

### Artes visuais

Oficinas, exposições e documentação da produção contemporânea foram produzidas pela Rede Nacional Artes Visuais. Em 2010, com investimento de R\$ 1,1 milhão, são distribuídos prêmios de R\$ 20 mil e R\$ 30 mil a 40 projetos.

O Conexão Artes Visuais, criado em 2007 com patrocínio da Petrobras, distribui na edição 2010 prêmios de R\$ 55 mil a 30 projetos. O investimento é de R\$ 1,65 milhão. O Prêmio Funarte de Arte Contemporânea contempla 15 projetos com prêmios de até R\$ 80 mil, totalizando R\$ 930 mil em investimentos.

Numa iniciativa inédita no campo da fotografia, a Funarte publica, no mesmo ano, edital de apoio à realização de festivais de fotografia ou performances e de salões regionais, com prêmios de R\$ 95 mil e R\$ 260 mil e investimento total de R\$ 2,4 milhões.

O Programa Brasil Arte Contemporânea estimula exportações da arte brasileira (ver pág. 122).

*Prêmio Marc Ferrez de Fotografia* – Concede a projetos nesse campo da fotografia prêmios de R\$ 10 mil e R\$ 40 mil.

*Projéteis de Arte Contemporânea* – Ocupou as galerias do Palácio Capanema com obras selecionadas a partir de editais nacionais. Cerca de 120 artistas participaram de exposições coletivas, que foram documentadas em catálogos.

*Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça* – Tem como objetivo incentivar a produção de obras artísticas inéditas, que são

destinadas a acervos de instituições museológicas públicas ou privadas.

*Bolsa de Estímulo à Criação Artística em Artes Visuais* – Apoio trabalhos de criação e de pesquisa com bolsas de R\$ 30 mil.

*Bolsa de Estímulo à Produção Crítica em Artes Visuais* – Apoia projetos com bolsas de R\$ 30 mil.



Fotos: Marina Ofugi/Arquivo MinC

### Helio Oiticica: MinC atua na recuperação de acervo do artista e promove exposição itinerante

Em outubro de 2009, um incêndio atingiu a casa que abriga 90% da obra do artista plástico Helio Oiticica (1937-1980). O acidente destruiu telas, desenhos, fotografias, manuscritos e documentos de seu acervo, zelado por sua família, no Rio de Janeiro. Duas semanas depois, a boa notícia: trabalho de restauração coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão vinculado ao Ministério da Cultura, seria capaz de restaurar 70% do material.

Cerca de 2.200 itens foram salvos, incluindo todos os Metaesquemas (246 desenhos) e os 139 trabalhos do Grupo Frente – movimento neoconcretista liderado pelo artista carioca Ivan Serpa, do qual também fez parte a artista Lygia Clark, entre outros. Integrado, o trabalho contou com a colaboração de diversas instituições, como o Museu da República, o Museu Nacional de Belas Artes,

a Escola de Artes Visuais do Parque Lage e a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em paralelo à restauração das obras danificadas, outra parte do acervo do artista foi organizada, em 2010, na exposição itinerante Helio Oiticica – Museu é o Mundo. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belém integraram o roteiro da mostra, que reuniu 90 obras, além de filmes, fotografias e documentos, na mais completa retrospectiva sobre o artista carioca.



## Na Bienal de São Paulo, renovação depois do vazio

A 29ª Bienal de São Paulo expôs cerca de 200 obras de 159 artistas de diversas nacionalidades entre 25 de setembro e a 12 de dezembro de 2010. Com orçamento de R\$ 30 milhões e público estimado em mais de 500 mil pessoas, a mostra levantou polêmicas e chamou atenção do mundo, ao exibir filmes, documentários, quadros, desenhos, esculturas e performances. A relação entre a arte e a política foi o tema desse ano.

A instituição, há pouco tempo, passou por uma crise. A possibilidade de edições futuras foi questionada quando, em 2008, a 28ª edição apresentou todo um andar sem nenhuma obra, deixando-a conhecida como "Bienal do Vazio".

Para o atual presidente da Fundação Bienal, Heitor Martins, a sociedade "disse querer uma Bienal cheia, vibrante" e foi daí que a mudança partiu. "Assim, nossa diretoria resolveu assumir a Fundação, conduzindo um processo de reestruturação e revitalização. Desde o primeiro momento, vimos isso, o MinC viu isso, e vem desse primeiro momento o apoio que temos recebido e o grande diálogo que temos mantido na construção desse processo."

Um dos curadores da mostra, Agnaldo Farias, também destaca a importância do Ministério da Cultura no processo de construção desta edição. "O apoio do MinC foi essencial, depositando toda a confiança no trabalho da Bienal. O que tentamos fazer foi não apenas honrar a própria história da mostra, mas honrar o próprio ministério e o aporte que nos deu com as leis de incentivo e com a própria presença do ministro". Faria enfatizou, ainda, a identificação do trabalho da Fundação Bienal com o trabalho desenvolvido pelo MinC. "O que o Ministério fez nesses últimos anos nos

sensibilizou muito. A criação dos Pontos de Cultura e o esforço para unir e sensibilizar as instituições culturais. Tudo isso, para quem é da cultura, como eu, é muito valioso, pois mostra que não estamos sozinhos."

A reestruturação da instituição possibilitou a ampliação e criação de novos projetos. Uma das inovações dessa edição foram os chamados Terreiros, espaços destinados à reflexão, ao descanso e à interação do público com trabalhos expostos. Criados, a pedido da curadoria, por artistas plásticos, os espaços tiveram o objetivo de deixar a exposição menos contemplativa e mais participativa pelos visitantes, explica Faria.

O projeto educativo teve início meses antes da exposição, com ações de formação de educadores de escolas públicas e particulares, ONGs, associações culturais e comunidades. Além disso, cerca de 300 instrutores foram preparados por uma parceria de mais de 20 instituições culturais para receber o público. Farias explica que a Bienal sempre teve tradição em arte e educação, mas o projeto era voltado exclusivamente para a formação de monitores que conduziriam o público pela exposição. "Desta vez, ampliamos enormemente o escopo do projeto, porque há uma ideia de entender a Bienal como uma missão eminentemente educativa".

Para o artista e expositor Cildo Meireles, o evento já se inseriu na história cultural brasileira e tem uma importância crucial agora que "a arte do Brasil ganha cada vez mais visibilidade mundial". A seu ver, a Bienal é mais um elemento que impulsiona essa exportação.

Fotos: Cristian Ameln/Arquivo MinC

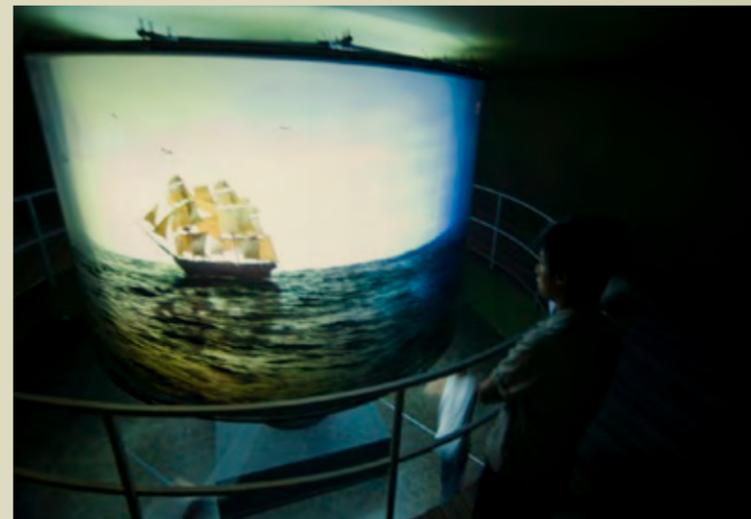


Foto: Mauro Kury

### Teatro

O Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz é um dos principais programas de fomento ao teatro brasileiro. Viabiliza a montagem e a circulação de espetáculos consagrados, além de oficinas, pesquisas de linguagem e outros projetos. Com investimento total de R\$ 7 milhões, em 2010, são distribuídos prêmios de até R\$ 150 mil a 34 projetos de circulação de espetáculos e de até R\$ 120 mil a 36 projetos de montagem de espetáculos. Criado em 2005, tem patrocínio da Petrobras.

Também patrocinadas pela estatal, as Caravanas de Circulação viabilizaram turnês nacionais de espetáculos, estimulando a formação de plateias e a circulação de produções independentes e regionais desde 2004.

O aperfeiçoamento profissional de críticos teatrais é incentivado pela Bolsa Funarte de Estímulo à Produção Crítica em Teatro,

criada em 2008 também para incentivar o e viabilizar o desenvolvimento de trabalhos reflexivos acerca de autores, intérpretes, diretores, grupos ou instituições. O programa seleciona projetos de críticos, pesquisadores, artistas e estudantes de todo o país.

Com o objetivo de aperfeiçoar as condições técnicas dos espaços cênicos fora dos circuitos tradicionais de cultura, o programa de distribuição de equipamentos cênicos oferece serviços de consultoria técnica em construção ou restauração de espaços teatrais.

### Dança

O Prêmio Funarte de Dança Klaus Vianna, criado em 2005, financia montagens de espetáculos em todo o Brasil e investe na manutenção de programas de grupos ou companhias de dança. Com investimento de R\$ 3 milhões, em 2010, são distribuídos

Com o Prêmio Funarte de Dramaturgia a Funarte passou a incentivar, a partir de 2003, a produção de textos contemporâneos para teatro. Levou oficinas literárias a diversas cidades brasileiras e publicou em livro as melhores peças produzidas. Os autores receberam prêmios em dinheiro.

*Programa Nacional Laboratório do Ator* – Oferece oficinas gratuitas de aperfeiçoamento técnico a profissionais.

*Estação Teatral Funarte* – Busca contribuir para a democratização e ampliação do conhecimento técnico e teórico em teatro, com oficinas gratuitas nas áreas de dramaturgia, iluminação, produção teatral e interpretação/direção.

*Geografia da Palavra* – Parceria com o Teatro Commune, ofereceu, em 2008, a jovens aprendizes oficinas de interpretação, direção, música, cenografia, figurino, iluminação e produção. Coordenado por Antônio Abujamra, o Geografia culminou com montagem do espetáculo *Os Possessos*, baseado em romance de Dostoiévski, com enorme sucesso em São Paulo.

## Monólogo é exemplo de reconhecimento de trabalho de excelência

Sucesso de público e de crítica, a peça *A Alma Imoral*, baseada no livro homônimo do rabino gaúcho Nilton Bonder, foi contemplada, em 2005, pelo Prêmio Funarte Petrobras de Fomento ao Teatro e, em 2006, pelo projeto Caravanas Funarte Petrobras de Circulação Nacional de Teatro e Dança. O espetáculo, um monólogo baseado em histórias religiosas e científicas que visa mobilizar a razão e a emoção do espectador, colocou em evidência o talento da atriz Clarice Niskier, protagonista, responsável pela adaptação do texto e pela concepção cênica da montagem.

Por sua interpretação, Clarice ganhou os prêmios Qualidade Brasil SP, em 2008, e Shell RJ de Teatro, em 2007, demonstrando com isso que a Funarte e o Ministério da Cultura patrocinam a excelência artística.

O espetáculo, que já foi visto por mais de 100 mil pessoas, passou pelos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará e Distrito Federal e já tem apresentações agendadas para 2011. Além disso, a produção recebeu convites para encenações fora do Brasil. “Quando me perguntam como é possível fazer uma peça por tanto tempo sem cansar, eu respondo: assim como é possível beijar por tanto tempo quem se ama. Nesse caso, tempo é subjetivo. Eu amo esse trabalho, esse texto”, diz a atriz.

Sem diretor, mas com supervisão assinada por Amir Haddad, *A Alma Imoral* desconstrói e reconstrói conceitos

milenarios da civilização, como certo e errado, alma e corpo, tradição e transgressão. O monólogo tem como base histórias do Velho Testamento, parábolas da sabedoria judaica, além de questões históricas e científicas. Clarice ganhou o livro de presente do próprio autor, que conheceu em uma mesa redonda sobre religião promovida por um programa de TV. “A coragem e a sensibilidade de Clarice dão corpo às palavras”, afirma o autor Nilton Bonder.

Em 2006, o Prêmio Funarte Petrobras deu lugar ao Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz, que manteve o patrocínio da estatal, mas teve seu escopo alterado de forma a descentralizar os recursos. A premiação tem como objetivo incentivar a produção e a montagem de peças das mais variadas modalidades e gêneros (teatro para crianças, para adultos, teatro de bonecos, teatro de rua etc.) e apoiar grupos e companhias teatrais envolvidas em projetos de pesquisa teórica, de experimentação de linguagem, de arte-educação, entre outras atividades.

O Prêmio se consolidou como uma das principais ações de estímulo à produção teatral do país. O nome do programa é uma homenagem à atriz Myriam Muniz (1931-2004), que fez parte da geração inovadora do Teatro de Arena. Reconhecida por interpretações marcantes no teatro e no cinema, Myriam dedicou os últimos anos de sua carreira à formação de novos talentos.

Foto: Dalton Valerio



prêmios de até R\$ 100 mil a 40 projetos de atividades e espetáculos de dança.

Também nesta arte as Caravanas de Circulação viabilizam o oferecimento de espetáculos nas cinco regiões brasileiras.

Capacitação e reciclagem são proporcionadas a estudantes e profissionais pelo Circuito Funarte de Oficinas de Dança. O programa inclui aulas práticas (composição coreográfica, improvisação etc.), teóricas

(história da dança, estética etc.) e técnicas (iluminação, cenografia e produção).

### Circo

Desde 2003, o Prêmio Carequinha distribuiu recursos para grupos circenses, nas categorias Patrimônio (para espetáculos de lonas itinerantes) e Produção (para espetáculos, números ou pesquisa sobre a

### Produção Cultural: projeto multimídia promove pesquisa sobre setor

Como está sendo vista, discutida, desenvolvida e praticada a produção cultural brasileira? Qual é o contexto social e político da cultura? Há conclusões sobre os processos passados e presentes? Para responder a essas e outras perguntas foi criado o projeto multimídia Produção Cultural Brasileira. A iniciativa inclui a realização de entrevistas com profissionais do setor, edição de cinco livros e construção de uma plataforma digital.

Foram 100 dias de entrevistas, com 100 diferentes profissionais atuantes das diversas áreas da produção cultural. A cada dia, desde o lançamento do projeto, uma nova entrevista entrava para a galeria de vídeos do site, que ultrapassou a marca de 600 minutos de imagens. O espaço também disponibiliza textos, fotos e muito espaço para interatividade: o [www.producaocultural.org.br](http://www.producaocultural.org.br) abriga um blog e reúne o trabalho realizado em redes sociais como Twitter e Facebook.

O próprio site foi encarado como uma experiência de produção cultural a ser compartilhada. Nesse sentido, foram publicados detalhes sobre cada fase de produção das entrevistas, da plataforma site, dos livros e da prestação de contas.

Mais um objetivo do projeto é a aproximação com universidades e o enriquecimento da bibliografia dos cursos

de produção cultural, ainda incipientes no país. O trabalho contou com a participação de 40 profissionais e é uma realização da Casa da Cultura Digital e da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, com orçamento obtido via Cinemateca Brasileira.

Fotos: Garapa / Coletivo Multimídia



**Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva** – Promovido com o Instituto Camões, de Portugal. Podem concorrer textos originais escritos por brasileiros ou portugueses. O autor selecionado recebe um prêmio em dinheiro e tem sua peça publicada em livro e montada nos dois países.

**Bolsa Funarte de Estímulo à Dramaturgia** – Criada em 2008 para estimular a produção de textos teatrais, a bolsa garante condições materiais para que escritores possam se dedicar integralmente à criação de peças inéditas.



Foto: Sebastião Castellano

linguagem circense). Em 2010, com investimento total de R\$ 3 milhões, são concedidos prêmios de até R\$ 40 mil a 103 projetos de artes circenses.

A partir de 2010, para ampliar o caráter nacional da Escola Nacional de Circo, a Funarte concede 15 bolsas de R\$ 20 mil, para alunos de outras regiões custearem seus estudos. O investimento total é de R\$ 300 mil.

#### *Escola Nacional passou a oferecer bolsas para alunos de fora do Rio*

Pelo Programa de Fomento ao Circo (2007) a Funarte concedeu premiações em dinheiro para circos de pequeno porte adquirirem lona e acessórios circenses; distribuiu bolsas para possibilitar a artistas dedicar-se integralmente ao desenvolvimento de performances circenses, e para pesquisas sobre a atividade circense no Brasil, incluindo textos e levantamento iconográfico ou audiovisual.

No mesmo ano, a Fundação lançou a cartilha *Receba o Circo de Braços Abertos*, que divulga orientações a fim de simplificar a burocracia que dificulta a atividade circense. A campanha, com o apoio da Rede Globo de Televisão e do jornal *O Globo*, contribuiu para preparar e motivar a comunidade para a presença do circo.

#### **Outros projetos de artes cênicas**

Com o Prêmio Festivais de Artes Cênicas, em 2010, a Funarte passa a publicar editais para apoio de até R\$ 100 mil. O apoio a eventos culturais é tradicionalmente uma das principais políticas de fomento da Funarte, e com os editais esse repasse será ainda mais democrático e transparente. Com investimento total de R\$ 2,7 milhões em 2010, o programa distribuiu prêmios de até R\$ 100 mil a 36 projetos.

*Bolsa Funarte de Estímulo à Criação Artística em Dança – Criada em 2008, permite a bailarinos dedicar-se integralmente à criação de coreografias inéditas.*

*Bolsa Funarte de Estímulo à Produção Crítica em Dança – Desde 2008, viabiliza o desenvolvimento de trabalhos críticos sobre dança, selecionando projetos de pesquisadores, críticos, artistas e estudantes de todo o país.*

O Prêmio Artes Cênicas na Rua, lançado em 2009 com grande repercussão, é concedido a projetos artísticos que busquem um novo significado para o conceito de espaço público. Em 2010, prêmios de até R\$ 50 mil são concedidos a 63 projetos. O investimento total é de R\$ 2 milhões.

#### *Apresentações em praça pública também são apoiadas por meio de prêmio*

Profissionais de teatro, dança e circo podem participar de programas de intercâmbio ou residência artística, no Brasil ou no exterior, por períodos de seis a oito meses pela Bolsa de Residências em Artes Cênicas. Em 2010, 43 propostas são contempladas com bolsa de R\$ 45 mil. O investimento total é de R\$ 2 milhões.

Pelo Iberescena, quatro editais foram publicados para distribuir os recursos do fundo a criadores e produtores de teatro e dança, nas categorias Coprodução; Apoio a redes, festivais e programação de espetáculos; Criação; e Aperfeiçoamento profissional.

Foto: Italo Rios



#### **Artes integradas**

No Prêmio Interações Estéticas, em parceria com a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC), a Funarte oferece a chance de desenvolver um trabalho integrado a ações de Pontos de Cultura de todo o país (ver pág. 16).

Desde 2008, a Bolsa Funarte de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais permite a pesquisadores desenvolver trabalhos de reflexão crítica e teórica sobre a cultura brasileira. Em 2010, o edital prevê 30 bolsas de R\$ 30 mil, com investimento total de cerca de R\$ 1 milhão.

A Bolsa Funarte de Reflexão Crítica e Produção Cultural para Internet se volta a trabalhos de pesquisa relacionados às diversas linguagens artísticas, baseados em computadores e suas possíveis extensões, e a produção cultural para a internet, incluindo criação, design, manutenção e hospedagem de páginas de natureza cultural na web. Em 2010, com investimento de R\$ 1,9 milhão, são concedidos 60 prêmios de R\$ 30 mil.

## Diagnóstico, debate e pontos de partida

As Câmaras Setoriais, depois transformadas em colegiados, levantaram subsídios fundamentais e apontamentos para as políticas setoriais e estruturantes do Sistema MinC

### Câmara Setorial de Música

Reuniu agentes do poder público e da cadeia criativa, além de entidades civis organizadas de 18 estados do país. Como desafios pactuados nas reuniões, foram apontadas as seguintes prioridades:

1. Tornar a formação musical uma política de Estado, com a criação e do desenvolvimento de políticas públicas nacionais, garantindo e preservando a memória, pesquisa e documentação do patrimônio musical.
2. Valorizar a profissão do músico e aprimorar suas relações de trabalho.
3. Criar uma cultura institucional de Estado de garantia aos direitos do autor.
4. Ampliar os recursos para a cultura e otimizar seu uso, visando o benefício de toda a sociedade e um equilíbrio entre as diversas fontes (orçamento público, fundos públicos, renúncia fiscal e capital privado).
5. Estabelecer políticas públicas para o desenvolvimento da produção, criando meios para garantir a difusão, distribuição e o consumo da diversidade musical brasileira.
6. Garantir a ampla divulgação e execução da diversidade musical nacional (já previsto na Constituição Federal no artigo 221, incisos I e II).
7. Fomentar a execução pública e ao vivo de música brasileira.
8. Democratizar, descentralizar, desonerar e fomentar o consumo da música brasileira na sua diversidade.

### Câmara Setorial de Artes Visuais

Implantada pelo MinC e coordenada pela Funarte, a Câmara reuniu agentes da cadeia criativa, entidades civis organizadas e representantes do poder público. Durante os

encontros, foram promovidos debates sobre os principais impasses do setor. Os participantes dedicaram-se ainda a listar ações indispensáveis ao fomento dessa linguagem, tais como:

- » Desenvolver um programa de difusão capaz de dar visibilidade à arte contemporânea.
- » - Viabilizar a realização de uma agenda nacional de congressos, seminários, debates e encontros focados na reflexão crítica.
- » Estimular programas de circulação da produção crítica.
- » Incentivar a tradução e a edição de bibliografia específica da área.
- » Criar políticas de fomento para acervos públicos de artes visuais.
- » Construir bancos de dados que ajudem a mapear a produção do país.
- » Regulamentar a profissão do artista e dos demais profissionais da cadeia produtiva do setor.
- » Criar mecanismos que garantam a continuidade das políticas públicas culturais, desvinculando-as de coloração partidária ou governamental.
- » Criar instrumentos para garantir o ensino de artes visuais em toda escola brasileira.
- » Viabilizar a reciclagem de professores de artes visuais do ensino médio e fundamental.
- » Criar e reconhecer cursos de artes visuais (bacharelado e licenciatura) em regiões carentes dessas ações.
- » Incentivar a organização de cursos livres, bem como de disciplinas da educação formal, que estejam voltados para a área do grafismo.
- » Desenvolver políticas de fomento para acervos públicos de etnologia e arqueologia.
- » Qualificar profissionais que atuem na área de museus e exposições.



Foto: Nilson Bastian

- » Incentivar a realização e a publicação de pesquisas sobre o patrimônio etnológico e arqueológico nacional, em permanente interlocução com o Iphan.
- » Definir um espaço específico para as artes visuais nos órgãos de pesquisa do governo federal, como CNPq, Capes ou Finep.
- » Reduzir as alíquotas de importação para materiais artísticos.
- » Criar um selo de domínio público para as obras que não estejam mais protegidas pela Lei de Direito Autoral.

### Câmara Setorial do Teatro

Desde 2006, reuniu agentes da cadeia criativa, entidades civis ligadas ao teatro e o poder público, que definiram as seguintes prioridades:

- » *Fomento* – Criar mecanismos de fomento específicos para o segmento, ações de implantação e recuperação de teatros, linhas de crédito para recuperação de teatros e produção teatral, aparelhar novos espaços culturais e efetivar manutenção dos já existentes.
- » *Formação* – Promover grupo de trabalho interministerial com o MEC, a fim de discutir a criação de cursos de licenciatura em teatro em todos os estados da federação e a inclusão do tema como disciplina obrigatória na

educação básica, ministrada por professores com licenciatura na área; implantar um programa nacional de treinamento técnico em teatro, elaboração de projetos e captação de recursos; estimular o estudo e a pesquisa de grupos e companhias teatrais; e criar uma rede de projetos de formação de público nas esferas federal, estadual e municipal.

- » *Difusão* – Garantir por lei projeto de circulação e difusão do teatro no Brasil; implantar subsídio federal a programas de circulação e difusão teatral, em parceria com estados e municípios; elaborar programa nacional de difusão de teatro de rua, para democratizar o acesso do teatro à população, criar política de difusão sistemática, com calendário nacional unificado, que contemple a realização de mostras e festivais com ênfase na formação (debates, seminários, palestras e oficinas); garantir o repasse de recursos para a realização de festivais e mostras teatrais em todo o país.

### Câmara Setorial de Dança

Criada pelo MinC e coordenada pela Funarte, a Câmara Setorial de Dança reuniu agentes da cadeia criativa, entidades civis organizadas ligadas à dança e representantes do poder público em reuniões temáticas sobre as principais propostas e impasses no setor.



Foto: Italo Rios

Entre as propostas pactuadas pelo fórum, foram apontadas as seguintes prioridades:

- » Criar, sistematizar e efetivar programas e projetos para a formação de profissionais na área, fomentando e facilitando a abertura de cursos de licenciatura e/ou bacharelado em dança nas universidades públicas brasileiras, além de outros mecanismos de reconhecimento e/ou qualificação para o ensino não formal.
- » Garantir a criação de uma Diretoria de Dança na Funarte e a implantação de diretorias e/ou coordenações de Dança na estrutura organizativa dos municípios e estados, com cargos ocupados por profissionais da área com reconhecida atuação no campo da dança.
- » Criar marcos regulatórios – Lei da Dança – articulando ações entre os ministérios da Cultura, do Trabalho e Emprego e da Educação que assegurem o pleno exercício dessa profissão, estabelecendo pontes entre esses e as instâncias estaduais e municipais.
- » Criação e implementação de leis de fomento e fundos setoriais para a dança, com dotação orçamentária definida, critérios transparentes de seleção e distribuição de valores.

- » Assegurar que a versão completa do Plano Setorial da Dança, elaborado pelo Colegiado Setorial em 2009, seja disponibilizada por um prazo mínimo de 45 dias para consulta pública, e que todas as sugestões e alterações sejam consideradas pela nova composição do Colegiado Setorial de Dança, e sua versão final seja legitimada pelas instâncias legislativas em caráter de urgência.

### Câmara Setorial de Circo

Implantada pelo MinC e coordenada pela Funarte, a Câmara Setorial de Circo reuniu agentes da cadeia criativa, entidades civis organizadas e representantes do poder público. Durante os encontros, os participantes realizaram debates sobre os principais impasses do setor e definiram ações prioritárias para seu desenvolvimento, tais como:

- » Regularizar a lei do circo;
- » Viabilizar o registro profissional do artista circense no Ministério do Trabalho;
- » Desenvolver regulamentação específica para aposentadoria do artista de circo;
- » Promover uma campanha de esclarecimento sobre pagamento de INSS de autônomo;
- » Criar um contrato especial de trabalho para o circense;
- » Criar órgãos de fiscalização específicos para o setor;
- » Criar normas básicas de segurança para os espaços de formação circense;
- » Destinar incentivo fiscal para estado ou município que receber grupos circenses;
- » Implementar um programa nacional de pesquisa e memória do circo;
- » Realizar um mapeamento nacional da atividade circense e construir um banco de dados;
- » Incentivar a criação de terrenos e espaços apropriados aos espetáculos circenses;
- » Criar um fundo emergencial para circos que passem por situações de risco ou estiverem em dificuldade financeira.



Fotos: Ricardo Brasil/Arquivo MinC

### Brasilidade: diversidade marca Ordem do Mérito Cultural 2010

A série de eventos Brasilidade, que, em 2010, teve Darcy Ribeiro como grande homenageado, movimentou a cidade do Rio de Janeiro como há tempos não se via. Mais de 450 artistas apresentaram-se em *shows*, exposições e espetáculos de teatro, circo e dança, compondo um grande mosaico da cultura brasileira, que culminou com a entrega da Ordem do Mérito Cultural (OMC), no dia 3 de dezembro, no Theatro Municipal. A mais alta comenda oficial da cultura foi entregue a 40 agraciados, entre artistas, grupos e instituições, em evento com caprichadíssima concepção e cenografia de Bia Lessa.

Na ocasião, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, falou sobre a escolha de Darcy como patrono da OMC e homenageado da série de eventos promovidos: “Darcy é um dos brasileiros que mais original e visceralmente viveu e pensou a questão da brasilidade”. O antropólogo e educador ganhou um módulo no Brasilidade 2010, que abrigou exposições, lançamento de livros e o 3º Fórum da Escola de Cinema Darcy Ribeiro.

Na Lapa e no Largo da Carioca (centro do Rio), música era a palavra de ordem. Por lá, passaram artistas como Lenine, Adriana Calcanhotto, Otto, Zeca Baleiro, Céu, Egberto Gismonti, Dona Teté do Maranhão e Gaby Amarantos, além da Orquestra Sinfônica da Petrobras, da Orquestra Voadora e da Orquestra Contemporânea de Olinda, totalizando 18 apresentações musicais.

A programação de audiovisual contou com 90 produções entre longas, médias e curtas metragens, de todos os

gêneros. De teatro, 17 grupos de todas as regiões brasileiras apresentaram espetáculos. Companhias de dança (sete, no total) integraram a programação. Cinco grupos artísticos levaram manifestações populares às ruas do Rio, que também viram alterada sua rotina pela presença de seis oficinas e sete instalações de artes visuais.

A cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural, que contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciou, entre outros, Hermeto Pascoal, Denise Stoklos, Ítalo Rossi, Jaguar, Leonardo Boff, Coral das Lavadeiras, Escuela Internacional de Cine y Television de San Antonio de los Baños (EICTV). Entre os oito agraciados *in memoriam* figuraram João Cabral de Melo Neto, Moacir Werneck de Castro, Nelson Rodrigues e Vinicius de Moraes.



## Reflexão, crítica e pesquisa

O Ministério da Cultura tem realizado e apoiado iniciativas de diversificação dos espaços de debate sobre crítica e reflexão cultural, assim como os de consolidação de programas que incentivem atividades conjuntas entre os meios de comunicação, o circuito artístico, a universidade e comunidades. Trata-se de colocar a crítica como lugar de encontro entre as expressões culturais e o público, fundamental tanto para a constituição de uma esfera pública autônoma quanto para a valorização das produções por meio de argumentos e pontos de vista representativos da diversidade do país.

O Ministério também procurou apoiar a extensão universitária, entendida como um dos eixos norteadores das instituições de ensino superior e como uma fonte de oxigênio tanto para a universidade quanto para a sociedade. O entendimento é que, na prática extensionista, a universidade reforça sua vocação pública e solidifica seus laços com a sociedade, numa troca democratizante de conhecimentos, capaz de superar os muros e colocar em contato os saberes produzidos dentro e fora da academia.

O Programa Cultura e Universidade é a iniciativa da Secretaria de Políticas Culturais (SPC) para fomentar e consolidar ações no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras. Entre suas principais finalidades estão o fomento à promoção, à difusão e à consolidação da produção artística e cultural no interior das universidades brasileiras; o fortalecimento das atividades das pró-reitorias de cultura e extensão universitária e a estruturação dos equipamentos culturais, museus, arquivos e bibliotecas que guardem acervos de relevância cultural, estimulando ações em benefício da comunidade acadêmica e do ambiente universitário; e o fomento à formação de recursos humanos nas áreas de política pública do setor cultural e artístico do Brasil.

Seguem, nestas páginas, as ações mais importantes do Cultura e Universidade.

*Buscou-se assim garantir os espaços da crítica e incitar uma reflexão interdisciplinar e atenta às manifestações tradicionais e experimentais, promovendo a atualização conceitual e a discussão sobre temas estratégicos. Dessa forma, aprofundamento das questões contemporâneas e fortalecimento da esfera pública caminham juntos.*



Fotos: Netun Lima/Visual Solutions

## Valorização da universidade e da extensão

O Programa de Extensão Universitária (ProExt Cultura) é uma iniciativa que já conta com quatro edições, apoiadas pelos ministérios da Cultura e da Educação, realizado também com a colaboração da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del Rei (Fauf). O ProExt apoia com recursos projetos culturais de extensão universitária em instituições públicas voltados à inclusão social e que contribuam para a implementação de políticas culturais.

A ação parte da valorização da universidade na produção cultural das cidades, buscando consolidar assim o protagonismo da instituição na formação e na promoção da diversidade cultural do país. Ao mesmo tempo, reconhece a riqueza que a sociedade

tem a compartilhar com ela. O movimento feito pelo Ministério vai no rumo de uma ligação permanente para que haja contribuição mais efetiva da parceria entre universidade e sociedade para a produção cultural e as políticas públicas.

## Programa Cultura e Pensamento: estímulo ao debate crítico

O Programa Cultura e Pensamento, desde 2006, destina recursos por meio de edital para apoio a projetos que desenvolvem o debate crítico em eventos presenciais e publicações, selecionados por editais. O objetivo é dar suporte institucional e financeiro a iniciativas que fortaleçam a esfera pública e promover o mapeamento da produção cultural contemporânea nas diversas regiões do país. Na primeira edição, foram apoiadas 11 iniciativas, e na segunda, 14, que, no total, receberam quase R\$ 2 milhões. Para ampliar o alcance das ações viabilizadas e favorecer a circulação das ideias e a continuidade das reflexões propostas, todo o conteúdo produzido – vídeos, áudios e textos

– será disponibilizado gratuitamente no portal do Programa (<http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento>). A página estabelece uma plataforma digital de difusão de conteúdo e estímulo a interações entre participantes da Rede Cultura e Pensamento, sejam eles realizadores de projetos ou público interessado.

A edição 2009-2010 do Programa Cultura e Pensamento é uma iniciativa do Ministério da Cultura, com o patrocínio da Petrobras. Por meio dela, serão financiados oito debates e quatro revistas culturais bimestrais com circulação nacional.

A realização é em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (Fapex) e a Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa. Também são parceiros nesta realização o Sesc-SP e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Fotos: Rodrigo Gorosito/Visual Solutions





Fotos: www.casaruibarbosa.gov.br

### Objetivo é constituir canal permanente entre a parceria universidade-sociedade e as políticas públicas

Os projetos apoiados são selecionados via edital e devem se enquadrar em eixos temáticos. Entre eles, estão Memória Social e Patrimônio; Cultura e Arte; Economia da Cultura e Empreendimentos Culturais Autogestionários; Leitura e Cidadania; Inovação de Linguagem; e Produção de Conteúdo Audiovisual e Linguagens Alternativas.

Num desdobramento do programa, o ProExt SP, foram selecionados 32 projetos de universidades paulistas que buscam a integração entre a economia da cultura e equipamentos culturais, desenvolvido em parceria com o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão da Região Sudeste. O objetivo é articular ensino, pesquisa e extensão para desenvolvimento um plano plurianual de ações estruturado em três grandes eixos: gestão da cultura, formação cultural instituinte e informação com foco no acompanhamento e na elaboração dos planos estadual e municipais de Cultura.

A edição de 2007 do programa apoiou 42 projetos; em 2008 foram 96; em 2009, outros 62; e em 2010, mais 60. Outra iniciativa é o Programa Interinstitucional de Cultura das Universidades Públicas da Regional Sudeste,



### Bolsas para formação e pesquisa e mídia em debate

Em 2008, foi lançado edital do Programa Pró-Cultura, em parceria com a Capes/MEC, com os objetivos de contribuir para a formação de nível superior nas áreas de artes e cultura e promover a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo educacional e científico da cultura. Foram aprovados 21 projetos de instituições públicas e privadas.

Em abril de 2006, o Ministério da Cultura apoiou a realização do seminário Mídia da Crise ou Crise da Mídia? Realizado pela Escola de Comunicação da UFRJ, em parceria com a Rede Universidade Nômada, o seminário estimulou o debate sobre comunicação, democracia e novas formas de ativismo político.

### Uma casa a serviço da excelência em pesquisa

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) se coloca de forma sistemática a serviço de atividades de pesquisa e é reconhecida como centro de excelência na capacitação de pesquisadores. Além de manter produção bibliográfica nas áreas de filologia, direito e história, e na divulgação da obra de seu patrono, a Casa de Rui Barbosa vem se dedicando a novos campos de conhecimento.

Os investimentos permitiram a construção de nova área de preservação dos arquivos e a aquisição de um imóvel vizinho, para expansão da área edificada.

Na área de preservação, mantém atividades de tratamento documental – com o apoio dos meios digitais, envolvendo, em especial, seus acervos arquivísticos e bibliográficos – e de preservação integrada de bens culturais, compreendendo a conservação articulada do edifício histórico e os acervos documentais e museográficos ali mantidos. Inaugurada em 1930 pelo presidente Washington Luís, e transformada em fundação em 1966, a Casa de Rui Barbosa completou 80 anos em 2010.

Nos últimos anos, concretizou-se uma série de intervenções de preservação no conjunto arquitetônico histórico, com 9.000m<sup>2</sup>, tombado pelo Iphan em 1938. Destacam-se a instalação de controle climático na biblioteca de Rui Barbosa, obras no jardim histórico e reforma do pavimento térreo.

Em 2003, foram estabelecidos cinco programas estratégicos, que orientam suas ações (abaixo). O estabelecimento de linhas de ação coordenadas e de longo prazo propiciou maior integração entre as áreas finalísticas – o Centro de Memória e Informação e o Centro de Pesquisa –, uma acumulação mais eficiente de resultados e maiores visibilidade e transparência.

» *Cultura em Ação* – Pesquisa e reflexão sobre a cultura brasileira em sua diversidade, com o objetivo de promover e congregar iniciativas de reflexão e debate, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

» *Elos Culturais* – Desenvolvimento de redes de pesquisadores e instituições para o compartilhamento de estudos e acervos, o estabelecimento de parcerias e projetos interinstitucionais e a reflexão sobre aspectos da cultura brasileira.

» *Desenvolvimento Tecnológico para a Preservação* – Conjunto de iniciativas – estudos e pesquisas, cursos e treinamentos, edições e desenvolvimento de projetos – integrado aos trabalhos e redes já formados no Brasil para o desenvolvimento de técnicas e tecnologias aplicadas à conservação-restauração de bens culturais, móveis e imóveis.

» *Acervos* – Memória e Informação Conjunto de iniciativas de tratamento, preservação e restauração dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, do museu-casa e de divulgação de informações e conteúdos sobre bens culturais.

» *Programa de Expansão do Conjunto Edificado da FCRB* – Série de ações para ampliação, redistribuição e integração dos espaços da instituição, para garantir condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.

#### AVANÇOS DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA NO PERÍODO 2003-2010

*Estruturação da reflexão e do debate em eventos acadêmicos* – Seminários, colóquios, simpósios e séries de palestras.

*Concurso de Monografias* (desde 2004) – Prêmio Casa de Rui Barbosa, com temática de livre escolha do candidato, mas referenciada aos acervos da instituição.

*Tratamento e divulgação dos acervos bibliográficos* – como o inventário da Biblioteca São Clemente, compreendendo cerca de 110 mil volumes, e a edição do Catálogo da Biblioteca de Rui Barbosa, que levou a público a relação de todos os títulos de uma das mais importantes coleções do país no gênero.

*Implantação de programas de bolsas* – O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (72 bolsistas) e o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (71 bolsistas) ensejaram não só o fomento de conhecimento como a sua inserção no universo de centros de referência.

*Revista Escritos* – Com ênfase nos campos da filologia e da história, destina maior espaço para artigos de colaboradores de outras instituições, do Brasil e do exterior, entrevistas e resenhas.

## Na cultura digital, novos terrenos, modos e pautas

A cultura digital ainda é um campo novo de formulação de políticas públicas no Ministério da Cultura. Sua linha de atuação avança para a prospecção de tecnologias e processos sociais com o objetivo de qualificar a cultura de uso das tecnologias digitais e da rede. Essa pauta evolui desde 2003, motivada pelo impacto global, tecnológico, social e econômico do digital na cadeia de produção e distribuição de cultura.

Conceito amplo e em aberto, a cultura digital ganhou adesão no governo com a discussão de *softwares* livres e, no MinC, a constatação de que a cadeia cultural está impactada de forma irreversível levou a profundas e amplas reflexões que resultaram em diversas ações, como: a implementação de kits multimídias nos Pontos de Cultura, sob a perspectiva de empoderar as iniciativas culturais da sociedade com os meios de produção digital; a capacitação no uso de tecnologias livres para produção cultural; a discussão em torno de novas formas de licenciamento que culminou com a proposta de reforma da lei de direitos autorais; a criação e o fomento da rede social [culturadigital.br](http://culturadigital.br), que permite que iniciativas outrora isoladas possam mobilizar-se em torno de um objetivo em comum (ver pág.134); o desenvolvimento de soluções que visam integrar bancos de dados de diferentes acervos culturais, visando a universalização de acesso aos bens culturais públicos; e o desenvolvimento de uma plataforma integradora de acervos de vídeo.

Desta forma o Ministério desenvolveu um modelo de capacitação voltado não só à produção cultural, mas também à produção do *software* e dos *middlewares* necessários para a instrumentalização dessa geração de jovens – os “nativos da rede” – que tem a internet como canal de expressão e formação.

## Parceria

A formulação de políticas públicas no campo digital se destaca a partir da relação do MinC com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

(RNP), que resulta em ações conjuntas desde 2007. Essa parceria é produto de uma articulação institucional que permite o aproveitamento da infraestrutura de redes avançadas existentes no país pelo campo da cultura.

Nesse sentido, tal parceria permite tomar proveito do que as superconexões podem viabilizar para a cultura: desde a disponibilização de acervos das instituições culturais brasileiras às novas possibilidades de intervenção artística, a partir dos novos recursos e eventualmente de forma conjunta com os pares conectados no Brasil e no mundo. Surgem novos terrenos de suporte, que possibilitam a ampliação do acesso e a democratização de circulação de conteúdos.

Em 2008, essa colaboração se aprofundou por meio de projeto piloto que prepara a entrada do Ministério no Programa Interministerial de Manutenção e Desenvolvimento da RNP.

Com o objetivo de ampliar o acesso a conteúdos culturais, instituições do Sistema MinC passaram a ser conectadas à rede de alto desempenho da RNP, em velocidades de 1 a 10 Gbit/s – uma capacidade até 10 mil vezes maior do que um serviço de banda larga disponível no mercado de 1 Mbit/s, por exemplo.

Além do apoio a iniciativas de digitalização, a ideia é promover ações e programas que explorem as novas vocações que os acervos, e suas instituições mantenedoras, passam a desempenhar na sociedade da informação conectada em rede, integrando as iniciativas em zonas de compartilhamento de recursos tecnológicos. Nesse sentido, as ações da Coordenação de Cultura Digital do MinC, na Secretaria de Políticas Culturais desde o início de 2009, visam à instalação de avançados laboratórios de mídias em rede, promovendo a apropriação das novas possibilidades tecnológicas pela instituições conectadas e sua comunidade de usuários. Aplicações que propõem novas modalidades de interatividade com os conteúdos digitalizados serão contempladas a partir de interfaces que disponibilizarão acesso *wireless* nos espaços de visitação.

Incluem-se na parceria, ainda, o desenvolvimento de ambientes de redes sociais

*Além da disseminação da cultura, as novas tecnologias passam a interrogar sobre seus processos de produção e seu objeto artístico final.*

*Participam dessa primeira etapa 11 instituições que dispõem de um acervo exemplar, como a Biblioteca Nacional, a Cinemateca Brasileira e a Fundação Nacional de Artes (Funarte).*

para usuários de bibliotecas e museus, acesso integrado a acervos públicos diversos e prospecção de interatividade em conteúdos para a TV digital, entre outros projetos.

## Memória cultural digitalizada

A digitalização dos acervos culturais do Brasil tem se tornado uma tarefa de grande urgência, solicitando uma reflexão sobre as novas tecnologias, padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede que viabilize uma efetiva articulação e compartilhamento de recursos entre as instituições e os projetos já existentes.

O Projeto Brasileira-USP, que digitaliza a biblioteca doada por José Mindlin e sua esposa Guita, é apoiado pelo MinC e implementado com base em padrões abertos e *software* livre. Uma parceria desse projeto com a Coordenação de Cultura Digital resultou na realização do Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, entre os dias 26 e 29 de abril de 2010 em São Paulo.

O evento reuniu especialistas e profissionais do Brasil e do mundo para a troca de experiências, conceitos e soluções tendo em vista a proposição de políticas e de

formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro.

### *Proposta do MinC objetiva definir padrões para tornar a digitalização mais eficiente e amigável aos usuários*

O Ministério apresentou a proposta da adoção de um protocolo em comum, aberto e distribuído, para a comunicação entre diferentes plataformas de acervos digitais. As instituições que aderirem terão seus conteúdos integrados a uma rede de acervos federados que permitirá a potencialização da experiência de acesso dos usuários. Por integração de acervos entende-se uma realidade em que qualquer porta de entrada (sites das instituições, por exemplo), leva a um ambiente em que seja possível buscar, visualizar, baixar e remixar conteúdos de qualquer uma das instituições federadas, respeitando os limites de licenciamento e direitos autorais.

Esse projeto, batizado de Cervo, abre a possibilidade de ampliar as formas de acesso para além da busca. O usuário que se conectar poderá ter em seu computador um

*Sistemas federados dessa forma podem oferecer sua base de dados para buscas extremamente qualificadas, permitindo que uma pessoa busque, por exemplo, por “samba” e o resultado traga vídeos do acervo da Cinemateca, áudios da Funarte, bibliografia da Biblioteca Nacional e muito mais.*

[www.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/](http://www.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/)



aplicativo que o notifica sempre que algo desejável for disponibilizado em qualquer uma das plataformas integradas. É premissa para este “ecossistema de acervos conectados” a padronização para a organização dos metadados, dos formatos e das licenças de uso. Uma proposta que pode privilegiar o usuário, numa espécie de portal da cultura brasileira.

Uma pesquisa encomendada pelo MinC e pela RNP à empresa Fli Multimídia mostrou que, das instituições abordadas, entre elas as do Sistema MinC, 82% terceirizam esse tipo de processo (a questão foi respondida por nove das 14 instituições pesquisadas). A maior parte das empresas contratadas não possui em seu quadro profissionais de tecnologia da informação capazes de gerir redes ou pensar em conteúdos integrados.

De acordo com o estudo, 90% dos acervos digitalizados das instituições pesquisadas já podem ser acessados pela internet por qualquer usuário por meio dos sites dessas instituições, embora ainda em interfaces pouco intuitivas e de difícil navegação. E 70% dos acervos digitalizados só não estão *online* por restrições de direito autoral.

Após o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Digitalização de Acervos, grupos de trabalho (GTs) sobre as áreas multimídias envolvidas nos processos de digitalização e também sobre direito autoral seguem articulando com especialistas e representantes da sociedade civil no setor, para contribuir com a formulação de um Plano Nacional de Digitalização de Acervos.

### ***GTs buscam levantar subsídios para um plano nacional para a área***

Todas essas ações também fazem parte do processo do Fórum da Cultura Digital Brasileira, que acontece em paralelo com debates sobre marcos regulatórios e políticas públicas que afetam diretamente o cenário da cultura digital.

## **Plataforma livre**

Para dar continuidade ao projeto de disponibilização de acervos de vídeo em espaços

alternativos, o MinC começou o desenvolvimento de uma plataforma livre chamada Videre.

A plataforma está sendo desenvolvida com base em diversas experiências livres e colaborativas. Parte dela está sendo escrita na linguagem Lua, desenvolvida pela PUC-RJ. O indexador de metadados está sendo desenvolvido em C e JavaScript, utilizando o projeto SpiderMonkey, da Mozilla.

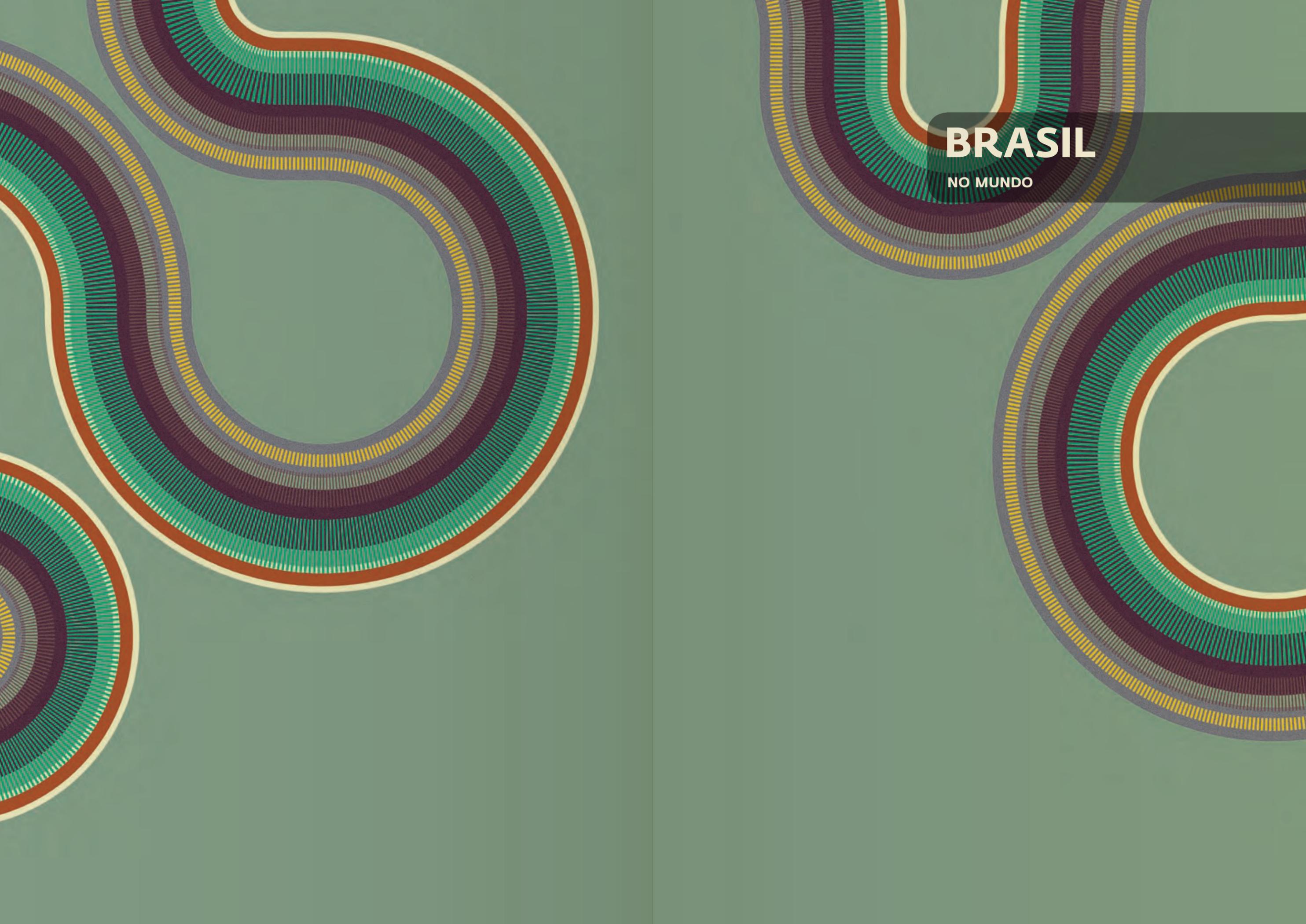
Dentre as características da plataforma, destacam-se:

- » *Upload* de arquivos em formatos livres
- » Conversão automática para outros formatos
- » Suporte a listas de reprodução customizadas pelo próprio usuário
- » Atualização em tempo real na lista de vídeos
- » Integração de acervos por meio de federação de bases de metadados
- » Edição de vídeo *online*

Qualquer pessoa interessada pode ajudar a aperfeiçoar a proposta. O código do projeto é livre e está disponível no [wiki http://xemele.cultura.gov.br/trac/cervo](http://xemele.cultura.gov.br/trac/cervo).

Para avançar dessa formulação, MinC e RNP se reuniram em encontro no Rio de Janeiro com Casa de Cultura Digital, Elo Company, Ericsson, Miro Community, Open Video Alliance, Serpro, TV Cultura, Universidade de São Paulo e Vodo. Para ouvir mais produtores, um segundo encontro foi realizado em São Paulo.

*O governo brasileiro formula colaborativamente um marco civil para a internet, estimula a discussão para uma nova lei de direito autoral e tem como prioridade a definição de um plano nacional de banda larga para o país. Dessa forma, torna-se também central a discussão sobre padrões e estímulos para a digitalização e circulação de conteúdos digitalizados.*



**BRASIL**  
NO MUNDO

## BRASIL NO MUNDO

Heranças e intercâmbios culturais reforçam laços entre povos, destroem preconceitos, são responsáveis por importantes fluxos econômicos e representam parte essencial dos esforços de integração regional e de inserção de um país no mundo. Assim, o governo federal entende que é impossível pensar a cultura brasileira sem considerar a sua dimensão internacional. Ela é fator importante para a maneira como o Brasil é percebido por outras nações.

A atuação do Ministério da Cultura no plano internacional se orientou pelo reposicionamento da política externa brasileira. As relações Sul-Sul ganharam novo peso sem afrouxar os laços já plenamente estabelecidos.

As experiências brasileiras suscitaram interesse em diversos países. Em contrapartida, o Brasil teve uma nova oportunidade para promover a cultura como elemento de reaproximação com suas raízes histórico-culturais e para obter ganhos institucionais a partir da transferência de tecnologia e da absorção de experiências estrangeiras.

Presença ativa nos foros multilaterais, cooperação bilateral, articulação política, coprodução, defesa de interesses nacionais, promoção de negócios e divulgação dos nossos valores e da nossa produção artística

foram algumas das frentes de atuação. Ela se deu em soma de esforços com os outros órgãos do Estado brasileiro naturalmente ligados a cada missão específica.

O envolvimento nos grandes debates do campo cultural foi permanente. Destacam-se os seguintes temas transversais: a proteção e a promoção da diversidade; a inclusão social por meio da cultura; a modernização do sistema de propriedade intelectual; a formulação, o financiamento e o acompanhamento de ações de planejamento das políticas públicas; e o desenvolvimento sustentável da economia do setor.

### Prioridade para o Mercosul

A força simbólica da cultura brasileira e a constante reafirmação da diversidade cultural como direito dos povos nos colocam em uma posição de destaque no plano internacional quando se trata de políticas culturais. Nesse debate, o Ministério da Cultura tem buscado mostrar que o progresso econômico também se dá pela conquista de autonomia dentro do marco do desenvolvimento social sustentável.

O intercâmbio e a cooperação culturais passaram a incorporar uma agenda de caráter estratégico, com o objetivo de fortalecer os laços de amizade, a cooperação e a integração entre o país e seus diversos parceiros internacionais. Essa frente se soma à atuação do Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que concentra suas atenções nas atividades de promoção e difusão da cultura brasileira e defesa dos interesses políticos brasileiros nos foros internacionais.

Em consonância com as diretrizes da política externa brasileira, o MinC expandiu e aprofundou suas ações no campo internacional, atuando em parceria com o MRE. Passou a priorizar as relações Sul-Sul, especialmente com os países do Mercosul, da América Latina e do Caribe, da África e da diáspora africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esse reforço foi feito sem reduzir as trocas culturais tradicionalmente mantidas com outras nações e regiões, como os países da União Europeia, da Ásia e da América do Norte. Prova disso é a realização do Ano do Brasil na França (2005) e do Ano da França no Brasil (2009).

O MinC protagonizou debates importantes nos fóruns e organismos internacionais culturais. Inserem-se nesse esforço propostas e ações nas mais diversas áreas da cultura, como audiovisual, livro e leitura, museus, culturas populares, indígenas e afrodescendentes, patrimônio material e imaterial, além das linguagens artísticas tradicionais (música, teatro, dança, circo, artes visuais etc.).

### Prioridade para o Mercosul

O Mercosul Cultural se constituiu no principal foro multilateral de atuação do MinC no continente americano. Ao longo destes oito anos, em que o Brasil exerceu a presidência *pro tempore* do bloco em quatro oportunidades (2004, 2006, 2008 e 2010), a agenda temática se concentrou no debate

conceitual e no delineamento de programas conjuntos. Essas iniciativas se voltaram para a integração de políticas e planos nacionais de cultura, o desenvolvimento de estudos, a integração de sistemas de informação e estatísticas de cultura (Sicsur) e a circulação de bens e serviços culturais (Selo Mercosul Cultural).

Com a aprovação do projeto Itinerários Culturais do Mercosul, foi realizada a sua primeira etapa na região das Missões Jesuítico-Guarani. O Brasil atua de forma ativa na consolidação do espaço institucional da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul como fórum de articulação, negociação e decisão regional de políticas integradoras que considerem o patrimônio cultural fator para o desenvolvimento regional.

Foram reativados o Comitê Técnico de Patrimônio e as atividades desenvolvidas no âmbito da Reunião Especializada das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (Recam). Destaca-se o Programa Mercosul Audiovisual, do Convênio União Europeia/Mercosul. Desde 2009, o convênio realiza atividades





Foto: Eduardo Pereira Santos/Arquivo MinC

relacionadas ao Observatório Mercosul do Audiovisual (OMA), bem como capacitação em restauração e conservação de acervos, instalação de salas para exibição digital, circulação de conteúdo e preservação do patrimônio audiovisual.

**Sistemas de informação, circulação de bens, povos indígenas, patrimônio e audiovisual estiveram em pauta no Mercosul**

Outra frente de atuação do Ministério tem sido o espaço ibero-americano. A partir das orientações das cúpulas presidenciais e reuniões de ministros, busca-se a consolidação de um diálogo para superação de entraves comuns de acesso à diversidade e de fortalecimento das identidades culturais de cada país. O MinC aderiu aos programas criados pela Secretaria Geral Ibero-Americana e apoiados pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI): Iberescena, Iberorquestras, Iberutas e Ibermedia. Por iniciativa do Brasil, foram criados o programa Ibermuseus, sob coordenação técnica do Ibram, e o DocTV Ibero-América, recentemente convertido em DocTV América Latina. Os programas são viabilizados por meio da criação de fundos multilaterais.

Ainda na área do audiovisual, o Ministério da Cultura teve participação ativa na Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (Caaci), organismo internacional voltado para o desenvolvimento da cinematografia e a integração do setor na região.

No esforço de integração cultural regional, o MinC promoveu diversos encontros temáticos, tais como duas edições do Encontro Sul-Americano das Culturas Populares (2006 e 2008), a II Conferência Internacional de Intelectuais da África e da Diáspora (ver pág. 126) e o Encontro dos Povos Guarani das Américas (pág. 46). Também apoiou a realização do I Congresso de Cultura Ibero-Americana, no México (2008) e a organização de sua segunda edição no Brasil (2009). Em 2010, realizou-se no Brasil o II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas (Encontro Afro-Latino), a partir de uma concertação com o Ministério da Cultura da Colômbia (pág. 126).

Além disso, buscou qualificar sua participação na Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (CIC/OEA), criada em 2003.

Após duas vice-presidências sucessivas, o MinC exerce a presidência da CIC no biênio 2010-2011. Esse reconhecimento se consolidou a partir da realização do Seminário

*No contexto mais amplo das Américas, o MinC também procurou coordenar sua atuação em outros foros regionais como a União Sul-Americana de Nações (Unasul) e o Fórum de Ministros da Cultura da América Latina e Caribe.*



Foto: Bruno Melo/DRI/MinC

Internacional sobre Diversidade Cultural: Práticas e Perspectivas (2007), que abordou os temas da diversidade cultural, convergência digital, economia da cultura e globalização.

Prioridade da agenda externa do MinC também é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em que o Ministério procurou exercer um papel articulador.

O governo federal conseguiu aprovar a primeira ação conjunta dos países de língua portuguesa na área cultural: o DocTV CPLP (ver pág. 127).

O MinC propôs a realização de Congressos de Cultura da Língua Portuguesa, de caráter bienal e rotativo. Busca-se, assim, afirmar internacionalmente a língua como expressão de valor simbólico, da cidadania e da economia, debatendo sua influência não apenas no campo da literatura, mas também na música, no cinema, na arquitetura, no jornalismo e na socioantropologia, entre outros. A previsão é que o primeiro se realize em 2011.

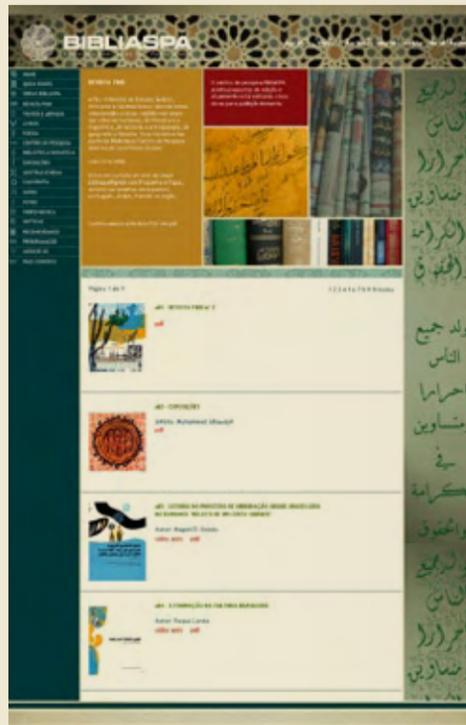
Também foi apoiado o fortalecimento da Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC), fórum informal de ministros da Cultura e especialistas da área voltado para a discussão de temas relacionados à diversidade. Representantes de cerca de 40 países compareceram à 9ª Reunião, realizada no Brasil em 2006, para discutir os

desafios na área do direito autoral, entre outros temas.

## Trabalho conjunto

O contato bilateral permitiu o aprofundamento das pautas tratadas nos diversos fóruns e organismos multilaterais. Ganhou força e importância no Sistema MinC a partir da parceria construída com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao MRE. Esse trabalho conjunto propiciou a implementação de projetos de cooperação técnica com Angola, Benim, Paraguai e Bolívia. Ao lado disso, países como Colômbia, Argentina, México, Cuba, Equador e Cabo Verde se destacam na agenda de cooperação direta do MinC. Na África, além dos países de língua portuguesa e do Benim, intensificaram-se os laços especialmente com Senegal, Nigéria e África do Sul.

Ainda como desdobramento da política externa brasileira, a pauta incorporou a agenda estratégica de novos grupos de países emergentes, como Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), e explorou novas frentes de intercâmbio cultural, como os países árabes (Cúpula América do Sul – Países Árabes – Aspa). O MinC tem contribuído para os encontros de autoridades de cultura desses foros e



[www.bibliaspa.com.br](http://www.bibliaspa.com.br)

*Integrado ao Cultura e Pensamento, o Programa Cultura e Juventude – Diálogos Internacionais é desenvolvido em parceria com a ONG Contato. Em diálogo com o Centro Cultural Casa África (Brasil – Senegal), a Asociación Hermanos Saíz (Cuba) e a ONG CIC Batá (Espanha), objetiva estabelecer uma rede internacional dedicada à aproximação cultural entre jovens artistas e produtores da África e da América Latina, tendo o Brasil e a Europa como interlocutores da Cultura da América Latina e Caribe.*

realizou, em 2009, com apoio do MRE, a II Reunião de Ministros de Cultura da Aspa, da qual participaram 22 países árabes e 12 países sul-americanos. Entre os projetos desenvolvidos consta a Biblioteca Centro de Estudos Árabes e Sul-Americanos (Bibliaspa), com sede em São Paulo.

### **Além dos outros países emergentes, novas frentes de intercâmbio mereceram atenção**

Em face do caráter duradouro e do potencial multiplicador que a cooperação induz, há efetiva aproximação de autoridades, especialistas e técnicos das instituições envolvidas. Isso facilita a interlocução para o aprofundamento de projetos já existentes e definição de novos projetos.

A despeito da priorização das relações Sul-Sul, o MinC se manteve atento às demandas do continente europeu, promovendo turnês de artistas, apoiando projetos culturais de comunidades brasileiras na Europa, implementando Pontos de Cultura e realizando atividades culturais principalmente com

Portugal, Holanda, Espanha, Itália, França, Alemanha e Reino Unido.

No que se refere especificamente à visibilidade da cultura brasileira no exterior, a estratégia do MinC no plano dos projetos especiais foi diversificar seus instrumentos, buscando contemplar projetos de pequeno e grande porte. Casos emblemáticos são os do Ano do Brasil na França (2005), a Copa da Cultura (Alemanha, 2006) e o Ano da França no Brasil (2009), para os quais se exigiu a formatação de estruturas específicas, a partir de decisões políticas no mais alto nível dos governos nacionais envolvidos. Há, ainda, as tratativas para realização, em 2011, do Ano de Portugal no Brasil e Ano do Brasil em Portugal.

Os eventos propiciaram visibilidade para a diversidade cultural brasileira, despertando o interesse de vários países em realizar projetos semelhantes ou ensejando propostas para que o Brasil fosse país homenageado ou convidado de honra de feiras internacionais e eventos artísticos de repercussão mundial.

Exemplos são as Feiras do Livro de Santiago (2008), Santo Domingo (2009), Lisboa (2009) e Frankfurt (2013) e a Feira Internacional de Arte Contemporânea (Arco).

Foto: Arco Madri 2008/Divulgação



A Arco reuniu por quase três meses 32 galerias e mais de 150 artistas brasileiros em Madri. O evento é a principal realização do Brasil Arte Contemporânea, programa integrado de promoção à internacionalização da arte brasileira.

O programa tem como objetivo ampliar o volume de negócios gerados pela exportação de artes visuais brasileiras; possibilitar a ampliação do conhecimento do cenário artístico brasileiro por parte dos colecionadores, críticos, curadores e formadores de opinião internacionais; e aumentar a visibilidade das galerias e dos artistas do país.

É realizado pelo MinC em parceria com a Funarte, o Iphan, o Ibram, o MRE e instituições privadas sem fins lucrativos como a Fundação Bienal de São Paulo, a Fundação Bienal do Mercosul, representantes da Agência Brasileira de Apoio à Cultura, de colecionadores e outras instituições sem fins lucrativos da sociedade civil vinculadas ao mercado de arte. Essas instituições são coordenadas por um comitê, que define estratégias de ação.

## **Participação ativa na Unesco**

Na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o MinC participou ativamente das discussões



Foto: Arco Madri 2008/Divulgação

no âmbito de suas três principais convenções: Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural, de 1972; Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003; e Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. O Brasil ocupou posição de destaque, defendendo a revisão de padrões considerados eurocêntricos e sua readequação à realidade dos países em desenvolvimento. Propôs sempre o fortalecimento da cooperação internacional como instrumento para garantir o cumprimento das decisões e diretrizes das convenções, de maneira mais equilibrada e solidária.

No caso da Convenção da Diversidade, a elaboração e a aprovação decorreram, em grande parte, do esforço do Brasil, que atuou ao lado de países como França,

## **Europália 2011: brasilidade em destaque novamente**

Em 2011 o Brasil será o país tema do Europália, maior festival cultural da Bélgica, que é realizado a cada dois anos e tem a programação estendida para os países fronteiriços (França, Alemanha, Países Baixos e Luxemburgo). A sede do evento será a cidade de Bruxelas, entre outubro de 2011 e janeiro de 2012.

O país deverá comparecer com uma ampla programação cultural, que englobe todas as regiões e linguagens artísticas.

Um comissariado conjunto estabelecerá as linhas gerais da programação. Representantes das secretarias estaduais e municipais de Cultura também poderão participar da elaboração.

De acordo com a tradição do evento, caberá à presidente eleita do Brasil fazer o lançamento do festival. O evento poderá contar com o patrocínio tanto de empresas belgas como brasileiras.

Canadá, Espanha, os vizinhos do Mercosul e os países da África. O discurso brasileiro sobre a questão se consolidou e ganhou reconhecimento mundial.

### **Empenho do Brasil foi fundamental para a Convenção da Diversidade Cultural**

Em caráter mais amplo, as atuais diretrizes do MinC estão pautadas pelos desafios de implementação dessas convenções, especialmente no que se refere à diversidade cultural e ao patrimônio imaterial. O governo iniciou a aplicação interna de suas diretrizes antes mesmo da ratificação dos documentos, o que contribuiu para que despontasse como referência nessas áreas.

Em novembro de 2010, a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial foi realizada em Brasília, presidida pelo ministro Juca Ferreira. Reuniu delegações de mais de 180 países.

Nos dez dias de reuniões, o Brasil participou de forma decisiva de discussões como a conservação das Ilhas Galápagos (que saíram da Lista do Patrimônio em Perigo após

proposta brasileira), o acordo entre Camboja e Tailândia, a criação do Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio e a negociação entre Palestina, Israel e Jordânia sobre a preservação de Jerusalém. Também estabeleceu acordo de cooperação técnica com o governo do Benim. E a Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), foi incluída por unanimidade na Lista do Patrimônio Mundial, tornando-se o 18º bem brasileiro na relação.

Durante o encontro, o MinC e o Iphan atuaram de forma integrada com os ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

### **Propriedade intelectual, cultura negra, museus e audiovisual**

O lançamento da Agenda para o Desenvolvimento, iniciativa brasileira e argentina no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), marcou uma alteração dos trabalhos do Comitê de Direito Autoral daquela instituição. Todas as negociações de tratados passaram a refletir os temas da Agenda.

### **Centro Lucio Costa: formação e cooperação em prol do patrimônio**

A criação do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, batizado como Centro Lucio Costa, foi um dos principais resultados da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. A medida havia sido aprovada na 35ª Conferência Geral da Unesco, em 2009.

Uma das prioridades é formar gestores públicos e privados visando a contribuir na ampliação da Lista do Patrimônio Mundial, bem como aprimorar os meios de preservação e salvaguarda de bens tombados e registrados. O espaço promoverá pesquisas, estudos e intercâmbios, divulgará informações sobre o tema, contribuirá para o fortalecimento dos vínculos entre população e patrimônio e prestará assistência técnica aos países participantes.

O Centro Lucio Costa tem início das atividades previsto

para 2011. Sua missão estratégica é a cooperação com países da América do Sul (Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela), da África lusófona e hispânica (Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial) e, na Ásia, o Timor-Leste. O Centro deve realizar ainda ações de intercâmbio e colaboração com Portugal e Espanha e com os similares existentes em cinco países. Com essas unidades, o Brasil está trabalhando pela constituição de uma rede colaborativa. Cerca de 50 representantes de instituições e profissionais da área já estão em processo de adesão à rede.

Também poderão participar de iniciativas de cooperação os institutos e centros de educação e de ciência da Unesco, espalhados por dez países.

A escolha do nome de Lucio Costa (1902-1998) se deve à atuação do arquiteto à frente da equipe de projetistas do Palácio Gustavo Capanema, construído entre 1936 e 1945.

## **SERGIPE Tornada patrimônio mundial, praça renova esperanças de uma cidade e suas gentes**

Com jeito tímido, a pintora e poeta Vesta Viana mostra suas obras. Elogiada, diz-se pequena diante de tantas coisas que ainda precisa aprender. Por meio de sua arte, expressa o amor pela cidade histórica de São Cristóvão (SE) e, sobretudo, pela Praça de São Francisco.

Os quadros da artista transferem para a tela o belo conjunto arquitetônico que compõe o local, tombado como Patrimônio Histórico Mundial em agosto de 2010. Vesta explica que ficou muito tempo sem pintar. Porém, após a chancela da Praça de São Francisco, a inspiração tomou conta de seus pensamentos.

Por vezes acorda às cinco horas da manhã, para admirar os prédios históricos que ficam a poucos metros de sua casa. Sempre viveu em São Cristóvão, e teve amigos ilustres admiradores de seu trabalho, como Jorge Amado e Zélia Gattai. O casal apresentou suas obras para o Brasil e para o mundo nos anos 70. Em Portugal, seus quadros podem ser encontrados no Museu de Arte Primitiva de Guimarães.

"Jorge Amado chegou aqui atrás de confeito de castanha [*doce típico da cidade*]. Entrou, conversou muito. Depois, escreveu um roteiro Bahia-Sergipe, e, nele, eu fiquei no meio. Daí começaram a chegar turistas", explica Vesta Viana. A relação do escritor com São Cristóvão é antiga: ele já havia tematizado a cidade e a praça no livro *O Cacao*, de 1933.

Ainda é cedo para sentir as transformações causadas pela chancela de Patrimônio Histórico Mundial, mas Dona Marieta Santos, 68, comemora o aumento na venda das

deliciosas queijadas, doce feito com coco. A produção passou de 400 para 1.700 unidades, nos últimos meses: "E que venha mais", diz, sorrindo. Ela aprendeu o ofício com sua mãe, e explica que é uma tradição que permanece na família desde os tempos da escravatura.

Thiago Fragata, historiador e diretor do Museu Histórico de Sergipe, coordenou a comissão pró-candidatura da Praça São Francisco, e revela que a cidade não possui guarda municipal, o que dificulta o policiamento dos bens tombados. Porém, explica que os estudantes locais estão recebendo educação patrimonial, para colaborar na preservação do patrimônio. Além disso, um comitê gestor foi formado para implantar ações que garantam a segurança do patrimônio, o aumento sustentável do turismo e da economia da cidade, que não oferece, no momento, nem mesmo uma hospedaria aos seus visitantes. "O comitê vai pensar o uso desse espaço, e como será agora, depois da chancela da Unesco", explica Thiago.

A intenção é que a Praça de São Francisco permaneça como palco das diversas manifestações religiosas e folclóricas que lá ocorrem, além de reacender o Festival de Arte de São Cristóvão, que teve edições de 1972 a 2004, mas deixou de ser realizado por falta de incentivos.

São Cristóvão vive a perspectiva de dias melhores, e as esperanças estão depositadas na Praça. O povo sergipano é hospitaleiro e dedicado, ama sua cidade, suas tradições, e se esforça na mobilização para que cheguem o quanto antes as melhorias de que a cidade necessita.

Foto: Eduardo Pereira Santos/Arquivo MinC



Em outra iniciativa brasileira, foi lançada no mesmo comitê a discussão de um possível tratado que facilite o acesso à leitura para as pessoas com deficiência visual.

Além da OMPI, o episódio do contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC) marcou o trabalho realizado pelo MinC de sensibilização dos interesses afetados no caso de uma possível retaliação cruzada. Ademais, o aumento do setor tornou possível acompanhar outros foros capazes de influenciar os interesses do país, como a Organização Mundial das Aduanas e a Unesco (com destaque à Convenção da Diversidade).

A comunidade negra da América Latina representa 23% da população da região, cerca de 123 milhões de afrodescendentes. O Ministério da Cultura, especialmente por meio da Fundação Palmares, tem buscado integrar as ações culturais com os afro-latinos. Inspirou e participou do I Encontro de Ministros da Cultura Ibero-Americanos, incentivando a criação de uma política pública de cultura para o segmento na América Latina, e organizou o II Encontro Afro-Latino, em Salvador, em maio de 2010.

Além desse intercâmbio, destacam-se a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora; a visita de representantes do MinC e de suas vinculadas a países africanos; o fortalecimento de políticas comuns entre os países africanos que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a participação na Feira do Livro de Cuba e no Congresso Cultural Pan-Africano; a realização da Mostra Pan-Africana de arte contemporânea; a implementação da política do governo brasileiro de aproximação com o continente africano na área da cultura; e a Semana do Benim na Bahia.

No setor de museus, o governo federal articulou uma política ibero-americana. Apoiou a realização do I Encontro Ibero-Americano de Museus, em Salvador. Participou também de ações como a celebração do Ano Ibero-Americano de Museus, com agenda que reuniu mais de 900 eventos, e da implantação do Programa Ibero-museus,

que prevê a criação da Rede Ibero-Americana de Museus.

Na área audiovisual, foram concretizadas coproduções e versões internacionais de programas. O Mercosul Audiovisual, por exemplo, está sendo executado no período 2009-2011. Movimenta € 1,85 milhão, dos quais € 1,5 milhão provêm da União Europeia, o restante cabendo a uma contrapartida dos quatro Estados do Mercosul. O projeto está sendo executado em parceria com as autoridades audiovisuais de Argentina, Uruguai e Paraguai, no âmbito da Recam e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), responsável pela cooperação no âmbito federal.

#### **Área Audiovisual teve coproduções e versões internacionais de programas**

Fruto da experiência brasileira, o DocTV América Latina resultou na realização de concursos em que os 14 países participantes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela e Costa Rica) escolheram um projeto de documentário, participaram de um processo de capacitação e formaram uma rede continental inédita para teledifusão da série.

Em novembro de 2008, os ministros da Educação e da Cultura dos países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovaram a proposta brasileira de execução do programa DocTV CPLP. Os oito países que formam a Comunidade, além de Macau, que se encontra em processo de adesão, realizaram seus concursos para escolha do respectivo projeto de documentário. Todos se encontram em fase avançada de produção.

#### **Pontos de Cultura: a "exportação" de uma ideia**

A experiência dos Pontos de Cultura vem chamando a atenção e inspirando ações de governos e da sociedade civil em outros países.

A Itália foi o primeiro país, depois do Brasil, a adotar o modelo. Na região do Lácio, onde fica Roma, foi criado o projeto Officine dell'Arte, que opera oficinas para jovens, em áreas urbanas deterioradas, como forma de desenvolvimento social e territorial. Por meio de parceria com a universidade La Sapienza, pesquisadores vieram conhecer o funcionamento dos Pontos de Cultura para implementá-los no seu país.

No início de 2010 foi assinado acordo de cooperação entre o Ministério da Cultura e a Associação Afro-Brasileira de Dança, Cultura e Arte (Abrasa) para implementar o Ponto de Cultura Internacional Brasileiro e Afro-Brasileiro na Áustria. Em vez do apoio financeiro do MinC, o projeto terá os custos cobertos pelos parceiros locais.

No Mercosul, articulações oficiais dos governos têm disseminado o modelo. Argentina, Paraguai e Uruguai vem aprofundando tratativas específicas com o MinC para isso. Na capital argentina, o tema é objeto de projeto de lei municipal. Em outros países ibero-americanos também cresce o interesse pela ideia.

O projeto Pontos de Contato, firmado entre o MinC e a organização britânica People's Palace Projects, trouxe 26 representantes de instituições culturais britânicas à Teia 2010. Agora, 15 brasileiros participarão de residências artísticas e intercâmbios culturais na Inglaterra.

Os Pontos são objeto também de teses acadêmicas, na Universidade de Berkeley (EUA), por exemplo. Alunos vêm ao país para conhecer atividades desenvolvidas e comparar seus resultados com os objetivos do projeto.



O PAPEL DO  
**ESTADO**

## O PAPEL DO ESTADO

A política de cultura teve como um de seus principais eixos o reposicionamento do Estado e seu fortalecimento. Ampliou-se sua presença no planejamento e na execução das políticas, como formulador, indutor e regulador, sem, porém, interferir na liberdade de criação. O conjunto de cidadãos passou a ser compreendido como o destinatário final das ações empreendidas.

O Ministério manteve diálogo permanente com a sociedade civil, outras instituições e a iniciativa privada. Criou novas instâncias e processos permanentes de participação, consulta e acompanhamento, realizou escutas e trabalhou em parceria com o Congresso Nacional.

O Plano Nacional de Cultura (PNC), primeiro planejamento de longo prazo o Estado para o setor, transformou em lei princípios e objetivos para a área num horizonte de dez anos, além de aprovar diretrizes gerais para diversas políticas setoriais.

Será intimamente ligado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), que organiza as responsabilidades dos diferentes atores nas políticas com base na cooperação

federativa, no fortalecimento institucional e na participação social. As futuras edições da Conferência Nacional de Cultura (CNC) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) permitirão o aperfeiçoamento e a renovação de ambos.

O conjunto de espaços de formulação e debate incorporou com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), que reúne 58 titulares com direito a voz e voto – representantes do poder público e dos segmentos culturais.

No que diz respeito a seu estabelecimento no território, o MinC reforçou as Representações Regionais dos pontos de vista de estrutura e de pessoal, além de criar novas unidades. Idem com suas vinculadas.

Reestruturações administrativas deram origem a novas secretarias e a uma recom-posição do quadro funcional, com concursos que reverteram parcialmente a redução sofrida a partir de 1990. Foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A Agência Nacional do Cinema (Ancine) se integrou ao Sistema MinC.

Foto: Francisco Diniz/Arquivo MinC



Foto: Ivaldo Reges

### Diálogo, debate e corresponsabilidade

O Ministério da Cultura tem buscado promover o envolvimento da sociedade nas políticas públicas da área, bem como no acompanhamento de suas ações, alinhando-se a experiências participativas de outras áreas que refletem o amadurecimento da democracia brasileira. Trata-se de uma corresponsabilização entre Estado e sociedade civil, que assumem papéis complementares nas etapas de planejamento, formulação, execução e acompanhamento.

O entendimento é que, dessa forma, aprofunda-se a construção republicana e se confere qualidade e efetividade à atuação do poder público, no sentido de que as ações espelhem as necessidades dos cidadãos e grupos sociais. A mobilização de esforços coletivos fortalece o chamado controle social, permitindo que a população monitore a conduta das instituições públicas, de forma a cobrar o respeito à legislação, a garantia dos direitos e o cumprimento dos acordos. Para que essa realidade se efetive, é necessária a construção de instâncias adequadas.

A sequência de encontros do Seminário Cultura para Todos, em 2003, foi o primeiro

esforço de mobilização do MinC. Reuniu mais de 30 mil pessoas na discussão dos rumos das políticas culturais. Nesse conjunto de iniciativas agregadoras, a criação das Câmaras Setoriais (ver pág. 135) permitiu que representantes de setores artísticos organizados e instituições e empreendimentos culturais contribuíssem para o diagnóstico de demandas e a avaliação de prioridades, qualificando políticas específicas para os segmentos artísticos (dança, teatro, artes visuais e música) e para o setor de livro, leitura e literatura.

Nos anos seguintes, um conjunto de políticas seria delineado a partir de consultas amplas, que abririam canais de diálogo a grupos sociais por meio de seminários, fóruns e conferências. O espírito cooperativo permeou também a formação de diversas propostas de mudanças legislativas, que se basearam em amplo uso de mecanismos de consulta.

### Fomento e direitos autorais em pauta

A nova lei de fomento (ver pág.12), que vai originar o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), é um dos exemplos. Foi discutida em seminários e audiências

*Durante o período de consulta, mais de 100 mil cidadãos visitaram o blog da reforma da Lei Rouanet, que recebeu quase 2 mil sugestões de modificação, parte das quais foi acatada no projeto de lei entregue ao Congresso Nacional, hoje em tramitação.*

públicas em 19 estados, depois de seis anos em que o tema esteve em pauta em diversos encontros públicos e foi tema de estudos. Em 2009 o governo federal manteve no ar em consulta pública, durante 45 dias, um anteprojeto de lei que foi debatido por artistas, produtores, parlamentares, secretários de cultura, gestores e sociedade.

A proposta de revisão da Lei de Direitos Autorais seguiu trajetória semelhante. Em 2007, o MinC lançou o Fórum Nacional de Direito Autoral, que incluiu oito seminários e mais de 80 reuniões com diversos setores da sociedade envolvidos com o tema, objetivando discutir a Lei nº 9.610/98 e o papel do Estado nesse campo. A maioria dos seminários foi transmitida em tempo real pela internet, através do portal do Ministério da Cultura, o que permitiu envolver de forma direta mais de 10 mil pessoas no debate.

Durante todo o processo, o MinC apresentou propostas para a revisão da lei que foram aperfeiçoadas pelos interlocutores. Em novembro de 2009, com a conclusão do Fórum, iniciou-se o processo de elaboração da minuta de anteprojeto de lei que altera a legislação (ver pág. 71).

Depois dessa fase, a proposta do governo foi colocada em consulta pública durante 79 dias (ver pág. 137). Entre 14 de junho e 31 de agosto, foram encaminhadas 8.431 colaborações. Veja os principais números:

- » 1.049 participantes, sendo 118 instituições

- » 8.431 manifestações e contribuições ao texto, dessas:
- » 7.863 propostas enviadas por meio da plataforma na internet
- » 568 apresentadas em documentos institucionais

### O país em conferência

A I Conferência Nacional de Cultura (CNC), em 2005, articulou estados, municípios e União, bem como poder público e sociedade civil, em torno da constituição do novo modelo de gestão para a área. Participaram de sua etapa municipal 1.200 cidades e mais de 50 mil pessoas. A plenária nacional contou com cerca de 1.300 participantes e aprovou um grupo de propostas de diretrizes para políticas, encaminhado ao Congresso Nacional e a instâncias colegiadas e administrativas do governo federal.

Um novo patamar foi atingido com a II Conferência: a soma de suas etapas reuniu quase 230 mil participantes. Todos os estados e 3.216 municípios (um aumento de 170%) se envolveram nas pré-conferências, elegendo delegados para a etapa nacional.

#### Todos os estados e 3.216 cidades se envolveram na segunda CNC

O encontro teve a liberdade de expressão como mote e reforçou a necessidade de avançar na

Fotos: Pedro França/Arquivo MinC



instituição de um marco legal para a área (ver pág. 136).

Os participantes da plenária, em Brasília, elegeram as 32 propostas prioritárias e as 95 estratégias setoriais que nortearão as políticas públicas para o setor. Algumas poderão incrementar políticas públicas já existentes, outras devem se transformar em projetos de lei para envio ao Congresso Nacional ou, ainda, integrar ações interministeriais.

Os debates da Conferência seguiram cinco eixos temáticos: produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade e

cidadania; cultura e desenvolvimento sustentável; cultura e economia criativa; gestão e institucionalidade da cultura.

A plenária analisou, ao todo, 347 propostas. Dos 883 delegados credenciados, 851 votaram nas propostas prioritárias. A aprovação do marco legal da cultura foi a proposta mais votada (754 votos).

Entre os destaques estão ainda a formalização do trabalho na cultura, o incentivo ao ensino de arte nas escolas, o reconhecimento de um “custo amazônico” a considerar nas ações voltadas à região, a ampliação do acesso

*Novidade desta edição, as pré-conferências setoriais, além de deliberar no âmbito das 19 áreas respectivas, estimularam a participação de artistas e produtores, por linguagem artística, preservando a diversidade da cultura dentro do sistema da Conferência.*

### Passo-a-passo da CNC



à internet e a necessidade de reformulação da Lei de Direitos Autorais. O marco legal para os Pontos de Cultura e a Lei Griô Nacional também estiveram entre as propostas mais votadas.

### Os muitos passos da construção de um plano

O projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC) resultou da parceria entre os poderes Executivo e Legislativo e do diálogo de cinco anos com setores culturais e sociedade civil. O percurso de construção coletiva do projeto começou em 2003, com os subsídios do Cultura para Todos. Nessa sequência de movimentos também se destacam as Câmaras Setoriais e a I CNC, em 2005. As deliberações da Conferência, encaminhadas ao Congresso Nacional em 2006, como ponto de partida do projeto de lei do PNC, desdobram-se nos conceitos, valores, desafios, estratégias e diretrizes apresentados ao debate público por meio do caderno de diretrizes do Plano.

O trabalho desenvolvido pelos poderes Executivo e Legislativo contou com o apoio de universidades, intelectuais, artistas, produtores e gestores públicos e privados. As diretrizes do PNC se embasaram também em encontros realizados entre 2006 e 2007, como o Seminário Nacional dos



Fotos: SAMZALAK - Tatarana Fotos/Arquivo MinC

Direitos Autorais, o I Fórum Nacional de TVs Públicas e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural.

Aos subsídios levantados por meio dessas iniciativas se somou ainda a sistematização de dados socioeconômicos e de gestão pública, feita por meio de estudos e pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em 2008, o caderno de diretrizes passou por análise e revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), foi debatido em 27 seminários estaduais e permaneceu aberto a sugestões em fórum virtual. O Ministério incorporou boa parte das sugestões e encaminhou os subsídios resultantes do processo à relatora do projeto de lei na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado na Câmara e no Senado e, sancionado pelo presidente da República em 2 de dezembro de 2010, originou a Lei nº 12.343.

*O conteúdo do caderno se dividia em cinco estratégias (depois desdobradas no projeto de lei), referentes a: Estado, diversidade, acesso, desenvolvimento sustentável e participação social.*



Foto: André Melo/Arquivo MinC

### CNPC: governo e segmentos juntos na formulação

Com a finalidade de "propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional", o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) foi criado em agosto de 2005. O CNPC é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura e se compõe de Plenário, Comitê de Integração de Políticas Culturais, Colegiados Setoriais, Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho e a Conferência Nacional de Cultura.

Sua estrutura é formada por 58 titulares com direito a voz e voto – representantes do poder público federal, estadual e municipal, das áreas técnico-artísticas e de

patrimônio cultural, além de representantes de entidades de pesquisa, acadêmicas, empresariais, institutos e fundações. O Plenário do CNPC é integrado, ainda, por personalidades de notório saber na área cultural.

Seus membros debateram as diretrizes do Plano Nacional de Cultura e apresentaram as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional da Cultura, no que diz respeito à distribuição regional e ao peso relativo das modalidades do fazer cultural em 2010. Foram tratados, ainda, temas como a modificação da Lei Rouanet, o Sistema Nacional de Cultura, o regimento da II CNC, termos de parceria e a relação entre as políticas culturais e as de outras áreas. Em 2009, foi discutido o processo de realização das Pré-Conferências Setoriais de Cultura.

As Pré-Conferências elegeram os novos integrantes dos Colegiados Setoriais. Além disso, dois novos Colegiados (Cultura Indígena e Cultura Popular) se somaram aos seis já existentes

### Possibilidades abertas pelo ambiente de rede

A utilização de um ambiente de rede social para qualificar processos de construção colaborativa de políticas públicas culminou em uma série de inovações no uso da interatividade da internet, implementadas na estratégia de comunicação institucional do MinC.

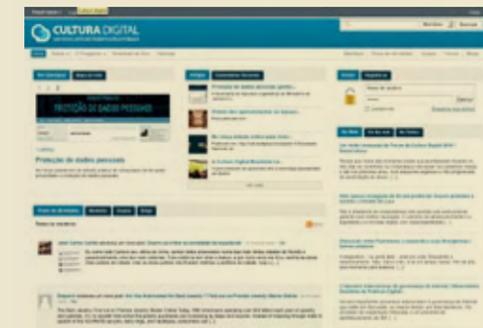
O processo tem início em 2004, com a abertura da seção de comentários nas páginas do site institucional do Ministério. Iniciativa que prosseguiu com a utilização de *blogs* operados pelos diferentes setores para a apresentação de editais, prêmios e ações específicas, assim como para promover a interlocução aberta com a sociedade em consultas públicas. O MinC foi a primeira pasta do governo a usar o Twitter e no começo de dezembro contava com 26 mil seguidores.

Em 2009, essas experiências foram aprofundadas no Fórum da Cultura Digital Brasileira. O Fórum, iniciado em março de 2009 e aberto ao público geral em julho, constituiu uma rede permanente de formulação e construção de consensos por meio da participação de atores governamentais,

estatais, da sociedade civil e do mercado, que consolidaram diretrizes para uma política pública da área. As condições para sua criação foram propiciadas pela parceria com a RNP (ver pág. 112).

Além dos eventos presenciais transmitidos pela *web* com canal de retorno para participação remota, foi implementada a rede social [culturadigital.br](http://culturadigital.br), que agrega 5,9 mil usuários, 863 blogs cadastrados, e 227 grupos de discussão para os mais diversos temas desse universo, segundo dados do início de dezembro.

Um seminário internacional em novembro de 2009 consolidou os debates do ano, e as propostas construídas no processo do Fórum resultaram em ações que foram desenvolvidas em 2010.



*O processo do Fórum foi inaugurado com o lançamento do livro Cultura Digital. BR, uma coleção de entrevistas com pensadores de diversas áreas do conhecimento. O objetivo foi mapear as principais questões que circundam a cultura digital, e garantir que essas ideias circulem, avancem e se conectem. O livro trata de política, economia, infraestrutura e arte digitais, sob o olhar de intelectuais, artistas, pesquisadores, ativistas e dirigentes.*



Foto: Visionshare

Em 2009, a primeira edição consolidou o espaço do debate sobre cultura digital no país, a partir de cinco eixos temáticos de discussão: arte, comunicação, economia, infraestrutura e memória.

Este ano, a proposta é dar visibilidade aos processos emergentes na rede, às diferentes comunidades de práticas e interesses que se organizaram ao longo do ano, levantando questões e propondo formulações para subsidiar as políticas públicas para a era digital, desenvolvidas com pioneirismo pelo Ministério da Cultura desde 2003.

Ao longo do ano, o processo do Fórum da Cultura Digital Brasileira teve continuidade por meio da ampliação do número de participantes na Rede CulturaDigital.br. Sua configuração inovadora foi reconhecida nacional e internacionalmente, com a menção honrosa no Prix Ars Electronica, na Áustria, o mais importante prêmio europeu de arte e tecnologia. A comunidade de cultura digital se fez representar nos mais importantes debates sobre o tema, entre os quais o Marco Civil da Internet e o Programa Nacional de Banda Larga, com a criação de um avatar virtual para representar a rede nas discussões do Fórum Brasil Conectado. Em novembro de 2010, foi realizado o 2º Fórum da Cultura Digital Brasileira.

## Para dar perenidade e potencializar as políticas públicas

Uma das preocupações principais do Ministério da Cultura tem sido a construção de um marco legal e institucional para a área, para garantir a continuidade das políticas discutidas com a sociedade e o setor artístico, para além das eventuais idiosincrasias deste ou daquele governante – sem, por outro lado, engessar as estratégias de ação dos representantes eleitos pela população.

### Ministério vem constituindo marco legal sem engessar as possibilidades de gestão

O MinC trabalha em parceria com o Congresso Nacional, os governos estaduais e municipais e a sociedade civil para desenhar e efetivar essa cadeia de responsabilidades, que passa por mudanças gerenciais, legais e constitucionais. Essa prioridade, um dos apontamentos da I CNC, foi reafirmada pelos artistas, gestores, produtores, militantes e empresários que participaram da segunda edição da Conferência (ver pág. 132).

## Consulta pública 2.0: colaboração e construção em rede

Pensar sistemas que aproximem o cidadão do próprio sistema democrático, por meio do uso dos sistemas digitais, é uma tarefa que ganha importância como forma de legitimar a democracia dentro do ambiente da cultura. Esse processo tem a ver com qualificar e educar os indivíduos para que a colaboração seja feita integrando a construção do estado democrático com a cultura digital emergente nos ambientes conectados pela internet. A Coordenação de Cultura Digital é a responsável por essa frente no Ministério da Cultura.

Nessa esfera, 2010 foi o ano das “consultas públicas 2.0”, experiências realizadas via software livre e em ambientes colaborativos, nos quais a construção dos textos legislativos se deu a partir da colaboração direta (sem intermediários), de modo transparente, com comentários visíveis e passíveis de leitura e interpretação em tempo (quase) real. E tal construção pôde levar em conta as reações provocadas em ambientes de cultura de rede, tais como redes sociais, microblogs e o que mais pode ser integrado à plataforma, de modo a qualificar a participação dos indivíduos em âmbito digital.

A repercussão das consultas públicas realizadas a partir desse modelo foi bastante positiva. A participação da própria rede na construção do Marco Civil da Internet no Brasil foi extremamente valorizada no texto que foi ao Congresso, ao final da consulta. O projeto de lei, colocado em pauta para construção colaborativa em parceria com o Ministério da Justiça, teve alta receptividade e coloca o Brasil na ponta, quando o assunto é regulamentação do Código Civil na rede.

Do mesmo modo, a consulta pública para a reforma da

Lei de Direito Autoral serviu como uma plataforma isenta para que os principais atores envolvidos com o assunto pudessem se manifestar, possibilitando à rede a construção coletiva sobre o saber, no tocante à exibição de dados públicos, o que resultou na rede transformando os dados fornecidos em conhecimento para ser consumido pela própria rede, em um processo de soma e compartilhamento de cultura.

“Buscamos participar ativamente das discussões”, relata Felipe Cabral, do Pontão de Cultura Nós Digitais. “Integramos a Rede pela Reforma – <http://reformadireito-autoral.org.br> – e através dela fizemos cobertura de quatro momentos importantes: três debates/conversas e o seminário do dia 19 de julho, na PUC-SP”.

O Pontão também participou do debate de conteúdo: “Postamos nossas modestas contribuições e concordamos com os artigos em relação aos quais não tínhamos embasamento para sugerir novos parâmetros. A experiência com o dialogue (antigo cmpp) foi boa. O plugin é realmente muito interessante, tanto que também foi usado durante o experimento de consulta pública das questões para composição do cadastro dos Pontos de Cultura no blog da campanha [<http://cadastreupontodecultura.org.br>].”

Além do *streaming* (transmissão ao vivo), a cobertura resultou em vídeos editados, disponíveis no endereço [http://reformadireitoautoral.org.br/lda/?page\\_id=474](http://reformadireitoautoral.org.br/lda/?page_id=474)



Foto: Lou Gold



### O papel de cada ator no desenvolvimento cultural

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um modelo de gestão conjunta de políticas públicas baseado na cooperação federativa, no fortalecimento institucional e na participação social. Promove uma atuação articulada e compartilhada entre Estado e sociedade, integrando os três níveis de governo para uma atuação planejada e complementar, democratizando os processos decisórios e garantindo a participação de forma permanente. Trata-se de uma plataforma já em vigor em outras áreas da administração federal, a exemplo de saúde, assistência social e meio ambiente.

**Objetivo é integrar as três esferas da federação e a sociedade civil numa plataforma de atuação complementar**

O Ministério da Cultura vem trabalhando na implementação do SNC desde 2003 e já contabiliza a adesão de mais de 230 prefeituras. O

Sistema tem natureza, objetivos, princípios, estrutura e componentes estabelecidos na PEC 416/2005, que foi aprovada por unanimidade pela respectiva comissão especial na Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo, em abril. A proposta aguarda, agora, votação em Plenário. E está em análise interna no MinC a proposta do projeto de lei que regulamentará o Sistema, a ser encaminhado neste ano ao Congresso Nacional.

Avanços setoriais têm contribuído para pavimentar o caminho do SNC ao promover responsabilização compartilhada com a sociedade, bem como maior abrangência e efetividade nas políticas. O Sistema Nacional de Museus, por exemplo, possibilitou uma instância de coordenação e planejamento entre museus públicos e privados. E desde 2007, por meio do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), o governo federal vem trabalhando com a Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH) e o Fórum de Secretários de Dirigentes Estaduais de Cultura para viabilizar estratégias e ações na área.

*A integração entre União, estados e municípios ganhará um novo impulso com o Procultura, que modificará a Lei Rouanet. Trata-se da possibilidade de repasses fundo-a-fundo, isto é, diretamente do Fundo Nacional de Cultura para os fundos estaduais e municipais. Essa mudança permitirá uma distribuição mais equilibrada dos recursos federais na área, atendendo às demandas culturais em todo o território nacional.*

### Prioridades num horizonte de dez anos

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é o primeiro planejamento de longo prazo do Estado para a área cultural na história do país. Sua elaboração como projeto de lei é obrigatória por determinação da Constituição desde que o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 48, em 2005. As prioridades e os conceitos trazidos por ele constituem um referencial de

compartilhamento de recursos coletivos que norteará as políticas públicas da área num horizonte de dez anos. O documento reafirma uma concepção ampliada de cultura, em sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética.

A realização de seminários com função de audiências públicas resultou de um acordo entre o MinC e a Comissão de Educação e Cultura para o aperfeiçoamento do conteúdo do Projeto de Lei nº 6.835 de 2006.

### PNC: valores e linhas de atuação

#### Os 12 princípios

- » Liberdade de expressão, criação e fruição
- » Diversidade cultural
- » Respeito aos direitos humanos
- » Direito de todos à arte e à cultura
- » Direito à informação, à comunicação e à crítica cultural
- » Direito à memória e às tradições
- » Responsabilidade socioambiental
- » Valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável
- » Democratização das instâncias de formulação das políticas culturais
- » Responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais
- » Colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura
- » Participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais

#### Os 16 objetivos

- » Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira

- » Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial
- » Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais
- » Promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções
- » Universalizar o acesso à arte e à cultura
- » Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional
- » Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos
- » Estimular a sustentabilidade socioambiental
- » Desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais
- » Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores
- » Qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado
- » Profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais
- » Descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura
- » Consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais
- » Ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo
- » Articular e integrar sistemas de gestão cultural

No prazo de 180 dias, o Ministério da Cultura deverá estabelecer as metas relacionadas ao Plano. A adesão de estados e municípios às diretrizes e metas da nova lei será voluntária e exigirá a elaboração do respectivo plano decenal, com apoio técnico e orçamentário do MinC.

O acompanhamento dos impactos do Plano será feito via Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (ver pág.69), que trará insumos para a fixação das metas e a operação de ajustes.

O conteúdo será desdobrado, ainda, em planos setoriais, que representantes de linguagens artísticas e segmentos, junto com representantes do setor público, irão elaborar. Música, teatro, dança, circo, museus, culturas populares e culturas indígenas já têm o respectivo plano em estágio adiantado. Setores incluídos mais recentemente nas políticas do MinC – caso de arquitetura, design, moda, artesanato e cultura digital – começam a alavancar os seus.

### Redesenho institucional

A fim de desempenhar sua função de órgão formulador e executor de uma política pública de cultura para o país, o Ministério da Cultura levou adiante uma reestruturação que aumentasse sua capacidade de formulação e de atendimento das demandas.

Para isso, a partir de um amplo diagnóstico, o MinC procurou ampliar sua presença no território e dotar de estrutura adequada suas secretarias e entidades vinculadas, evitando sobreposição de competências e burocracia desnecessária. Buscou, também, instituir o planejamento como instrumento de gestão das ações, qualificar pessoal para o atendimento e aprofundar a articulação intra e intersetorial dos programas.

**Maior presença regional, desburocratização e gestão eficiente eram alguns dos objetivos**

Outra prioridade era reverter o processo de redução dos quadros funcionais deflagrado

### PEC 150: por um novo patamar orçamentário

A PEC 150 de 2003 eleva o patamar do orçamento da cultura vinculando para a área 2% do orçamento da União, 1,5% dos estaduais e 1% dos municipais. Determina, também, que a União destine metade de sua parte aos estados e municípios (25% do total a cada esfera).

Trata-se de uma iniciativa subscrita pelos mais de 400 deputados e senadores de todos os partidos integrantes da Frente Parlamentar Mista da Cultura.

Alterações na Constituição Federal exigem o voto favorável de três quintos dos parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado (isto é, 308 deputados e 49 senadores).

ao longo de duas décadas. Em 2009, embora já tivesse conseguido promover uma recomposição parcial desses quadros, o Ministério contava com 280 servidores em atividade, contra 502 antes da reforma administrativa de 1990 – marca praticamente restabelecida com o último concurso (ver pág. 142). Na soma das instituições integrantes do Sistema MinC (ou suas antecessoras), o encolhimento no período havia sido semelhante.

Já em 2003, com a finalidade de promover uma reestruturação administrativa, foram publicados decretos tratando das estruturas regimentais (no caso do Ministério e das autarquias) ou estatutos (no caso das fundações) e dos quadros demonstrativos de cargos e funções comissionadas. Além disso, o MinC iniciou negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de recompor seu quadro de servidores e estruturar um plano de carreira específico para a área, com nível adequado de remuneração.

Com o Decreto nº 4.805, de agosto daquele ano, a estrutura incorporou os cargos de direção e assessoramento superiores (DASs) então alocados temporariamente no Ministério da

Cultura. São os cargos de livre provimento, também chamados os cargos em comissão ou “de confiança”. Em 2003, eles chegaram a 401 no setor federal de cultura.

No que se refere a recursos, o MinC obteve, para 2004, aumento de seu montante orçamentário e a elevação do valor do limite das deduções de imposto de renda relativas a patrocínio a projetos culturais.

Dentro do esforço de reforma administrativa nos primeiros anos do governo Lula, o MinC criou novas secretarias e reforçou algumas das já existentes para organizar fluxos de diagnóstico, formulação e implementação. As Representações Regionais, que até então se resumiam aos representantes, tiveram a estrutura fortalecida e passaram de quatro para seis.

Destaca-se, ainda, a transferência para o MinC do Departamento de Cinema e Vídeo da Funarte e da Cinemateca Brasileira,

então no Iphan, bem como a do Centro Nacional de Cultura Popular da Funarte para esse instituto. A Fundação Cultural Palmares ganhou papel central no processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas (ver pág. 53).

A Funarte teve sua estrutura ampliada. Decreto publicado em abril de 2004 tratou sobre a estruturação dos equipamentos culturais, tais como Teatro Cacilda Becker, Teatro Glauce Rocha, Teatro Dulcina, Casa Paschoal Carlos Magno e ampliação das Representações Regionais.

A Ancine, autarquia sob regime especial, passou a se vincular ao Ministério da Cultura em outubro de 2003. O Conselho Superior do Cinema seria transferido para o Ministério em novembro de 2009.

Foi feita, ainda, uma ampla reforma do prédio-sede na Esplanada, recebido em condições precárias.

*O Sistema Federal de Cultura foi instituído em agosto de 2005, por meio do Decreto nº 5.520, que dispõe inclusive sobre a composição e o funcionamento do CNPC.*

### Quadro de Servidores em 2010

UNIDADE	SERVIDORES	SERVIDORES EMPOSSADOS DO ÚLTIMO CONCURSO
MinC	480	215
Ibram	631	196
Iphan	785	104
Funarte	278	-
FBN	417	-
FCRB	98	-
FCP	17	-
<b>TOTAL*</b>	<b>2.711</b>	<b>515</b>

Fonte: DGI/MinC

\*Não inclui Ancine

O Plano Plurianual (PPA) de 2005 trouxe um aumento de 23% em relação aos recursos orçamentários administrados pelo MinC. Naquele ano, foi realizado o primeiro concurso aberto ao público da história do Ministério (ou seja, desde 1985), para provimento de 56 cargos no MinC, 111 na FBN, 88 na Funarte e 12 na Fundação Palmares, com lotação em diversas unidades do país. Houve também concurso do Iphan, para 222 cargos. Dois anos depois, a Ancine realizou concurso para preencher 55 cargos.

**Em 2005, foi realizado o primeiro concurso público aberto do Ministério**

Outra mudança importante viria com o Estatuto dos Museus, instituído janeiro de 2009, por meio da Lei nº 11.904. No mesmo mês, com a Lei nº 11.906, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram – ver pág. 58). A Lei criou cargos efetivos para composição daquela autarquia, além de cargos que possibilitaram a sua estruturação e a consequente reestruturação do Iphan.

### Nova reestruturação

Na regulamentação da Lei nº 11.904, em maio de 2009, também foram destinados cargos à reestruturação do Ministério e da

Palmares. Dessa forma, o MinC acrescentou à sua estrutura 186 cargos em comissão. Entre os principais objetivos, estavam: implementar o Programa Mais Cultura; gerenciar a execução descentralizada (via sistema federativo) das políticas, pelo acompanhamento dos convênios e contratos com estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil; e institucionalizar e gerir os órgãos colegiados de coordenação, articulação interministerial e interlocução com a sociedade.

Hoje, o Sistema MinC conta com 915 cargos em comissão. O número de servidores, por sua vez, chegou a 2.711. Essa soma não inclui o quadro da Ancine, autarquia em regime especial, que conta com 255 servidores, dos quais 179 efetivos. Os dados são de novembro de 2010.

Em novembro de 2009, o Iphan realizou concurso para 187 vagas. Em março deste ano, o Ibram promoveu a sua primeira seleção pública, para o preenchimento de 294 vagas de níveis médio e superior. Recentemente, foi promovido novo concurso do MinC, para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva de pessoal, num total de 253 funções – 27 para analista técnico-administrativo e 226 para agente administrativo. Nos três órgãos, a maioria dos aprovados já tomou posse.

### Cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS)

Unidade	2003	2010
MinC	137	344
Funarte	35	70
Iphan	147	215
FBN	42	53
FCRb	21	23
FCP	19	53
Ibram	0	160
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>918</b>

Fonte: DGE/SE/MinC (2003)

DGI/MinC (2010)





*Presidente da República*  
Luiz Inácio Lula da Silva

*Ministro da Cultura*  
Juca Ferreira

*Secretário Executivo*  
Alfredo Manevy

*Secretária de  
Articulação Institucional*  
Silvana Meireles

*Secretário do  
Audiovisual*  
Newton Cannito

*Presidente da Agência  
Nacional do Cinema*  
Manoel Rangel

*Secretário de  
Cidadania Cultural*  
TT Catalão

*Presidente da Fundação  
Biblioteca Nacional*  
Muniz Sodré

*Secretário de Fomento  
e Incentivo à Cultura*  
Henilton Menezes

*Presidente da Fundação  
Casa de Rui Barbosa*  
José Almino de Alencar

*Secretário da Identidade  
e da Diversidade Cultural*  
Américo Córdula

*Presidente da Fundação  
Cultural Palmares*  
Zulu Araújo

*Secretário de  
Políticas Culturais*  
José Luiz Herencia

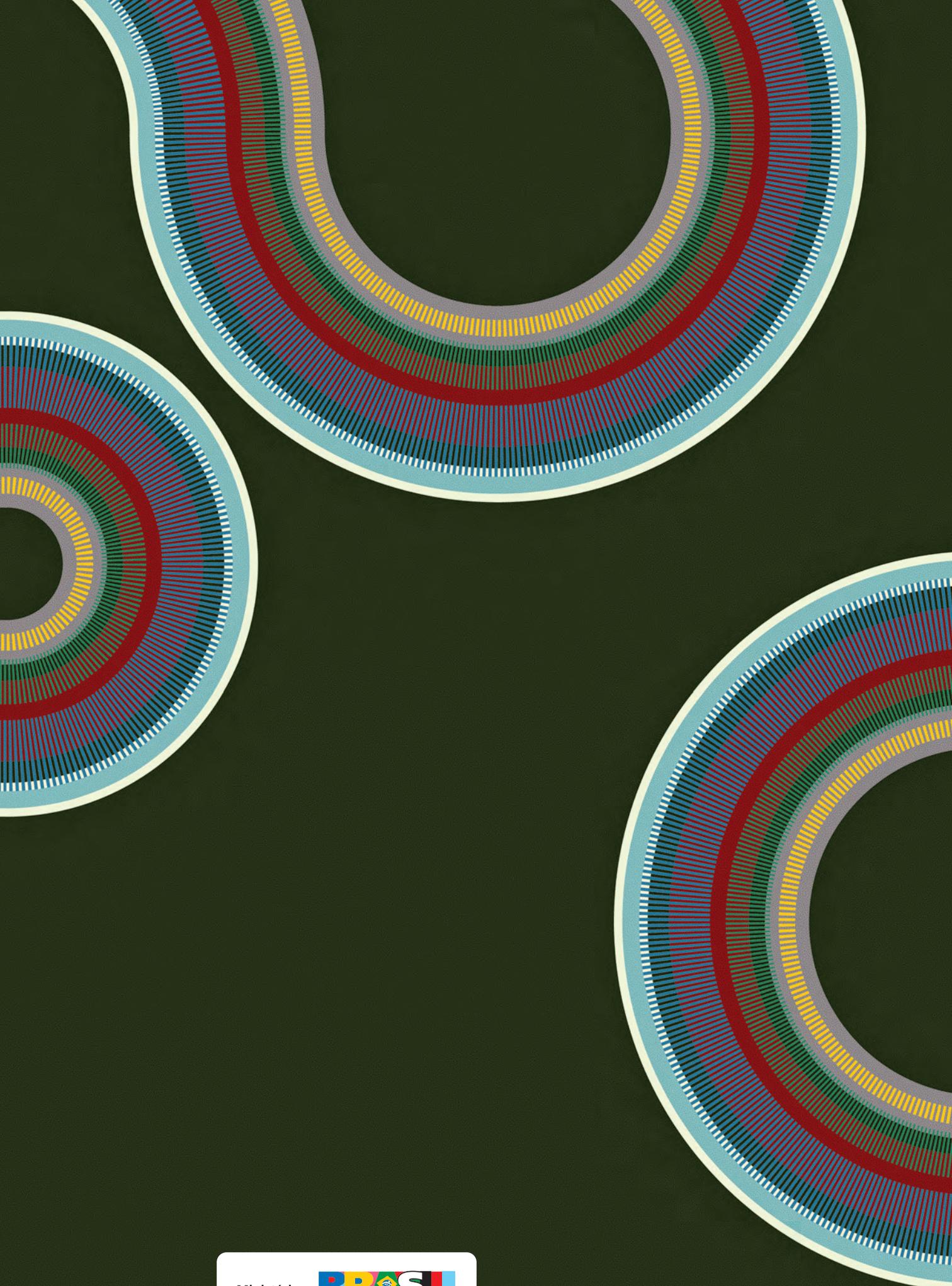
*Presidente da Fundação  
Nacional de Artes*  
Sérgio Mamberti

*Presidente do Instituto  
Brasileiro de Museus*  
José do Nascimento Junior

*Presidente do Instituto do  
Patrimônio Histórico e  
Artístico Nacional*  
Luiz Fernando de Almeida

Ministério  
da Cultura





Ministério  
da Cultura

